

C1 Demonstrações Financeiras Separadas

Demonstração da Posição Financeira Separada

Demonstração de Resultados Separados

Demonstração do Rendimento Integral Separado

Demonstração das Variações no Capital Próprio Separado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Separados

Notas às Contas Separadas

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (REEXPRESSO)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2023			31/12/2022 (Reexpresso)	01/01/2022 (Reexpresso)
		Valor bruto	Imparidade, deprecações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	225.378.614	-	225.378.614	267.048.385	521.902.520
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4	3.136.870.305	-	3.136.870.305	3.139.982.402	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5 e 6	3.903.332.170	-	3.903.332.170	3.531.228.551	3.189.488.013
Derivados de cobertura	6	3.167.533	-	3.167.533	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7	6.115.324.912	-	6.115.324.912	6.421.410.575	8.354.934.774
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8	560.732.107	-	560.732.107	792.554.208	939.661.097
Terrenos e edifícios		100.558.692	(35.113.429)	65.445.262	80.620.692	112.812.049
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	89.498.012	(35.113.429)	54.384.583	48.717.314	53.025.730
Terrenos e edifícios de rendimento	10	11.060.680	-	11.060.680	31.903.379	59.786.319
Outros ativos tangíveis	11	93.279.361	(74.628.067)	18.651.294	18.325.669	18.747.194
Inventários	11	-	-	-	11.002	1.644
Outros ativos intangíveis	12	142.205.832	(65.462.527)	76.743.305	65.202.699	53.107.454
Ativos de contratos de resseguro do ramo vida		41.891.340	-	41.891.340	42.699.186	36.728.017
De serviços futuros	13	30.939.634	-	30.939.634	29.892.889	27.333.377
De serviços passados	13	10.951.705	-	10.951.705	12.806.297	9.394.640
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida		449.778.935	-	449.778.935	397.491.665	356.070.416
De serviços futuros	13	98.706.424	-	98.706.424	102.797.064	82.226.097
De serviços passados	13	351.072.511	-	351.072.511	294.694.601	273.844.319
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	28	22.588.285	-	22.588.285	25.211.651	12.122.242
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		228.445.079	(26.299.800)	202.145.279	189.501.308	127.283.570
Contas a receber por operações de seguro direto	14	111.369.420	(11.722.776)	99.646.644	90.740.444	80.951.679
Contas a receber por outras operações de resseguro	14	72.730.723	(7.688.511)	65.042.212	17.140.549	26.081.569
Contas a receber por outras operações	14	44.344.936	(6.888.513)	37.456.423	81.620.314	20.250.322
Ativos por impostos		361.739.205	-	361.739.205	438.826.419	279.540.503
Ativos por impostos correntes	15	14.961.422	-	14.961.422	6.184.787	19.376
Ativos por impostos diferidos	15	346.777.783	-	346.777.783	432.641.633	279.521.127
Acréscimos e diferimentos	16	18.822.706	-	18.822.706	14.487.513	12.995.241
TOTAL ATIVO		15.404.115.075	(201.503.824)	15.202.611.251	15.424.601.925	16.748.396.524

JB FP

RA 16

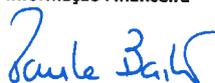
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (REEXPRESSO)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2023	31/12/2022 (Reexpresso)	01/01/2022 (Reexpresso)
PASSIVO				
Passivos de contratos de seguro do ramo vida		1.708.324.566	1.930.162.009	2.349.407.729
De serviços futuros	13	1.557.437.082	1.804.405.160	2.209.061.079
De serviços passados	13	150.887.484	125.756.849	140.346.650
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida		2.351.478.517	2.126.911.244	2.314.558.822
De serviços futuros	13	329.902.498	320.423.975	287.291.707
De serviços passados	13	2.021.576.019	1.806.487.268	2.027.267.115
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	17	7.345.396.894	7.716.559.719	8.027.190.374
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 18	310.222.492	169.256.597	312.638.571
Outros passivos financeiros		734.196.117	675.328.860	657.956.624
Passivos subordinados	18	503.325.647	502.164.558	501.053.722
Depósitos recebidos de resseguradores	18	186.678.818	149.622.749	130.146.691
Outros	18	44.191.653	23.541.553	26.756.211
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	28	7.347.082	6.053.370	88.245
Outros credores por operações de seguros e outras operações		217.698.125	207.187.459	227.601.910
Contas a pagar por operações de seguro direto	19	96.804.972	92.209.444	87.605.705
Contas a pagar por outras operações de resseguro	19	94.413.810	91.904.499	78.297.486
Contas a pagar por outras operações	19	26.479.344	23.073.516	61.698.719
Passivos por impostos		169.537.728	215.563.409	126.722.497
Passivos por impostos correntes	15	36.398.680	41.393.912	49.770.423
Passivos por impostos diferidos	15	133.139.048	174.169.496	76.952.074
Acréscimos e diferimentos	20	131.582.228	130.099.564	134.321.454
Outras provisões	21	29.691.764	32.952.074	67.559.952
TOTAL PASSIVO		13.005.475.513	13.210.074.304	14.218.046.177
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	22	509.263.524	509.263.524	509.263.524
(Ações próprias)	22	(148.960)	(148.960)	(148.960)
Outros instrumentos de capital	22	-	-	164.977.301
Reservas de reavaliação	23	(416.270.785)	(703.032.535)	69.931.132
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	23	(331.615.076)	(650.299.888)	84.239.656
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	23	110.757	407.026	640.095
De diferenças de câmbio	23	16.931.719	27.102.849	12.473.260
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura do justo valor	23	1.350.007	-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	23	(109.523.583)	(87.405.906)	(54.005.321)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	23	6.475.391	7.163.384	26.583.442
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	23	357.989.487	471.517.325	-
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	23	(10.163.019)	(13.097.380)	-
Reserva por impostos diferidos	23	15.494.956	70.198.168	(4.462.015)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	23	(4.799.661)	(801.983)	(1.394.347)
Outras reservas	23	1.815.481.839	1.803.528.267	1.761.000.541
Resultados transitados	23	(153.300.563)	9.000.812	31.183.170
Resultado do exercício	23	83.588.918	68.100.384	-
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2.197.135.738	2.214.527.621	2.530.350.347
TOTAL PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO		15.202.611.251	15.424.601.925	16.748.396.524

Lisboa, 2 de abril de 2024

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira


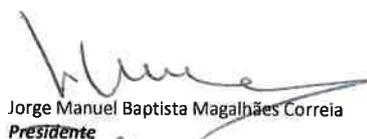
Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado



Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração



Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Vogal



Hui CHEN

Vogal

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (REEXPRESSIONO)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2023				2022 (Reexpresso)
		Técnica Vida	Técnica NãoVida	Não Técnica	Total	
Réditos de contratos de seguro		319.829.557	1.974.246.702	-	2.294.076.259	2.057.871.889
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	24	180.962.396	1.974.246.702	-	2.155.209.098	1.921.375.634
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio		138.867.161	-	-	138.867.161	136.496.255
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	24	76.797.438	-	-	76.797.438	75.732.316
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	24	2.668.605	-	-	2.668.605	2.053.002
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	24	59.401.119	-	-	59.401.119	58.710.936
Gastos de contratos de seguros		(224.633.467)	(1.735.443.308)	-	(1.960.076.774)	(1.732.483.494)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	26	(154.399.720)	(1.346.911.710)	-	(1.501.311.430)	(1.260.943.289)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	26	(47.740.310)	(368.250.769)	-	(415.991.078)	(351.107.729)
Alterações relativas a serviços passados	26	(17.499.870)	(20.280.829)	-	(37.780.699)	(117.274.310)
Alterações relativas a serviços futuros	26	(4.993.567)	-	-	(4.993.567)	(3.158.166)
Réditos de contratos de resseguro		12.966.637	483.180.367	-	496.147.004	444.062.870
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	13	14.636.706	442.345.153	-	456.981.860	410.368.698
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	13	(1.670.069)	38.532.822	-	36.862.753	32.977.970
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	13	(0)	2.302.391	-	2.302.391	716.202
Gastos de contratos de resseguro		(18.553.408)	(678.377.495)	-	(696.930.904)	(637.555.460)
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio – parte dos resseguradores	13	(18.553.408)	(678.377.495)	-	(696.930.904)	(637.555.460)
RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO		89.609.320	43.606.265	-	133.215.585	131.895.805
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	29	(3.466.355)	53.696	-	(3.412.659)	6.455.749
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro		18.988	2.394.537	-	2.413.525	-
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro		(31.425.242)	(8.000.789)	-	(39.426.031)	(9.845.993)
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro	29	(6.172)	(42.852)	-	(49.024)	(901.113)
RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO		(34.878.781)	(5.595.408)	-	(40.474.189)	(4.291.356)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	25	1.368.760	-	-	1.368.760	1.171.456
Rendimentos		178.566.897	72.678.904	32.079.242	283.325.043	257.190.353
De ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	30	124.835.989	43.744.805	12.235.737	180.816.530	186.995.584
De outros	30	53.730.908	28.934.100	19.843.505	102.508.513	70.194.770
Gastos financeiros		(875.754)	(110.372)	(3.639.926)	(4.626.052)	(5.361.371)
De outros		(875.754)	(110.372)	(3.639.926)	(4.626.052)	(5.361.371)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(108.544.706)	(3.633.334)	2.379.396	(109.798.644)	(4.190.683)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	31	(27.603.415)	(3.633.334)	(564.822)	(31.801.571)	2.128.569
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	31	6.944	-	-	6.944	264.599
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	31	(80.948.235)	-	-	(80.948.235)	(6.547.756)
De outros	31	-	-	2.944.217	2.944.217	(36.096)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	32	(5.160.933)	(1.075.881)	1.964.071	(4.272.743)	(218.170.510)
Diferenças de câmbio	33	(18.613.239)	(13.745.732)	3.085.985	(29.272.986)	59.175.154
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	34	-	4.503.778	(3.523.083)	980.695	9.805.671
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		12.378.097	(6.719.766)	2.417.912	8.076.243	17.237.021
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	35	2.515.479	(2.950.274)	(12.606)	(447.401)	(1.120.328)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	35	0	-	-	0	(1.865)
De outros	35	9.862.617	(3.769.492)	2.430.519	8.523.644	18.359.214
Gastos não atribuíveis	26	(72.718.425)	(41.247.568)	(55.927.849)	(169.893.841)	(163.130.349)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	36	10.082	1.405.132	-	1.415.214	1.195.873
Outros rendimentos	37	-	-	23.665.665	23.665.665	31.546.105
Outros gastos	37	-	-	(16.056.061)	(16.056.061)	(29.226.910)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		41.141.317	50.066.020	(13.554.648)	77.652.689	84.846.260
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	38	-	-	18.734.389	18.734.389	(24.230.055)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	38	-	-	(12.798.160)	(12.798.160)	7.484.179
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		41.141.317	50.066.020	(7.618.419)	83.588.918	68.100.384

Lisboa, 2 de abril de 2024

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira

Ana Paula Bailão Rodrigues

Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado

Filipa Jesus Martins Pires

Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Hui CHEN
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Reexpresso)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em euros)

	2023	2022 (Reexpresso)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	83.588.918	68.100.384
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto		
Valorização	351.621.777	(716.127.727)
Imparidade	(1.135.394)	(20.540.386)
Alienação	(31.801.571)	2.128.569
Imposto	(100.385.716)	208.583.987
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(687.993)	(19.420.058)
Imposto	216.718	6.048.465
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro		
Valor bruto	(113.527.838)	471.517.325
Imposto	35.570.589	(148.528.063)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro		
Valor bruto	2.934.361	(13.097.380)
Imposto	(924.324)	4.125.677
Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(22.117.677)	(33.400.585)
Imposto	11.307.568	12.862.920
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(4.799.661)	(801.983)
Imposto	606.322	168.416
Ganhos e perdas de diferenças de câmbio em instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(10.171.130)	14.629.589
Imposto	363.058	(6.063.250)
Ganhos e perdas por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura do justo valor		
Valor bruto	1.350.007	-
Imposto	(425.252)	-
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	(296.270)	(233.069)
Imposto	(640.338)	92.317
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(83.863)	14.324.039
Benefícios de saúde	793.133	6.975.396
Imposto corrente	26.417	-
Imposto diferido	(249.837)	(2.202.465)
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	117.543.088	(218.958.266)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	201.132.006	(150.857.882)

JB TP

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO SEPARADA NOS EXERCÍCIOS DE 2023 E 2022 (Reexpresso)

Nº de identificação Fiscal: 500.918.880

(Valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros Instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reserva por impostos	Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição	Outras Reservas				Resultados transferidos	Resultado do exercício	Total
								Reserva legal	Prêmios de emissão	Reserva Fusão	Outras reservas			
Saldo em 31 de dezembro de 2021, conforme anteriormente publicado	674.091.865	85.093.212	-	-	(30.977.971)	(1.394.347)	59.380.408	226.321.345	382.666.154	91.335.345	1.060.677.696	52.605.672	212.282.911	2.812.082.290
Transfêrencia de resultado líquido para resultado transferido	-	(15.162.079)	-	-	26.515.957	-	(59.380.408)	-	-	-	-	212.282.911	(212.282.911)	-
Alteração de política contabilística	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(233.705.413)	-	(281.731.943)
Saldo em 1 de janeiro de 2022, reexpresso	674.091.865	69.931.132	-	-	(4.462.015)	(1.394.347)	-	226.321.345	382.666.154	91.335.345	1.060.677.696	31.183.170	-	2.550.350.347
Aplicação do resultado	(164.977.301)	-	-	-	(427.822)	1.394.347	-	21.228.291	-	-	-	(22.194.816)	-	(164.977.301)
Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	208.583.987	-	-	-	-	-	-	-	-	(525.955.557)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(794.539.544)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140.752)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(233.069)	-	-	92.317	-	-	-	-	-	-	-	-	8.566.340
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	14.629.589	-	-	(6.063.250)	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.371.593)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(19.420.058)	-	-	6.048.465	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.537.666)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	(33.400.585)	-	-	12.862.920	-	-	-	-	-	-	-	-	322.989.262
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	471.517.325	(13.097.380)	(148.528.063)	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.971.702)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	4.125.677	-	-	-	-	-	-	-	-	(633.567)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	168.416	(801.983)	-	-	-	-	-	-	-	19.096.970
Desvios atuariais	-	-	-	-	(2.202.465)	-	-	-	-	(91.335.345)	21.299.435	12.458	-	12.458
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.335.345	-	-	68.100.384
Resultado líquido do exercício	509.114.564	(703.032.535)	471.517.325	(13.097.380)	70.198.168	(801.983)	-	247.549.636	382.666.154	-	1.173.312.476	9.000.812	68.100.384	2.214.577.621
Saldo em 31 de dezembro de 2022, reexpresso	-	-	-	-	(168.417)	801.983	-	11.244.302	-	-	-	56.222.515	(68.100.384)	-
Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(219.207.787)	-	(219.207.787)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(100.385.716)	-	-	-	-	-	-	-	-	218.299.096
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	318.684.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(936.608)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(296.270)	-	-	(640.338)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.808.072)
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	(10.171.130)	-	-	363.058	-	-	-	-	-	-	-	-	924.755
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura do justo valor	-	1.350.007	-	-	(425.252)	-	-	-	-	-	-	-	-	(471.275)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(687.993)	-	-	216.718	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.810.109)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	(22.117.677)	-	-	11.307.568	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.957.248)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	(113.527.838)	-	35.970.589	-	-	-	-	-	-	-	-	2.010.037
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	2.934.361	-	(924.324)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.193.339)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	606.322	(4.799.661)	-	-	-	-	709.270	-	-	485.850
Desvios atuariais	-	-	-	-	(223.420)	-	-	-	-	-	-	-	-	683.897
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83.588.918
Resultado líquido do exercício	509.114.564	(416.270.785)	357.989.487	(10.163.019)	15.494.956	(4.799.661)	-	258.793.938	382.666.154	-	1.174.021.746	(153.300.563)	83.588.918	2.197.135.738
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Handwritten initials and a large 'X' mark.

Handwritten initials 'FB FP'.

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

	2023	2022
1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	83.588.918	68.100.384
Ajustamentos por:		
Amortização do exercício de terrenos e edifícios de uso próprio	418.104	614.594
Amortização de ativos tangíveis	3.353.932	4.023.200
Depreciação de ativos de direito de uso	15.669.528	11.682.915
Amortização de ativos intangíveis	4.941.446	4.003.084
Ganhos e perdas de filiais e associadas	(2.944.217)	36.096
Perdas de imparidade (liquidadas reversão)	(8.076.243)	(17.237.021)
Rendimento proveniente de ativos/passivos de investimento	(113.894.607)	(78.122.246)
Pagamento de juros relativos às locações	1.033.039	743.520
Juros suportados	22.416.770	22.366.484
Juros obtidos	(27.421)	(22.703)
Pagamento de locação de curto-prazo	18.130	7.058
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(18.734.389)	24.230.055
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	12.798.160	(7.484.179)
Variações:		
Variação Nos ativos/passivos de contratos de seguro e resseguro	(159.301.073)	(195.857.492)
Variação de acréscimo e diferimentos ativos/passivos	(2.852.528)	(5.714.162)
Variação de passivos decorrentes de contratos de investimento	(371.162.825)	(310.630.655)
Variação de outros passivos financeiros	37.056.069	19.453.367
Variação de outros devedores por operações de seguros e outras operações	(64.795.651)	(6.389.971)
Variação de outros credores por operações de seguros e outras operações	594.122	(16.792.187)
Variação de inventários	11.002	(9.357)
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(559.889.735)	(482.999.217)
Pagamento/Recebimento de impostos	59.983.827	(103.825.914)
Caixa líquida das atividades operacionais	(499.905.907)	(586.825.131)
2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Investimentos de capital em filiais e associadas	3.112.097	(406.980.612)
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(301.010.110)	(265.048.663)
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	598.655.121	1.166.176.433
Variação de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	231.822.101	147.106.889
Aquisições de terrenos e edifícios de rendimento	(2.321.357)	(1.647.550)
Aquisições de terrenos e edifícios de uso próprio	(35.257.885)	(7.757.445)
Aquisições de outros ativos tangíveis	(1.852.850)	(3.412.943)
Aquisições de outros ativos intangíveis	(16.482.052)	(16.098.330)
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de terrenos e edifícios de rendimento	27.484.688	42.256.859
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de terrenos e edifícios de uso próprio	60.792.152	11.047.122
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de outros ativos tangíveis	31.546	10.274
Recebimento de dividendos	82.404.388	74.550.915
Variação de instrumentos derivados de cobertura	(3.167.533)	-
Variação de derivados detidos para negociação	69.872.387	(220.073.850)
Rendimento proveniente de depósitos à ordem	1.307.606	10.485.634
Caixa líquida das atividades de investimento	715.390.299	530.614.734
3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
Emissão de dívida	1.161.089	1.110.836
Juros suportados	(22.416.770)	(22.366.484)
Juros obtidos	27.421	22.703
Pagamento relativo às locações	(15.669.528)	(11.682.915)
Pagamento de juros relativos às locações	(1.033.039)	(743.520)
Pagamento de locação de curto-prazo	(18.130)	(7.058)
Dividendos pagos a accionistas minoritários	(32.886.956)	-
Dividendos pagos a accionistas majoritários	(186.318.250)	-
Reembolso de prestações suplementares	-	(164.977.301)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(257.154.163)	(198.643.738)
4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes	(41.669.771)	(254.854.135)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	267.048.385	521.902.520
5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	225.378.614	267.048.385

28 FP

Handwritten signature

Índice

1.	Nota Introdutória	2
2.	Políticas Contabilísticas	3
3.	Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	35
4.	Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos.....	36
5.	Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas.....	39
6.	Derivados	40
7.	Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas	44
8.	Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado	45
9.	Terrenos e Edifícios de Uso Próprio	46
10.	Terrenos e Edifícios de Rendimento	47
11.	Outros Ativos Tangíveis e Inventários.....	48
12.	Outros Ativos Intangíveis	49
13.	Contratos de Seguro e Resseguro	50
14.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	55
15.	Ativos e Passivos por Impostos	56
16.	Acréscimos e Diferimentos (Ativo).....	59
17.	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento.....	59
18.	Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Outros Passivos Financeiros.....	60
19.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	61
20.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo)	62
21.	Outras Provisões	62
22.	Capital e Outros Instrumentos de Capital	63
23.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	65
24.	Réditos por contratos de seguro	66
25.	Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços.....	67
26.	Sinistros Ocorridos e Outros Gastos.....	67
27.	Gastos com Pessoal.....	69
28.	Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo.....	71
29.	Resultado da Componente Financeira dos Contratos de Seguro.....	78
30.	Rendimentos	79
31.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	81
32.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas.....	82
33.	Diferenças de Câmbio	83
34.	Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.....	84
35.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	85
36.	Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	88
37.	Outros Rendimentos/Gastos.....	88
38.	Imposto sobre o rendimento	90
39.	Relato por Segmentos	91
40.	Entidades Relacionadas.....	93
41.	Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	95
42.	Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro	113
43.	Gestão de Capital	120
44.	Eventos Subsequentes	122

1. Nota Introdutória

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Companhia"), com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz nº 30, é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português ("Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões" ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun") passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd.

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos não vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o automóvel, incêndio e outros danos, doença e acidentes de trabalho.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente em Espanha, França, Luxemburgo e China.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de abril de 2024. Na data de emissão das demonstrações financeiras estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar nº 9/2022-R, de 2 de novembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro.

Em 2023, a Companhia adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2023. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.14. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022. A adoção de novos normativos contabilísticos acarretou a necessidade de reexpressar as contas de 2022 para garantir a consistência dos comparativos. As políticas contabilísticas que sofreram alterações apresentam-se discriminadas na Nota 2.15.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e imóveis de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 2.13.

JB TP

~

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Fidelidade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo sobre a atividade da Companhia na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11 – “Acordos Conjuntos”, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma filial, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas.

JB TP

W

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (*trade date*) pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou
- iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de ganhos e perdas:

- O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

A Companhia procedeu a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos ao nível do *portfolio*, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão.

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - *Solely Payments of Principal and Interest*)

Para efeitos desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. "Juro" é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Companhia considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, a Companhia tem em consideração:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado);
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

A classificação dos ativos financeiros segue assim o seguinte esquema:

Fluxos de caixa contratuais	Modelo de negócio	Classificação dos ativos financeiros
Fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI)	Receber fluxos de caixa contratuais	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
	Receber fluxos de caixa contratuais e venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas
Outros (não-SPPI)	Derivados e outros instrumentos financeiros utilizados para cobertura de riscos	Derivados de cobertura ou Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Adquiridos para venda a curto prazo	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, para os quais existe uma tendência para tomada de lucros no curto prazo	
	Outros	

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

i. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” da Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”, com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado”.

FB FP

Zv

ii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas” (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida à exceção de títulos de capital considerados estratégicos para a Companhia para os quais, no reconhecimento inicial, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas”.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas”, por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

iii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Companhia para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

FB TP

2

Adicionalmente, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de ganhos e perdas, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

A Companhia classificou como “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura);
- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);
- Os ativos financeiros que a Companhia optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o *accounting mismatch*;
- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pela Companhia no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Rendimentos de outros" com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

iv. Ativos vendidos com acordo de recompra (*repos*) e ativos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*)

Os ativos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em Outros Passivos Financeiros. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os ativos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço da compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado em Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

73 TP

v. Justo valor

Os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

No caso dos futuros de moeda, estes são valorizados tendo por base o mesmo *time stamp* dos respetivos instrumentos cobertos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados encontram-se valorizados tendo por base o *price to book value* e modelos internos de desconto de fluxos de caixa futuros.

vi. Desreconhecimento de ativos financeiros

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia de receber os seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Companhia considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

vii. Transferências entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas.

BB TP

2

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores, valores recebidos em operações de reporte e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em contratos não derivados ou em contratos de base em passivos financeiros são separados e tratados como derivados autónomos, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;

- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado;
e
- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor com as respetivas variações refletidas em ganhos e perdas.

Contabilidade de cobertura

A Companhia investe em derivados com o objetivo de cobertura da sua exposição a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), que aplica para cobrir instrumentos de capital próprio relativamente ao qual a Companhia optou por apresentar as alterações no justo valor em outro rendimento integral.

Para todas as relações de cobertura, a Companhia prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura de justo valor em instrumentos de capital próprio são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em outro rendimento integral, caso se demonstre que a cobertura é eficaz. Neste caso, a ineficácia da cobertura reconhecida é apresentada em outro rendimento integral.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados ao justo valor através de ganhos e perdas

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de ganhos e perdas, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos de macro ou cobertura de carteiras, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e gastos do exercício, na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos de outros". As reavaliações positivas e negativas são registadas na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

JB TP

Z

d) Perdas por imparidade

Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade

A Companhia reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - As perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado".
- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

Abordagem Geral

A provisão para perdas de créditos esperadas é apurada considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco (valor monetário do empréstimo), a respetiva probabilidade de *default* (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD) bem como o relevante fator de desconto. Trata-se um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do empréstimo. Empréstimos sem deterioração de *rating* são assim considerados em estágio 1, empréstimos com deterioração de *rating* são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por empréstimos com evidência objetiva de *default*.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de *rating* a partir do reconhecimento inicial é dada pela descida de pelo menos 2 notações de *rating* a partir do momento em que o *rating* inicial se situa no BBB, sendo que esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do *rating*.

As provisões para perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas de créditos esperadas reflete quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (*12 month expected credit losses*).

No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito *lifetime* (*lifetime expected credit losses*).

À data de cada reporte, a Companhia avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Companhia compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

A Companhia utiliza para a avaliação creditícia os *ratings* de pelo menos 3 agências credenciadas pelo regulador *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor *rating*, limitado,

em termos gerais, ao *rating* da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao *rating* do emitente ou alternativamente ao *rating* do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, a Companhia procura aferir, através de uma metodologia de *scoring*, um *rating* interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

A Companhia considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que a Companhia receba os valores contratuais em aberto na íntegra. O valor contabilístico de um ativo financeiro nesta fase, estágio 3, é reduzido refletindo meramente o *recovery value* não havendo expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Critério de classificação	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	<i>Default</i>

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos a redução do valor recuperável sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas:

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e para os quais a provisão para perdas é mensurada por um valor igual a uma perda de crédito esperada a 12 meses;
- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são ativos financeiros com redução ao valor recuperável e para os quais a provisão para perdas é avaliada num valor igual à perda de crédito *lifetime*;
- **Estágio 3:** Ativos financeiros com redução ao valor recuperável à data do reporte (mas que não foram comprados ou originados com redução ao valor recuperável) e que estão em imparidade (ativos em *default*).

Abordagem Simplificada

A Companhia avalia as perdas de crédito esperadas associadas à rubrica de “Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações”, tendo por base informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis e que sejam suscetíveis de afetar o risco de crédito. A avaliação depende da natureza do ativo, sendo para os recibos por cobrar efetuada uma análise de incobrabilidade dos prémios e para os mediadores, resseguradores e outros devedores uma análise baseada no negócio e experiência passada das perdas.

2.5. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

JB TP

Handwritten signature

Os imóveis de rendimento, são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos independentes.

2.6. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao uso destes ativos são reconhecidos como gastos do exercício, exceto no que se refere às despesas que reúnam as condições passíveis de serem capitalizáveis e as quais são amortizadas ao longo da respetiva vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método da linha reta, de acordo com as taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio e são registadas em gastos do exercício. Os terrenos não são objeto de amortização, tendo em conta que estes não têm uma vida útil definida. A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar indícios de imparidade nos terrenos e edifícios de uso próprio. Sempre que o valor líquido contabilístico destes ativos exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do respetivo ativo.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um imóvel de uso próprio é determinado como base na diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do respetivo ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Adicionalmente, os imóveis em construção são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade e não são amortizáveis. Os custos dos mesmos compreendem o custo direto de construção e os custos inerentes ao empréstimo obtido para a construção destes imóveis. Os imóveis em construção são reclassificados para imóveis firmes, quando se encontrarem disponíveis para uso.

2.7. Locações

Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

83 TP

O locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

- i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;
- ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;
- iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

A Companhia optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e sobre contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. A Companhia possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos são reconhecidos como despesas.

Locador

As locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de locação financeira são registados na posição financeira como "Contas a receber por outras operações", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Outros rendimentos/gastos".

2.8. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos, com exceção dos projetos informáticos estruturantes, podendo ir até a um período de 10 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gastos no exercício em que são incorridas.

73 77

2

2.9. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2022 e 2023 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais da Companhia são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

A Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à Companhia é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun. O imposto correspondente à atividade da Companhia é refletido na Demonstração de Resultados e/ou em Capital Próprio.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a (i) valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, (ii) valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, (iii) provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente, (iv) valor temporal do dinheiro e (v) regime transitório estabelecido na Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro decorrente da adoção da norma contabilística IFRS 17 – “Contratos de Seguros”.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

7B TP

2.10. Provisões, passivos e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às contas, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

2.11. Contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento

A IFRS 17 – “Contratos de seguro”, que substituiu a IFRS 4 – “Contratos de seguro”, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2023 e implicou alterações aos princípios contabilísticos que uma entidade deve aplicar ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro, a fim de alcançar uma maior consistência e aumentar a comparabilidade entre entidades.

Os princípios contabilísticos, as políticas e as bases de mensuração relativos aos instrumentos financeiros que, na sequência da adoção da IFRS 17, foram aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras são apresentados a seguir.

Ativos e passivos cobertos por contratos de seguro e resseguro

a) Classificação

Contratos de seguro

Atualmente a Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, financeiro ou de ambos. Assim, foi avaliado se os contratos detidos pela Companhia aceitam um risco de seguro significativo de outra parte, concordando em compensar o tomador do seguro se ocorrer um evento futuro incerto que o afete adversamente. A Companhia também comercializa contratos com risco maioritariamente financeiro (com risco de seguro não significativo) em que existe uma participação nos resultados discricionária atribuída aos tomadores de seguro, sendo os mesmos considerados como contratos de seguro. Desta avaliação concluiu-se que todos os contratos de seguro que estavam sob o âmbito da IFRS 4 cumprem a definição de contrato de seguro, pelo que a introdução da IFRS 17 não resulta em qualquer reclassificação.

No caso de contratos em que o risco é essencialmente financeiro, sem a participação discricionária nos resultados referida anteriormente, a Companhia regista estes contratos como instrumentos financeiros e assim mensurados conforme a IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”.

JB FP

2

Contratos de resseguro cedido

A Companhia celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro para uma ou mais entidades resseguradoras, sendo estes acordos também mensurados pela IFRS 17.

b) Agrupamento

A Companhia agrupa os contratos de seguro em função:

- de estarem sujeitos a riscos similares e serem geridos em conjunto;
- da sua rentabilidade ou onerosidade;
- do seu ano de emissão ou *cohort* (coincidente com o ano civil).

De um modo geral, a Companhia classifica a rendibilidade dos contratos em dois grupos:

- contratos onerosos;
- contratos não onerosos ou sem probabilidade significativa de se tornarem onerosos.

De acordo com a IFRS 17, a Companhia decidiu aplicar esta metodologia também para os contratos de resseguro cedido.

c) Reconhecimento

A Companhia reconhece um grupo de contratos de seguro a partir da primeira das seguintes datas:

- início do período de cobertura dos contratos;
- em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro se torna exigível;
- para um grupo de contratos onerosos, a data em que o mesmo se torna oneroso.

d) Modelos de mensuração dos contratos de seguro

A avaliação dos contratos de seguro baseia-se num modelo que utiliza pressupostos atualizados em cada data de reporte, existindo várias abordagens de cálculo.

i) Modelo geral (GMM)

Este é o método por defeito para a avaliação dos contratos de seguro, exceto se estiverem reunidas as condições para a aplicação da Abordagem da imputação do prémio ou da Abordagem de taxa variável. O Modelo geral exige que as entidades valorizem os contratos de seguro pelo total de:

1. Cumprimento de fluxos de caixa, que incluem:

- a. estimativas dos fluxos de caixa futuros que estejam dentro das fronteiras contratuais;
- b. descontados de forma a refletir o valor temporal do dinheiro, e os riscos financeiros inerentes a estes fluxos; e
- c. ajustamento do risco dos fluxos de caixa futuros para a incerteza associada aos pressupostos não financeiros.

2. Margem de Serviço Contratual (CSM): que representa o lucro esperado ainda não realizado dos grupos de contratos de seguro e será reconhecido em "Réditos de contratos de seguro" na Demonstração de Resultados à medida que o serviço for prestado.

JB TP

ii) Abordagem de imputação do prémio (PAA)

Este é um método simplificado do modelo geral, aplicável a contratos com um período de cobertura igual ou inferior a um ano, ou para contratos com uma duração superior em que a avaliação do passivo de cobertura remanescente não difere significativamente da apurada pelo modelo geral.

O passivo relativo a sinistros ocorridos deve ser calculado através da inclusão de todos os fluxos de caixa futuros decorrentes do cumprimento de sinistros ocorridos que não tenham sido pagos, utilizando as taxas de desconto e o ajustamento de risco para o risco não financeiro.

No reconhecimento inicial, o ativo/passivo de contratos de seguro por serviços futuros deve consistir em:

- prémios recebidos no reconhecimento inicial;
- menos os fluxos de caixa da aquisição de seguros nessa data; e
- qualquer montante resultante do desreconhecimento nessa data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa da aquisição do seguro.

No reconhecimento inicial, bem como ao longo do período de cobertura dos contratos, é feita uma avaliação para determinar se existem factos e circunstâncias que indiquem que os contratos são onerosos. Um grupo de contratos é considerado oneroso na medida em que os fluxos de caixa decorrentes da sua execução excedam o seu valor contabilístico.

Nestes casos, é registada uma perda na rubrica "Gastos de contratos de seguro" da Demonstração de Resultados e a rubrica "Passivos por contratos de seguro" é acrescida da cobertura remanescente, que é amortizada durante o período de vigência dos contratos.

Por tipologia de produtos, os modelos adotados para a mensuração de contratos de seguro e resseguro da Companhia são:

Segmento	Tipo de produto	Modelo de mensuração
Ramo vida	Rendas	GMM
	Capitalização	
	Risco ⁽¹⁾	PAA
	Risco ⁽²⁾	
Resseguro	PAA	
Ramo não vida		Resseguro
	Seguro Direto	

⁽¹⁾ Com limite contratual superior a um ano;

⁽²⁾ Com limite contratual inferior ou igual a um ano.

Estimativa de fluxos de caixa futuros

O apuramento das estimativas de fluxos de caixa futuros tem em consideração:

- a incorporação, de forma imparcial, de todas as informações disponíveis razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços excessivos sobre o montante, momento e incerteza desses fluxos de caixa futuros. Para tal, a Companhia estima o valor esperado para um vasto leque de resultados possíveis;
- refletir a perspetiva da Companhia, desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam consistentes com os preços de mercado observáveis para estas mesmas variáveis;
- as estimativas refletirem as condições existentes à data da mensuração, incluindo pressupostos à data sobre o futuro (serem correntes); e
- que a Companhia estima o ajustamento para o risco não financeiro separadamente das outras estimativas, assim como o ajustamento para o valor temporal do dinheiro e o risco financeiro.

Relativamente ao resseguro cedido, a Companhia apura o ajustamento de risco, para o risco não financeiro, de modo a representar o montante de risco transferido pelo tomador da Companhia de contratos de resseguro para emitente desses contratos.

Taxa de desconto

A Companhia realiza o ajustamento às estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros relacionados com estes fluxos de caixa utilizando taxas de desconto que, de acordo com o normativo:

- reflitam o valor temporal do dinheiro, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- sejam consistentes com os preços de mercado atuais observáveis para os instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características sejam consistentes com as dos contratos de seguro; e
- excluam o efeito dos fatores que influenciam os preços de mercado observáveis que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Assim, a Companhia optou por utilizar a curva sem risco fornecida pela EIOPA adicionando o ajustamento de volatilidade (*bottom-up*).

Adicionalmente, é utilizada a metodologia *top-down* para obter as taxas de desconto a aplicar à nova produção dos grupos de contratos, partindo de uma taxa de desconto de um instrumento financeiro de referência com características semelhantes às do passivo e eliminando a probabilidade de incumprimento.

Para a apresentação dos custos e proveitos financeiros dos contratos de seguro decorrentes da alteração da taxa de desconto, quer pelo efeito do valor temporal do dinheiro, quer pelo efeito do risco financeiro, a Companhia optou pela política contabilística de repartir estes custos e proveitos financeiros entre o registo no "Resultado da componente financeira" e no "Outro rendimento integral", de forma a minimizar as assimetrias contabilísticas na valorização e reconhecimento dos investimentos financeiros no âmbito da IFRS 9 e dos contratos de seguro no âmbito da IFRS 17.

Por tipologia de produtos, as abordagens para determinação das taxas de desconto aplicadas são:

Segmento	Tipo de produto	Abordagem
Ramo vida	Rendas	<i>Top-down</i>
	Risco	<i>Bottom-up</i>
	Capitalização com taxa garantida	Abordagem estocástica
Ramo não vida	Resseguro	<i>Bottom-up</i>
	Seguro Direto	

Ajustamento do risco não financeiro

O ajustamento do risco não financeiro reflete a compensação necessária para suportar a incerteza quanto ao montante e ao momento dos fluxos de caixa associados, que decorrem do risco não financeiro. A determinação do ajustamento deste risco baseia-se maioritariamente em informações sobre a melhor estimativa do passivo e dos requisitos de capital, que se baseiam no cálculo do *Value at Risk (VaR)* e *Cost of Capital (CoC)*, com intervalo de confiança de 75%, das obrigações associadas aos contratos de seguro e, no caso do resseguro cedido, do risco transferido pela Companhia para o emitente dos contratos de resseguro.

A Companhia optou por desagregar as variações do risco financeiro e do risco não financeiro, pelo que a variação do valor do ajustamento de risco resultante do efeito do valor temporal do dinheiro é registada como resultado financeiro de seguros.

73 TP

Margem de serviços contratuais (CSM)

A CSM representa o lucro esperado, ainda não realizado, dos grupos de contratos de seguro que será reconhecido à medida que o serviço for prestado. A CSM é, no final de cada período de reporte, o montante determinado no início do período, ajustado por:

- o efeito de novos contratos;
- juros creditados à CSM durante o período de reporte, calculados às taxas de desconto determinadas à data do reconhecimento inicial;
- alterações nos fluxos de caixa relacionados com o serviço futuro, a não ser que o aumento exceda o montante da CSM, gerando uma perda, ou que as reduções dos mesmos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente;
- o efeito das variações cambiais na CSM; e
- o montante reconhecido nos lucros ou prejuízos do período devido a serviços prestados nesse período.

O critério geral para a libertação da CSM deve ter como principal fator o serviço de seguro prestado, dependendo da tipologia do produto, sendo que o método considerado reflete a cobertura de seguro prestada em cada período. Para o efeito, será tido em consideração o montante das prestações concedidas aos tomadores de seguros em cada momento, de acordo com os diferentes níveis de cobertura.

Relativamente ao resseguro cedido, não existe um lucro esperado ainda não realizado, mas sim um gasto/rédito líquido na aquisição do contrato de resseguro. Deste modo, no reconhecimento inicial a Companhia reconhece um gasto/rédito líquido na aquisição pela Companhia de contratos de resseguro como uma margem de serviços contratuais apurada de acordo com:

- o cumprimento dos fluxos de caixa;
- o montante desreconhecido na data de reporte de qualquer ativo/passivo reconhecido anteriormente pelos fluxos de caixa da Companhia de contratos de resseguro;
- novos fluxos de caixa; e
- rendimentos reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício.

Contratos onerosos

A Companhia classificou os contratos mensurados pelo modelo geral em grupos de onerosidade, tendo em conta o cumprimento dos fluxos de caixa, os custos de aquisição e quaisquer outros fluxos atribuíveis aos contratos de seguro. A avaliação é normalmente efetuada contrato a contrato. Os contratos mensurados através da Abordagem da imputação do prémio são, por defeito, assumidos como não onerosos no reconhecimento inicial, a não ser que factos e circunstâncias indiquem o contrário.

À semelhança da margem de serviço contratual, que representa o lucro futuro estimado do contrato de seguro, a componente de perda é a perda estimada do contrato. O reconhecimento contabilístico destes dois elementos acontece em momentos distintos: enquanto a margem é diferida ao longo da vida do contrato de acordo com os seus limites contratuais, a componente de perda é reconhecida na Demonstração de Resultados logo que a sua existência seja conhecida. Assim, durante a vida de um contrato, os pressupostos utilizados para projetar os fluxos de caixa futuros podem mudar e, conseqüentemente, a rentabilidade esperada de um contrato pode aumentar ou diminuir. Isto significa que um grupo de contratos inicialmente classificados como onerosos pode tornar-se mais oneroso ou, inversamente, numa mensuração subsequente, os pressupostos utilizados nos fluxos de caixa podem alterar-se de tal forma que a perda anteriormente reconhecida possa ser revertida.

813 RP

Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked* e seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Companhia em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na Demonstração de Resultados.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo do contrato descontado até à data de cálculo à taxa garantida. Estes passivos encontram-se registados na rubrica "Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento".

Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 17, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IFRS 9 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da Demonstração de Resultados, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.12. Comissões

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na Demonstração de Resultados ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

73 FP

22

2.13. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. d). No que respeita à definição do *rating* interno é utilizada uma metodologia de *scoring* baseada em indicadores financeiros que pretendem avaliar a capacidade de solvência dos compromissos financeiros do emitente.

A avaliação do *rating* interno consiste na análise de uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a solvabilidade de uma empresa, incluindo sua vantagem competitiva, escala e diversificação, eficiência operacional e rentabilidade. Esses fatores são avaliados para determinar a probabilidade de uma empresa ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Os principais fatores considerados são os seguintes:

- Vantagem competitiva. A Companhia considera a posição estratégica e atratividade para os clientes de uma empresa. Isto inclui fatores como sua estratégia geral, a singularidade e qualidade dos seus produtos ou serviços, a sua quota de mercado e quaisquer barreiras à entrada que existam nessa indústria. Além disso, a vantagem tecnológica da empresa ou vulnerabilidade à substituição tecnológica também é considerada.
- Escala, alcance e diversificação. É analisada a concentração ou diversificação das atividades comerciais de uma empresa. Isso inclui fatores como diversificação de produtos e diversificação geográfica, que é conjugado com fatores quantitativos como a dimensão do mercado em que opera e as suas receitas.
- Eficiência operacional. A Companhia avalia a qualidade e flexibilidade da base de ativos de uma empresa e sua capacidade de gerir a sua base de custos. Isto inclui fatores como estrutura de custos, processos de fabricação e gestão de capital de trabalho.
- Rentabilidade. São conjugadas várias métricas quantitativas como projeções ou a volatilidade da rentabilidade ao longo do tempo.

Desta avaliação resulta uma avaliação concreta, um *rating* interno preliminar, o qual poderá ainda ser ajustado em ambos os sentidos com outros fatores qualitativos, tais como a constituição da equipa de gestão e a sua governança ou a influência de um acionista maioritário, de um grupo ou do Estado.

Em emissões que são *repack*, e na medida em que temos visibilidade dos ativos subjacentes, usamos o *rating* médio das emissões consideradas no veículo. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

Na Nota 36 é apresentada uma análise de sensibilidade ao cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com o respetivo impacto caso não se considerasse o *rating* interno, ou seja, caso se considerasse estas obrigações como "sem *rating*".

7B FP



Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia avalia anualmente com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. Sempre que possível, o valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. Nos restantes casos, o valor recuperável é determinado com base nos Capitais Próprios de cada empresa.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, com impacto nos resultados da Companhia.

Para determinar os fluxos de caixa futuros de cada entidade, quando utilizado o método de fluxos de caixa descontados no âmbito do teste de imparidade, o cálculo é baseado no modelo de negócios aprovado pela gestão de cada entidade, para um período de 5 anos. Os fluxos de caixa são então descontados com uma taxa de desconto que reflete adequadamente o risco de cada negócio e do mercado em que a empresa opera, variando entre 4,9% e 19,0% para dezembro de 2023.

Para os períodos posteriores ao modelo de negócio, os fluxos de caixa baseiam-se numa perpetuidade que reflete as taxas de crescimento a longo prazo esperadas para cada entidade com base nas taxas de crescimento previstas de inflação, variando entre 1,5% e 3,5% para dezembro de 2023.

Abaixo encontram-se informações adicionais relativas a taxas de desconto e taxas de crescimento perpétuo por geografia:

Região	Setor	Taxa de desconto	Taxa de crescimento perpétuo
Europa	Seguros, Saúde e Gestão de Ativos	4,9% - 8,5%	1,5% - 2,0%
África	Seguros	15,2% - 19,0%	2,0%
Ásia	Seguros	9,3%	2,0%
América Latina	Seguros	6,8% - 13,2%	2,0% - 3,5%

A fim de avaliar a sensibilidade do montante recuperável aos principais pressupostos identificados foram efetuados testes de sensibilidade, principalmente à taxa de desconto e à taxa de crescimento perpétuo. Um aumento de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto e uma diminuição de 0,5 pontos percentuais na taxa de crescimento perpétuo não resulta numa potencial perda de imparidade.

Valorização de Terrenos e Edifícios de Rendimento

Os Terrenos e Edifícios de Rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

FB SP

As técnicas de avaliação utilizadas são:

- a. Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b. Abordagem do custo: consiste na aplicação do princípio de que um comprador não pagará mais por um ativo do que o custo para obter outro de igual utilidade, seja por compra ou por construção, a menos que tempo indevido, inconveniência, risco ou outros fatores estejam envolvidos. Esta abordagem fornece uma indicação de valor, calculando a substituição atual ou o custo de reprodução do ativo, fazendo deduções para deterioração e todas as outras formas relevantes de obsolescência;
- c. Abordagem do rendimento: considera a informação relativa ao rendimento e às despesas operacionais do imóvel em avaliação, determinando o valor através de um processo de capitalização. Neste método, tendo em conta o princípio da substituição do bem, assume-se que a uma dada taxa de retorno exigida pelo mercado, o fluxo de receitas gerado pelo imóvel conduzirá à obtenção do seu valor mais provável. Desta forma, a estimativa do valor do imóvel resulta da conversão do rendimento gerado pelo mesmo (usualmente a receita líquida) através da aplicação de uma dada taxa de capitalização ou taxa de atualização, ou mesmo as duas, as quais refletem uma medida do retorno esperada sobre o investimento.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.11. O cálculo das responsabilidades reflete uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação dos passivos de contratos de seguro de serviços passados e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas. Na Nota 43 é divulgada informação adicional sobre pressupostos na avaliação dos riscos e análises de sensibilidade.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

73 1P

2

2.14. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.14.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2023 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento: Reforma fiscal internacional – Regras do modelo do Segundo Pilar (Emenda)	08-11-2023	2023/2468	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros: Aplicação Inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (Emenda)	08-09-2022	2022/1491	01-01-2023
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento: Impostos Diferidos relacionado com os Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (Emenda)	11-08-2022	2022/1392	01-01-2023
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e IFRS <i>Practice Statement 2</i> : Divulgação de políticas contabilísticas (Emenda)	02-02-2023	2022/357	01-01-2023
IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de estimativas contabilísticas (Emenda)	02-03-2022	2022/357	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros (Emenda)	19-11-2021	2021/2036	01-01-2023

A Companhia reviu as divulgações das políticas contabilísticas à luz da emenda da IAS 1, com adoção a 1 de janeiro de 2023, e definiu como conceito de materialidade na tomada de decisão sobre divulgações das políticas contabilísticas, o facto de as políticas contabilísticas terem impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras apresentadas e que acrescentem valor ao entendimento das demonstrações financeiras, para além das notas já apresentadas e do normativo contabilístico em vigor.

2.14.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Classificação dos passivos como correntes ou não correntes e passivos não correntes com convenções	19-12-2023	2023/2822	01-01-2024
IFRS 16 - Locações: Passivos por Locação numa Venda e Relocação (Emenda)	20-11-2023	2023/2579	01-01-2024

A Companhia está a analisar a sua implementação, não sendo possível a esta data apurar o impacto nas demonstrações financeiras.

83 SP

2

2.14.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 21 - Efeitos de Alterações das Taxas de Câmbio: Falta de Permutabilidade (Emenda)	15-08-2023	01-01-2025
IAS 7 - Demonstração de Fluxos de Caixas e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Acordos de Financiamento de Fornecedores (Emenda)	25-05-2023	01-01-2024

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não sendo possível a esta data apurar o impacto da sua adoção das demonstrações financeiras.

2.15. Alteração de Políticas Contabilísticas

a) Adoção da IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – e alterações decorrentes da Adoção da IFRS 17 – “Contratos de Seguro”

A IFRS 9 substituiu a IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para os períodos anuais após 1 de janeiro de 2018. No sentido de garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 e da IFRS 17, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2023, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Adicionalmente foi também permitido que as seguradoras que adotassem a IFRS 9 aplicassem a abordagem de sobreposição a ativos financeiros designados. Em 1 de janeiro de 2023, a Companhia deixou de aplicar a abordagem de sobreposição que haveria adotado desde 1 de janeiro de 2020, momento em que adotou a IFRS 9 pela primeira vez. Este efeito foi reconhecido retrospectivamente, com impacto em Resultados Transitados, conforme divulgado na Nota 2.15.2

Na data da aplicação inicial da IFRS 17, a Companhia optou por designar investimentos estratégicos em instrumentos de capital próprio como Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas nos termos do parágrafo 5.7.5 da IFRS 9 que, anteriormente, se encontravam classificados como Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Esta designação e classificação foi reconhecida retrospectivamente. Os ativos correspondentes a esta classificação correspondem aos seguintes montantes:

	2022	2021
REN, PL	88.645.526	89.524.946
AGEAS, BB	85.116.526	93.582.969
NEW CHINA LIFE INSURANCE, HK, HKD	143.294.900	146.915.585
CHONGQING RURAL COMMERCIAL, HK, HKD	18.528.798	18.097.680
SHENZHEN EXPRESSWAY CORP, HK, HKD	1.092.493	-
	<u>336.678.243</u>	<u>348.121.181</u>

83 RP

27

b) Adoção da IFRS 17 – “Contratos de Seguro”

A Fidelidade adotou a norma IFRS 17 – “Contratos de Seguro” a partir de 1 de janeiro de 2023. A implementação desta norma resulta em mudanças significativas ao nível do reconhecimento, mensuração, apresentação, divulgação e contabilização de contratos de seguro e de resseguro.

Assim, a Companhia reexpressou a Demonstração da Posição Financeira de abertura a 1 de janeiro de 2022 e de encerramento a 31 de dezembro de 2022 e a Demonstração de Resultados do exercício findo nessa data, com o objetivo de aplicar a norma de forma retrospectiva e tornar a informação financeira de 2022 comparável, como se a Norma estivesse estado sempre em vigor.

O impacto da transição provém principalmente da avaliação dos passivos de contratos de seguros a longo prazo numa ótica de valor presente esperado, sendo assim impactados pelas taxas de desconto aplicadas a cada período de reporte. Outros elementos que afetam o impacto da transição dizem respeito à reclassificação de determinadas carteiras de ativos financeiros, a fim de reduzir as assimetrias contabilísticas entre ativos e passivos. Consequentemente, os impactos no outro rendimento integral acumulado e nos resultados transitados resultam principalmente de contratos a longo prazo.

2.15.1. Princípios da Transição para a IFRS 17

Na transição para a IFRS 17, a norma requer que a Companhia aplique uma abordagem retrospectiva para reconhecer os contratos de seguro e resseguro em vigor nesta data como se a norma sempre tivesse estado em vigor. Para tal, a mesma requer a utilização de uma abordagem retrospectiva total. No caso de tal ser impraticável, é permitido uma abordagem modificada ou uma abordagem de justo valor, condicionada a aplicação desta última à disponibilidade de informações razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços indevidos para poder aplicar a abordagem modificada.

A análise da impraticabilidade do reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro e resseguro por uma abordagem retrospectiva é feita com base nos requisitos da IFRS 17, tendo em consideração a disponibilidade de sistemas, dados e informação histórica completa.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela Companhia e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a Companhia só irá aplicar dois dos três modelos previstos no normativo – a abordagem de imputação do prémio e o modelo geral. As condições para a aplicação da abordagem da comissão variável (VFA) não se verificaram devido à discricionariedade na distribuição aos tomadores de seguros conferidos nos produtos com participação nos resultados.

Deste modo, para os produtos contabilizados pelo método GMM, a abordagem de transição utilizada é a do justo valor, dado a Companhia ter limitações na informação histórica necessária para reconhecer e mensurar estes contratos como se a norma sempre tivesse estado em vigor.

No caso dos produtos mensurados pela PAA, a abordagem utilizada é a retrospectiva total, estando a ser aplicada a contratos com duração inferior ou igual a 1 ano, sendo possível obter a informação histórica necessária para o respetivo reconhecimento à data da transição.

No caso do PAA, sendo um método simplificado, permite-nos utilizar informação/apuramento semelhante à “Provisão para prémios não adquiridos” da IFRS 4 para apurar o proveito a libertar na rubrica “Passivos de contratos de seguro/resseguro” da Posição Financeira através de um *pro-rata temporis*.

JB TP

W

O GMM, sendo o método geral, na transição é necessário mensurar e reconhecer os contratos de seguro e resseguro como se os mesmos sempre tivessem estado em vigor. Tal não sendo praticável, a abordagem utilizada (justo valor) requer que os mesmos sejam mensurados e reconhecidos com a informação de justo valor à data da transição, apurando a margem de serviços contratuais ou a componente de perda do passivo de cobertura remanescente através da diferença entre:

- o justo valor de cada grupo de contratos de seguro e resseguro de acordo com a IFRS 13; e
- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos de acordo com a IFRS 17, isto é, o valor atual dos fluxos de caixa referentes ao cumprimento dos mesmos acrescidos de um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro.

Assim, para apurar o justo valor pelo qual a transferência de responsabilidades do portfolio de contratos de seguro teria lugar entre participantes no mercado à data de mensuração nas condições de mercado corrente, foi calculado o valor atual das responsabilidades tendo por base a metodologia do custo implícito no requisito de capital necessário para cada portfolio até ao seu término.

Para o efeito, o requisito de capital de solvência de cada portfolio na data de transição foi projetado utilizando a estrutura dos fluxos de caixa estimados e foi depois multiplicado pelo custo de capital apurado para cada portfolio.

Por fim, o valor atual foi obtido utilizando a mesma curva de desconto utilizada para calcular a margem de serviços contratuais. A segunda componente do cálculo corresponde ao valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados à data de transição acrescidos de ajustamento pelo risco para o risco não financeiro.

2.15.2. Impactos da Transição para a IFRS 17

Anulação dos saldos de IFRS 4

Todos os ativos e passivos mensurados pela IFRS 4 foram anulados na transição, para serem repostos os saldos equivalentes pela IFRS 17.

Reconhecimento dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos IFRS 17

A mensuração dos passivos de contratos de seguro é apurada com base nos grupos de contratos, utilizando as obrigações contratuais necessárias para o cumprimento de um contrato de seguro (ex: prémios, custos, sinistros).

Estes são contabilizados dentro da componente dos fluxos de caixa dos passivos de contratos de seguro.

Reconhecimento do proveito a libertar da IFRS 17

O proveito a libertar é registado através de um passivo de contrato de seguro associado com o proveito a reconhecer no futuro, a ser libertados na Demonstração de Resultados durante o período de cobertura do grupo de contratos.

Efeito fiscal

O efeito fiscal em balanço advém da adoção da IFRS 9 em pleno, nomeadamente pela anulação da aplicação da abordagem de sobreposição a ativos financeiros designados e pela redesignação dos instrumentos financeiros, das diferenças temporárias da anulação dos impactos dos saldos de balanço da IFRS 4 e reconhecimento dos saldos de balanço da IFRS 17.

A alteração da política contabilística relativa aos Instrumentos Financeiros decorrente da adoção da IFRS 17 originou impactos na composição do capital próprio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e no resultado do exercício findo nesta data.

JB TP

Z

A reconciliação do capital próprio em 1 de janeiro de 2022 e em 31 de dezembro de 2022 e a reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são apresentadas no seguinte quadro:

	Capital próprio		Resultado
	01/01/2022	31/12/2022	31/12/2022
Saldos anteriores à alteração da política contabilística	2.812.082.290	2.228.673.518	112.443.017
Impacto da alteração da política contabilística			
Ajustamento da redesignação de ativos, líquido de efeito fiscal	-	-	7.825.963
Ajustamento da abordagem de sobreposição, líquido de efeito fiscal	-	-	(32.664.500)
Ajustamento de contratos de seguro, líquido de efeito fiscal	(281.731.943)	(14.145.897)	(19.504.097)
	(281.731.943)	(14.145.897)	(44.342.633)
Saldos após alteração da política contabilística	2.530.350.347	2.214.527.621	68.100.384

De seguida, é apresentada a reconciliação do efeito fiscal no ativo e passivo em 1 de janeiro de 2022 e em 31 de dezembro de 2022:

	Ativo		Passivo	
	01/01/2022	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2022
Saldos anteriores à alteração da política contabilística	148.438.554	384.714.884	137.145.214	167.583.019
Impacto da alteração da política contabilística				
Ajustamento da redesignação de ativos	-	-	-	-
Ajustamento da abordagem de sobreposição	(6.685.587)	(97.453.171)	(6.685.587)	(97.453.171)
Ajustamento de contratos de seguro	137.787.535	151.564.707	(3.737.130)	145.433.562
	131.101.949	54.111.535	(10.422.717)	47.980.390
Saldos após alteração da política contabilística	279.540.503	438.826.419	126.722.497	215.563.409

De seguida, é apresentado o impacto na posição financeira em 1 de janeiro de 2022 e em 31 de dezembro de 2022:

ATIVO	01-01-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.189.488.013	(348.121.181)	3.537.609.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8.354.934.774	348.121.181	8.006.813.593
Provisões técnicas de resseguro cedido			
Provisão para prémios não adquiridos	-	(82.555.208)	82.555.208
Provisão matemática do ramo vida	-	(27.004.267)	27.004.267
Provisão para sinistros	-	(253.812.077)	253.812.077
Outras provisões técnicas	-	(22.544.992)	22.544.992
Ativos de contratos de resseguro do ramo vida			
De serviços futuros	27.333.377	27.333.377	-
De serviços passados	9.394.640	9.394.640	-
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida			
De serviços futuros	82.226.097	82.226.097	-
De serviços passados	273.844.319	273.844.319	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	80.951.679	(83.268.430)	164.220.109
Contas a receber por outras operações de resseguro	26.081.569	(414.955)	26.496.524
Contas a receber por outras operações	20.250.322	-	20.250.321
Ativos por impostos			
Ativos por impostos diferidos	279.521.127	131.101.949	148.419.178
Acréscimos e diferimentos	12.995.241	(219.738)	13.214.978
		54.080.716	

PASSIVO	01-01-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	-	(321.833.928)	321.833.928
Provisão matemática do ramo vida	-	(1.797.846.377)	1.797.846.377
Provisão para sinistros			
De vida	-	(113.423.958)	113.423.958
De acidentes de trabalho	-	(1.009.412.309)	1.009.412.309
De outros ramos	-	(798.775.053)	798.775.053
Provisão para participação nos resultados	-	(62.290.771)	62.290.771
Provisão para compromissos de taxa	-	(17.780.388)	17.780.388
Provisão para estabilização de carteira	-	(25.803.587)	25.803.587
Provisão para desvios de sinistralidade	-	(32.960.468)	32.960.468
Provisão para riscos em curso	-	(43.924.719)	43.924.719
Outras provisões técnicas	-	(23.211.963)	23.211.963
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	312.638.571	-	312.638.571
Passivos de contratos de seguro do ramo Vida			
De serviços futuros	2.209.061.079	2.209.061.079	-
De serviços passados	140.346.650	140.346.650	-
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
De serviços futuros	287.291.707	287.291.707	-
De serviços passados	2.027.267.115	2.027.267.115	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.027.190.374	10.238.412	8.016.951.962
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro direto	87.605.705	(17.951.640)	105.557.345
Contas a pagar por outras operações de resseguro	78.297.486	(7.618.125)	85.915.611
Contas a pagar por outras operações	61.698.719	-	61.698.719
Passivos por impostos			
Passivos por impostos diferidos	76.952.074	(10.422.717)	87.374.791
Outras provisões	67.559.952	(55.136.302)	122.696.254
		<u>335.812.659</u>	

CAPITAL PRÓPRIO	01-01-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Reservas de reavaliação			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	84.239.656	23.971.448	60.268.208
De diferenças de câmbio	12.473.260	12.473.260	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(54.005.321)	(53.296.930)	(708.391)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	26.583.442	1.690.142	24.893.300
Reserva por impostos diferidos	(4.462.015)	26.515.957	(30.977.971)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	-	(59.380.408)	59.380.408
Resultados transitados	31.183.170	(233.705.413)	264.888.583
		<u>(281.731.943)</u>	

FB FP

W

ATIVO	31-12-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.531.228.551	(336.678.243)	3.867.906.794
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.421.410.575	336.678.243	6.084.732.332
Provisões técnicas de resseguro cedido			
Provisão para prémios não adquiridos	-	(103.120.209)	103.120.209
Provisão matemática do ramo vida	-	(29.569.744)	29.569.744
Provisão para sinistros	-	(269.835.673)	269.835.673
Outras provisões técnicas	-	(34.958.549)	34.958.549
Ativos de contratos de resseguro do ramo vida			
De serviços futuros	29.892.889	29.892.889	-
De serviços passados	12.806.297	12.806.297	-
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida			
De serviços futuros	102.797.064	102.797.064	-
De serviços passados	294.694.601	294.694.601	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	90.740.444	(85.850.607)	176.591.051
Contas a receber por outras operações de resseguro	17.140.549	76.886	17.063.663
Contas a receber por outras operações	81.620.314	86.386	81.533.928
Ativos por impostos			
Ativos por impostos diferidos	432.641.633	54.111.535	378.530.097
Acréscimos e diferimentos	14.487.513	(3.628)	14.491.141
		<u>(28.872.751)</u>	

PASSIVO	31-12-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	-	(359.525.471)	359.525.471
Provisão matemática do ramo vida	-	(1.613.365.329)	1.613.365.329
Provisão para sinistros			
De vida	-	(111.248.039)	111.248.039
De acidentes de trabalho	-	(978.284.702)	978.284.702
De outros ramos	-	(803.262.896)	803.262.896
Provisão para participação nos resultados	-	(26.194.124)	26.194.124
Provisão para compromissos de taxa	-	(16.561.158)	16.561.158
Provisão para estabilização de carteira	-	(24.110.995)	24.110.995
Provisão para desvios de sinistralidade	-	(35.173.070)	35.173.070
Provisão para riscos em curso	-	(41.162.650)	41.162.650
Outras provisões técnicas	-	(35.787.913)	35.787.913
Passivos de contratos de seguro do ramo vida			
De serviços futuros	1.804.405.160	1.804.405.160	-
De serviços passados	125.756.849	125.756.849	-
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
De serviços futuros	320.423.975	320.423.975	-
De serviços passados	1.806.487.268	1.806.487.268	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7.716.559.719	9.699.037	7.706.860.682
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro direto	92.209.444	(18.584.175)	110.793.618
Contas a pagar por outras operações de resseguro	91.904.499	(7.382.712)	99.287.210
Passivos por impostos			
Passivos por impostos diferidos	174.169.496	47.980.390	126.189.106
Outras provisões	32.952.074	(58.836.302)	91.788.376
		<u>(14.726.855)</u>	

JB FP

~

CAPITAL PRÓPRIO	31-12-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Reservas de reavaliação			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	(650.299.888)	(898.772)	(649.401.116)
De diferenças de câmbio	27.102.849	27.102.849	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(87.405.906)	(80.939.236)	(6.466.670)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	7.163.384	(703)	7.164.087
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	471.517.325	471.517.325	-
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(13.097.380)	(13.097.380)	-
Reserva por impostos diferidos	70.198.168	(124.112.422)	194.310.590
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	-	(15.681.970)	15.681.970
Resultados transitados	9.000.812	(233.692.955)	242.693.767
Resultado do exercício	68.100.384	(44.342.633)	112.443.017
		(14.145.897)	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31-12-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Prémios adquiridos líquidos de resseguro			
Prémios brutos emitidos	-	(2.066.322.458)	2.066.322.458
Prémios de resseguro cedido	-	756.667.276	(756.667.276)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	51.256.677	(51.256.677)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(27.375.572)	27.375.572
Custos com sinistros, líquidos de resseguro			
Montantes pagos			
Montantes brutos	-	1.420.091.072	(1.420.091.072)
Parte dos resseguradores	-	(405.304.408)	405.304.408
Provisão para sinistros (variação)			
Montante bruto	-	(26.628.509)	26.628.509
Parte dos resseguradores	-	(16.583.365)	16.583.365
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(3.291.809)	3.291.809
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro			
Montante bruto	-	(192.886.605)	192.886.605
Parte dos resseguradores	-	(2.593.098)	2.593.098
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	(12.066)	12.066
Custos e gastos de exploração líquidos			
Custos de aquisição	-	442.940.166	(442.940.166)
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(11.119.006)	11.119.006
Gastos administrativos	-	121.299.579	(121.299.579)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(88.824.981)	88.824.981
Réditos de contratos de seguro			
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	1.921.375.634	1.921.375.634	-
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	75.732.316	75.732.316	-
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	2.053.002	2.053.002	-
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	58.710.936	58.710.936	-
Gastos de contratos de seguros			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(1.260.943.289)	(1.260.943.289)	-
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(351.107.729)	(351.107.729)	-
Alterações relativas a serviços passados	(117.274.310)	(117.274.310)	-
Alterações relativas a serviços futuros	(3.158.166)	(3.158.166)	-
Réditos de contratos de resseguro			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros – parte dos resseguradores	410.368.698	410.368.698	-
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	32.977.970	32.977.970	-
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	716.202	716.202	-
Gastos de contratos de resseguro			
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio – parte dos resseguradores	(637.555.460)	(637.555.460)	-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31-12-2022		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	6.455.749	6.455.749	-
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(9.845.993)	(9.845.993)	-
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro	(901.113)	(901.113)	-
Rendimentos			
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	186.995.584	31.865.485	155.130.099
De outros	70.194.770	(31.865.485)	102.060.255
Gastos de investimentos			
De outros	(5.361.371)	52.946.853	(58.308.224)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(6.547.756)	125.774	(6.673.530)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(218.170.510)	27.387.653	(245.558.163)
Diferenças de câmbio	59.175.154	(14.629.589)	73.804.743
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
De outros	18.359.214	2.536.132	15.823.082
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	-	(43.772.485)	43.772.485
Gastos não atribuíveis	(163.130.349)	(163.130.349)	-
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(24.230.055)	2.175.350	(26.405.405)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	7.484.179	13.100.685	(5.616.506)
		(44.342.633)	

73 FP

3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Caixa		
Sede	171.561	217.301
Delegações	173.736	-
	<u>345.297</u>	<u>217.301</u>
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	214.851.126	280.955.760
Em moeda estrangeira	10.182.191	(14.124.676)
	<u>225.033.317</u>	<u>266.831.084</u>
	<u>225.378.614</u>	<u>267.048.385</u>

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

A Fidelidade contrata futuros sobre divisas e futuros de taxa de juro com depósitos de conta margem. A componente de valorização destes depósitos referente aos futuros encontra-se refletida na rubrica de “Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas”. Adicionalmente estes contratos exigem também uma margem inicial que são registadas nas rubricas de “Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado” ou “Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas” caso se trate de carteiras *Unit-linked*.

A componente do depósito registada nesta rubrica pode ser negativa no caso de desvalorizações diárias significativas. Os montantes são repostos no dia útil seguinte.

813 FP

u

4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva	2023		Valor de balanço
			Valor bruto	Imparidade	
(Nota 35)					
Filiais					
Segurador					
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	100,00%	113.205.508	-	113.205.508
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	75.922.290	-	75.922.290
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	41.000.000	-	41.000.000
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Portugal	100,00%	14.315.928	-	14.315.928
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	69,25%	13.203.495	-	13.203.495
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	6.260.184	-	6.260.184
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade Macau Vlda – Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	18.811.806	-	18.811.806
Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros, S.A.	Moçambique	70,00%	47.070.607	-	47.070.607
			347.678.870	-	347.678.870
Imobiliário					
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	100,00%	1.554.059.925	-	1.554.059.925
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	100,00%	96.664.012	(9.528.746)	87.135.266
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	100,00%	1.500.000	-	1.500.000
EA One Holding, Inc.	EUA	73,24%	51.150.305	-	51.150.305
			1.703.374.243	(9.528.746)	1.693.845.496
Saúde					
Luz Saúde, S.A.	Portugal	99,86%	526.240.020	-	526.240.020
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	1.584.757	(545.182)	1.039.576
			527.824.778	(545.182)	527.279.596
Holdings de seguros					
FID LatAm SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	750.000	(196.673)	553.327
FID Peru, S.A.	Perú	99,88%	232.392.342	-	232.392.342
FID Chile, SpA	Chile	100,00%	47.590.203	-	47.590.203
the prosperity company AG	Liechtenstein	70,00%	27.513.859	-	27.513.859
			308.246.404	(196.673)	308.049.731
Outros setores					
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Portugal	100,00%	2.273.053	-	2.273.053
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Portugal	100,00%	849.880	-	849.880
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	Portugal	100,00%	100.000	-	100.000
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	100,00%	240.000.000	-	240.000.000
FID I&D, S.A.	Portugal	100,00%	3.345.000	(978.317)	2.366.683
Tenax Capital Limited	Reino Unido	80,00%	5.838.692	-	5.838.692
Fid Real Assets, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	1.314.000	(104.641)	1.209.359
Veterinários Sobre Rodas, Lda	Portugal	88,00%	5.668.041	-	5.668.041
			259.388.665	(1.082.958)	258.305.707
			3.146.512.960	(11.353.559)	3.135.159.400
Associadas					
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	Portugal	34,78%	641.091	-	641.091
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	49,00%	1.147.479	(77.665)	1.069.814
			1.788.569	(77.665)	1.710.904
			3.148.301.529	(11.431.224)	3.136.870.305

28 70

2

Setor de atividade/Entidade	País	2022			
		% Participação efetiva	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
(Nota 35)					
Filiais					
Segurador					
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	100,00%	113.205.508	-	113.205.508
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	75.922.290	-	75.922.290
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	41.000.000	-	41.000.000
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Portugal	100,00%	14.315.928	(250.343)	14.065.585
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	69,25%	13.203.495	-	13.203.495
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	6.260.184	-	6.260.184
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	18.811.806	-	18.811.806
Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros, S.A.	Moçambique	70,00%	47.070.607	-	47.070.607
			347.678.870	(250.343)	347.428.528
Imobiliário					
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	100,00%	1.515.559.925	-	1.515.559.925
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	100,00%	134.664.012	(21.937.698)	112.726.314
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	100,00%	1.500.000	-	1.500.000
EA One Holding, Inc.	EUA	57,00%	24.932.979	-	24.932.979
			1.676.656.916	(21.937.698)	1.654.719.219
Saúde					
Luz Saúde, S.A.	Portugal	99,86%	526.240.020	-	526.240.020
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	1.600.000	-	1.600.000
			527.840.020	-	527.840.020
Holdings de seguros					
FID LatAm SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	600.000	(280.582)	319.418
FID Peru, S.A.	Perú	99,88%	229.163.279	-	229.163.279
FID Chile, SpA	Chile	100,00%	42.473.172	(1.476.521)	40.996.651
the prosperity company AG	Liechtenstein	70,00%	27.513.859	-	27.513.859
			299.750.310	(1.757.102)	297.993.208
Outros setores					
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Portugal	100,00%	2.717.053	-	2.717.053
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Portugal	100,00%	849.880	-	849.880
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	Portugal	100,00%	100.000	-	100.000
FID III (HK) LIMITED	Hong Kong	100,00%	-	-	-
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	100,00%	300.000.000	-	300.000.000
FID I&D, S.A.	Portugal	100,00%	1.395.000	(1.154.633)	240.367
Tenax Capital Limited	Reino Unido	80,00%	5.838.692	-	5.838.692
Fid Real Assets, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	535.000	-	535.000
			311.435.625	(1.154.633)	310.280.992
			3.163.361.742	(25.099.775)	3.138.261.966
Associadas					
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	Portugal	34,78%	641.091	-	641.091
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	49,00%	1.147.479	(68.134)	1.079.345
			1.788.569	(68.134)	1.720.435
			3.165.150.311	(25.167.909)	3.139.982.402

JB FP

W

Durante o exercício de 2023 ocorreram as seguintes alterações:

Durante o ano 2023 houve reembolsos de prestações suplementares da Fidelidade - Property International, S.A. no valor global de 38.000.000 de Euros.

Durante o ano 2023 foi realizado pela Companhia redução de capital social da empresa FID Loans 1 (Ireland) Limited, no valor global de 60.000.000 Euros, sem alteração da participação.

Em março de 2023 houve reforço de prestações suplementares da FID LatAm SGPS, S.A. no valor de 150.000 Euros.

Durante o ano 2023 houve reforços de prestações suplementares da Fidelidade - Property Europe, S.A. no valor global de 38.500.000 de Euros.

Em 9 de junho de 2023 foi efetuado o cancelamento do registo da sociedade FID III (HK) LIMITED.

Em junho de 2023 houve uma redução de capital social da empresa Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda. no valor de 15.243 Euros.

Em julho de 2023 houve um reembolso de prestações suplementares da Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. no valor de 444.000 Euros.

Em setembro de 2023 a Companhia adquiriu mais 16,24% da sociedade EA One Holding, Inc. pelo valor de 26.217.326 Euros, passando a deter uma participação de 73,24% no capital social de empresa.

Em 11 de outubro de 2023 a Companhia adquiriu 1 quota da sociedade Veterinários Sobre Rodas, Lda, pelo valor de 5.668.041 Euros, passando a deter uma participação de 100% no capital social da empresa.

Em dezembro de 2023 foi realizado pela Companhia aumento de capital social da empresa FID Peru, S.A., no valor de 3.229.062 Euros.

Em dezembro de 2023 foi realizado pela Companhia aumento de capital social da empresa FID Chile, SpA, no valor de 5.117.031 Euros.

Em dezembro de 2023 houve reforço de prestações suplementares da FID I&D, S.A. no valor de 1.950.000 Euros.

Em dezembro de 2023 houve reforço de prestações suplementares da Fid Real Assets, SGPS, S.A. no valor de 779.000 Euros.

83 FP

~

5. Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	2.800.861.123	2.362.209.855
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	146.100	97.840
De outros emissores	160.758.610	215.548.998
	<u>160.904.710</u>	<u>215.646.838</u>
Instrumentos de capital	19.058.810	39.813.754
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação	740.082.132	800.063.287
	<u>740.082.132</u>	<u>800.063.287</u>
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
Swaps de taxa de juro	-	40.030
Swaps de divisas	341.511	-
Futuros sobre divisas	19.522.946	66.847.572
Futuros de taxas de juro	-	5.693.596
Forwards cambiais	9.267.035	21.960.157
Outros derivados	153.293.903	18.953.462
	<u>182.425.395</u>	<u>113.494.817</u>
	<u>3.903.332.170</u>	<u>3.531.228.551</u>

Os investimentos relativos a contratos *Unit-linked* correspondem a ativos geridos pela Companhia cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 160.758.610 Euros e 215.548.998 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emittentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu perdas com a valorização destes investimentos no montante de (2.229.148) Euros e (7.520.598) Euros, respetivamente.

8B FP

z

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos afetos aos contratos *Unit-linked* apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	224.322.053	112.746.421
De outros emissores públicos	96.933.906	4.679.192
De organismos financeiros internacionais	-	19.427.581
De outros emissores	1.231.507.841	992.512.825
De empresas do Grupo ⁽¹⁾	32.808.326	24.301.100
	<u>1.585.572.126</u>	<u>1.153.667.119</u>
Instrumentos de capital	25.897.610	124.998.673
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação	1.069.212.822	967.624.435
Outros	7.109.247	6.261.757
	<u>1.076.322.069</u>	<u>973.886.192</u>
Transações a liquidar	(2.868.563)	(4.612.102)
Outros depósitos	377.036	872.055
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
Swaps de taxa de juro	-	84.812
Futuros de taxas de juro	817.500	1.467.530
Forwards cambiais	468.608	1.821.190
Outros derivados	114.274.737	110.024.386
	<u>115.560.845</u>	<u>113.397.918</u>
	<u>2.800.861.123</u>	<u>2.362.209.855</u>
Outros ativos		
Depósitos à ordem	47.799.153	105.057.787
	<u>47.799.153</u>	<u>105.057.787</u>
	<u>2.848.660.276</u>	<u>2.467.267.642</u>

⁽¹⁾ Os instrumentos incluídos nas empresas do Grupo correspondem a títulos de empresas do grupo FOSUN.

6. Derivados

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

A Companhia controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

JB RP



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2023						
	Montante Nocional			Valor Contabilístico			
	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas	Derivados de cobertura	Total	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas		Derivados de cobertura	
				Ativo ⁽¹⁾ (Nota 5)	Passivo (Nota 18)	Ativo	Total
Cobertura de justo valor							
Swaps de divisas	842.923.264	-	842.923.264	341.511	(34.793.570)	-	(34.452.059)
Futuros sobre divisas	1.178.375.000	131.625.000	1.310.000.000	19.522.946	(869.081)	3.167.533	21.821.398
Futuros de taxa de juro	110.200.000	-	110.200.000	817.500	(2.259.953)	-	(1.442.453)
Forwards cambiais	853.503.497	-	853.503.497	9.735.644	(6.343.521)	-	3.392.123
	2.985.001.761	131.625.000	3.116.626.761	30.417.601	(44.266.125)	3.167.533	(10.680.991)
Outros Derivados							
	2.623.428	-	2.623.428	267.568.639	(265.956.367)	-	1.612.272
	2.987.625.189	131.625.000	3.119.250.189	297.986.240	(310.222.492)	3.167.533	(9.068.719)

	2022						
	Montante Nocional			Valor Contabilístico			
	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas	Derivados de cobertura	Total	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas		Derivados de cobertura	
				Ativo ⁽¹⁾ (Nota 5)	Passivo (Nota 18)	Ativo	Total
Cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	668.155	-	668.155	124.842	-	-	124.842
Swaps de divisas	833.807.114	-	833.807.114	-	(20.401.155)	-	(20.401.155)
Futuros sobre divisas	1.741.875.000	-	1.741.875.000	66.847.572	(1.610.898)	-	65.236.674
Futuros de taxa de juro	170.100.000	-	170.100.000	7.161.126	(73.963)	-	7.087.163
Forwards cambiais	883.991.549	-	883.991.549	23.781.347	(17.892.346)	-	5.889.001
	3.630.441.818	-	3.630.441.818	97.914.886	(39.978.362)	-	57.936.525
Outros Derivados							
	1.369.284	-	1.369.284	128.977.848	(129.278.235)	-	(300.387)
	3.631.811.102	-	3.631.811.102	226.892.735	(169.256.597)	-	57.636.138

⁽¹⁾ O valor contabilístico dos derivativos incorpora os valores incluídos nas carteiras de *Unit-linked*.

Os *swaps* de taxa de juro contratados pela Companhia e classificados como derivativos ao justo valor através de ganhos e perdas, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos *Unit-linked*, são valorizados ao custo amortizado (Nota 17).

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na *Chicago Mercantile Exchange (CME)*, e *forwards* negociados em mercado de balcão de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. Relativamente a posições estratégicas de longo prazo em obrigações denominadas em GBP a Companhia contratou *swaps* de divisas, para cobertura do risco cambial, em que tal cobertura inclui o pagamento de cupões ao longo da vida da obrigação e pagamento do valor nominal em GBP ocorrido na maturidade.

Os Futuros sobre divisas contratados pela Companhia e classificados como derivativos de cobertura correspondem à cobertura de instrumentos de capital classificados na rubrica de "Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas".

JB TP

A Companhia contrata futuros de taxa de juro no âmbito de mandatos de gestão de obrigações *corporate* para cobertura de risco de taxa de juro em títulos denominados em EUR e USD. Adicionalmente são contratados futuros de taxa de juro em EUR para cobertura de carteiras *Unit-linked* por forma a reduzir a duração destas carteiras.

Os outros derivados incluem uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. detidas pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. à data de exercício de opção, deduzidas de um número inteiro de ações mais próximo daquele que represente 9,9% do capital social da sociedade em causa. A opção de compra poderá ser exercida pela Fidelidade no período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a opção de venda poderá ser exercida pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. no período de 1 de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027. Nesta rubrica estão também incluídos *swaps* de retorno total referentes a produtos *Unit-linked*. Estes produtos têm ainda associado um contrato de resseguro financeiro cuja contraparte é a Munich RE.

A Companhia faz a gestão da contabilidade de cobertura tendo por base a sua exposição carteira a carteira. Durante os exercícios de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu com os critérios necessários para a aplicação da contabilidade de cobertura de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4.c)).

No exercício de 2023, foram gerados os seguintes movimentos na “Reserva de Reavaliação” referentes à contabilidade de cobertura de justo valor de instrumentos de capital classificados na rubrica de “Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas”:

	2023
Varição de justo valor	(8.964.819)
Cobertura de justo valor	332.890
	<u>(8.631.929)</u>

Os valores acima apresentados incluem as valias reclassificadas entre as rubricas de “Reserva de Reavaliação” e a rubrica de “Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas”.

A 30 de junho de 2016, a Companhia celebrou, com as filiais Fidelidade – Property Europe, S.A., Fidelidade – Property International, S.A. e FPE (Lux) Holding S.à r.l. um contrato mandato. Este contrato confere à Fidelidade poderes para, em nome das suas filiais identificar, negociar e celebrar todos e quaisquer acordos e mecanismos considerados adequados para cobrir o risco cambial a que estão sujeitas. Esta opção deriva das especificidades e complexidades das operações de cobertura que necessitam de competências técnicas não residentes nas filiais. Com esta opção a Fidelidade protege riscos cambiais nas filiais sendo que os efeitos económicos desta cobertura são passados para estas entidades.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, tem na sua carteira os seguintes derivados negociados no âmbito do referido contrato mandato:

	2023		
	Montante Nocional	Valor Contabilístico	
		Ativo	Passivo
			Total
Cobertura de justo valor			
Futuros sobre divisas	46.000.000	326.305	326.305
Forwards cambiais	489.078.530	4.992.795	(235.215)
	<u>535.078.530</u>	<u>5.319.100</u>	<u>(235.215)</u>
			<u>5.083.885</u>

73 TP

2

	2022			
	Montante Nocial	Valor Contabilístico		
		Ativo	Passivo	Total
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	35.250.000	529.129	-	529.129
Forwards cambiais	571.063.656	13.462.519	(790.176)	12.672.342
	606.313.656	13.991.647	(790.176)	13.201.471

Devido ao contrato celebrado, a Fidelidade passou os seguintes resultados para as filiais:

	2023		2022	
	Ganhos líquidos	Comissões	Ganhos líquidos	Comissões
Futuros sobre divisas	998.719	3.719	(1.262.547)	5.640
Forwards cambiais	15.268.245	-	(23.476.477)	-
	16.266.964	3.719	(24.739.024)	5.640

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2023					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem maturidade	
Cobertura de justo valor						
Swaps de divisas	-	-	552.293.614	290.629.650	-	842.923.264
Futuros sobre divisas	1.294.375.000	6.250.000	9.375.000	-	-	1.310.000.000
Futuros de taxa de juro	110.200.000	-	-	-	-	110.200.000
Forwards cambiais	686.558.671	82.266.295	7.819.102	76.859.428	-	853.503.497
	2.091.133.671	88.516.295	569.487.716	367.489.078	-	3.116.626.761
Outros Derivados					2.623.428	2.623.428
	2.091.133.671	88.516.295	569.487.716	367.489.078	2.623.428	3.119.250.189

	2022					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem maturidade	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	668.155	-	-	668.155
Swaps de divisas	-	-	-	833.807.114	-	833.807.114
Futuros sobre divisas	1.241.875.000	500.000.000	-	-	-	1.741.875.000
Futuros de taxa de juro	121.000.000	49.100.000	-	-	-	170.100.000
Forwards cambiais	506.511.163	362.909.594	14.570.792	-	-	883.991.549
	1.869.386.163	912.009.594	15.238.947	833.807.114	-	3.630.441.818
Outros Derivados					1.369.284	1.369.284
	1.869.386.163	912.009.594	15.238.947	833.807.114	1.369.284	3.631.811.102

BB TP

W

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2023		2022	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps de taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	-	-	668.155	124.842
	-	-	668.155	124.842
Swaps de divisas				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	842.923.264	(34.452.059)	833.807.114	(20.401.155)
	842.923.264	(34.452.059)	833.807.114	(20.401.155)
Futuros sobre divisas				
Em Bolsa				
Chicago	1.310.000.000	22.364.174	1.741.875.000	65.236.674
	1.310.000.000	22.364.174	1.741.875.000	65.236.674
Futuros de Taxa de Juro				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	110.200.000	(1.442.453)	170.100.000	7.087.163
	110.200.000	(1.442.453)	170.100.000	7.087.163
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	853.503.497	2.849.346	883.991.549	5.889.001
	853.503.497	2.849.346	883.991.549	5.889.001
Outros Derivados				
Instituições Financeiras				
Munich RE	2.623.428	1.613.259	1.369.284	(179.366)
Banco Internacional de Moçambique SA.	-	(986)	-	(121.021)
	2.623.428	1.612.273	1.369.284	(300.387)
	3.119.250.189	(9.068.719)	3.631.811.102	57.636.138

7. Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Valor nominal	Custo amortizado	2023		Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
			Perda de crédito esperada	Valorização Cambial			
			(Nota 35)		(Nota 23)		
Instrumentos de dívida							
De dívida pública	1.316.024.251	1.527.907.112	-	-	(109.907.913)	19.605.867	1.437.605.066
De outros emissores públicos	247.985.000	246.127.016	-	-	(10.152.989)	1.222.411	237.196.438
De organismos financeiros Internacionais	12.567.000	12.743.237	(361.453)	-	29.087	150.099	12.560.970
De outros emissores	4.295.808.615	4.239.847.866	(78.207.264)	67.687.785	(211.010.819)	34.992.932	4.053.310.500
De empresas do Grupo ⁽¹⁾	47.300.000	47.313.252	-	-	(572.442)	1.458.496	48.199.306
	5.919.684.866	6.073.938.483	(78.568.717)	67.687.785	(331.615.076)	57.429.805	5.788.872.280
Instrumentos de capital							
Ações	186.446.658	382.773.472	-	16.931.719	(107.580.065)	-	292.125.126
Outros ⁽²⁾	-	35.749.940	-	-	(1.943.518)	521.084	34.327.506
	186.446.658	418.523.412	-	16.931.719	(109.523.583)	521.084	326.452.632
	6.106.131.524	6.492.461.895	(78.568.717)	84.619.504	(441.138.659)	57.950.889	6.115.324.912

BB RP

W

	2022						Valor de balanço
	Valor nominal	Custo amortizado	Perda de crédito esperada (Nota 35)	Valorização Cambial	Reserva de Justo valor (Nota 23)	Juros a receber	
Instrumentos de dívida							
De dívida pública	1.707.857.133	1.966.627.840	-	-	(187.583.897)	26.254.806	1.805.298.749
De outros emissores públicos	113.277.500	117.044.354	-	-	(17.189.362)	688.553	100.543.545
De organismos financeiros Internacionais	9.067.000	9.402.082	(862.234)	-	(244.670)	73.817	8.368.995
De outros emissores	4.547.155.184	4.470.364.318	(77.617.991)	113.863.534	(437.816.082)	33.925.164	4.102.718.943
De empresas do Grupo ⁽¹⁾	43.300.000	43.318.576	-	-	(7.465.877)	1.020.321	36.873.020
	6.420.656.817	6.606.757.170	(78.480.225)	113.863.534	(650.299.888)	61.962.661	6.053.803.252
Instrumentos de capital							
Ações	158.685.558	390.514.630	-	27.102.849	(80.939.236)	-	336.678.243
Outros ⁽²⁾	-	36.859.250	-	-	(6.466.670)	536.500	30.929.080
	158.685.558	427.373.880	-	27.102.849	(87.405.906)	536.500	367.607.323
	6.579.342.375	7.034.131.050	(78.480.225)	140.966.383	(737.705.794)	62.499.161	6.421.410.575

(1) Os instrumentos incluídos nas empresas do Grupo correspondem a títulos de empresas do grupo FOSUN.

(2) Os outros incluídos nos instrumentos de capital correspondem a instrumentos perpétuos de capital.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os instrumentos de capital e os outros instrumentos nesta rubrica correspondem aos instrumentos de capital designados ao justo valor através de reservas, tendo a Companhia reconhecido rendimentos destes investimentos no montante de 25.525.442 Euros e 35.299.485 Euros, respetivamente.

8. Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023						
	Valor nominal	Custo amortizado	Perdas de crédito esperada (Nota 35)	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço	Valor de mercado ⁽¹⁾ Valias potenciais não reconhecidas
Instrumentos de dívida							
De dívida pública	258.950.000	272.174.097	-	-	3.534.266	275.708.363	263.857.109 (11.851.254)
	258.950.000	272.174.097	-	-	3.534.266	275.708.363	263.857.109 (11.851.254)
Outros Empréstimos							
Depósitos em empresas cedentes	-	1.158.060	-	(8.764)	-	1.149.296	1.149.296 -
Empréstimos	26.000.000	24.990.388	-	3.087.366	-	28.077.754	28.077.754 -
Empréstimos sob apólices	-	945.663	-	-	237.104	1.182.767	1.182.767 -
	26.000.000	27.094.111	-	3.078.602	237.104	30.409.817	30.409.817 -
Aplicações financeiras em instituições de crédito							
Depósitos a prazo	-	161.709.672	-	-	69.387	161.779.059	161.779.059 -
Outros depósitos	-	48.339.633	-	(517.098)	-	47.822.535	47.822.535 -
Repos	-	45.000.000	-	-	12.333	45.012.333	45.012.333 -
	-	255.049.305	-	(517.098)	81.720	254.613.927	254.613.927 -
	284.950.000	554.317.513	-	2.561.504	3.853.090	560.732.107	548.880.853 (11.851.254)

JB AP

W

	2022							Valias potenciais não reconhecidas
	Valor nominal	Custo amortizado	Perda de crédito esperada (Nota 35)	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço	Valor de mercado ⁽¹⁾	
Instrumentos de dívida								
De dívida pública	516.820.000	535.715.744	-	-	4.311.301	540.027.045	517.156.360	(22.870.685)
	516.820.000	535.715.744	-	-	4.311.301	540.027.045	517.156.360	(22.870.685)
Outros Empréstimos								
Depósitos em empresas cedentes	-	1.184.328	-	15.755	-	1.200.083	1.200.083	-
Empréstimos	32.500.000	31.490.388	-	1.413.593	398	32.904.379	32.904.379	-
Empréstimos sob apólices	-	929.764	(10.597)	-	223.611	1.142.778	1.142.778	-
	32.500.000	33.604.480	(10.597)	1.429.348	224.009	35.247.240	35.247.240	-
Aplicações financeiras em intuições de crédito								
Depósitos a prazo	-	140.314.116	-	-	32.326	140.346.442	140.346.442	-
Outros depósitos	-	78.646.339	-	(1.712.858)	-	76.933.481	76.933.481	-
	-	218.960.455	-	(1.712.858)	32.326	217.279.923	217.279.923	-
	549.320.000	788.280.679	(10.597)	(283.510)	4.567.636	792.554.208	769.683.523	(22.870.685)

⁽¹⁾ Corresponde ao valor de mercado apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4.a).

9. Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica de “Terrenos e edifícios de uso próprio” foi o seguinte:

	De uso próprio		
	Direito de Propriedade	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Valor Bruto	37.513.874	48.870.471	86.384.345
Amortizações e imparidade acumuladas	(8.926.278)	(24.432.337)	(33.358.615)
	28.587.596	24.438.134	53.025.730
Adições			
Por aquisições realizadas no exercício	-	7.406.814	7.406.814
Por dispêndios subsequentes	350.631	-	350.631
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 35)	102.659	-	102.659
Amortizações do exercício (Nota 26)	(614.594)	(10.067.480)	(10.682.074)
Transferências	(894.790)	-	(894.790)
Alienações e abates líquidos	(379.527)	(23.562)	(403.089)
Outros movimentos	(154.608)	(33.959)	(188.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Valor bruto	36.239.489	55.382.347	91.621.835
Amortizações e imparidade acumuladas	(9.242.121)	(33.662.401)	(42.904.522)
	26.997.368	21.719.946	48.717.314
Adições			
Por aquisições realizadas no exercício	-	31.981.130	31.981.130
Por dispêndios subsequentes	3.276.755	-	3.276.755
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 35)	(3.151.405)	-	(3.151.405)
Amortizações do exercício (Nota 26)	(418.104)	(13.353.349)	(13.771.453)
Transferências	865.747	-	865.747
Alienações e abates líquidos	(12.633.199)	(733.622)	(13.366.821)
Outros movimentos	(166.685)	-	(166.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2023			
Valor bruto	22.562.070	66.935.943	89.498.012
Amortizações e imparidade acumuladas	(7.791.593)	(27.321.836)	(35.113.429)
	14.770.477	39.614.106	54.384.583

O terrenos e edifícios de uso próprio estão valorizados ao custo e sujeitos a testes de imparidade de acordo com o tratamento previsto na IAS 16 e conforme descrito na Nota 2.7. Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Caso a Companhia tivesse optado por valorizar os terrenos e edifícios de uso próprio de direito de propriedade pelo justo valor, o seu valor de balanço seria 14.851.275 Euros em 2023 e 30.270.300 Euros em 2022.

10. Terrenos e Edifícios de Rendimento

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica de “Terrenos e edifícios de rendimento” foi o seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	59.786.319
Adições	
Por aquisição realizada no exercício	26.395
Por dispêndios subsequentes	1.621.155
Revalorização	
Por contrapartida de resultados (Nota 34)	(295.030)
Por contrapartida de capitais próprios	44.448
Transferências	894.790
Alienações e abates líquidos	(30.174.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.903.379
Por aquisição realizada no exercício	31.040
Por dispêndios subsequentes	2.290.318
Revalorização	
Por contrapartida de resultados(Nota 34)	(1.004.508)
Transferências	(1.087.000)
Alienações e abates líquidos	(21.072.549)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.060.680

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40 e referido na Nota 2.6 e Nota 2.13.

12. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2023 e 2022, o movimento na rubrica outros ativos intangíveis foi o seguinte:

	2023									
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício (Nota 26)	Transferências	Outros		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada				Regularizações de Amortizações	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	77.903.994	(60.607.373)	346.587	(4.188.971)	3.603.278	3.524	-	81.853.859	(64.792.821)	17.061.038
Outros ativos intangíveis	4.550.060	(63.724)	-	(752.475)	-	-	(732.460)	3.671.108	(669.706)	3.001.402
Ativos intangíveis em curso	43.419.742	-	16.864.401	-	(3.603.278)	-	-	56.680.866	-	56.680.866
	<u>125.873.796</u>	<u>(60.671.097)</u>	<u>17.210.988</u>	<u>(4.941.446)</u>	<u>-</u>	<u>3.524</u>	<u>(732.460)</u>	<u>142.205.832</u>	<u>(65.462.527)</u>	<u>76.743.305</u>

	2022								
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício (Nota 26)	Transferências	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	76.282.512	(56.725.648)	197.730	(3.939.361)	2.561.098	(1.079.710)	77.903.994	(60.607.373)	17.296.620
Outros ativos intangíveis	-	-	-	(63.724)	4.550.060	-	4.550.060	(63.724)	4.486.337
Ativos intangíveis em curso	33.550.590	-	16.992.212	-	(7.111.158)	(11.902)	43.419.742	-	43.419.742
	<u>109.833.102</u>	<u>(56.725.648)</u>	<u>17.189.942</u>	<u>(4.003.084)</u>	<u>-</u>	<u>(1.091.612)</u>	<u>125.873.796</u>	<u>(60.671.097)</u>	<u>65.202.699</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Ativos intangíveis em curso" refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (*software*).

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu diretamente na Demonstração de Resultados despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 27.298.215 Euros e 25.985.751 Euros, respetivamente.

BB RP

W

13. Contratos de Seguro e Resseguro

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores dos Ativos de contratos de seguro e dos Passivos de contratos de seguro, apresentam a seguinte desagregação:

	Seguros não vida						Total Não Vida	Total
	Seguros vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros		
31 de dezembro de 2023								
Contratos de seguro								
Passivos de contratos de seguro	1.708.324.566	1.356.827.855	269.443.048	517.812.580	184.887.839	22.507.195	2.351.478.517	4.059.803.083
Contratos de resseguro								
Ativos de contratos de resseguro	41.891.340	163.302.792	151.042.530	14.796.530	111.810.824	8.826.259	449.778.935	491.670.275
31 de dezembro de 2022								
Contratos de seguro								
Passivos de contratos de seguro	1.930.162.009	1.233.924.669	243.233.103	462.399.167	158.139.989	29.214.316	2.126.911.244	4.057.073.253
Contratos de resseguro								
Ativos de contratos de resseguro	42.699.186	148.428.222	136.351.416	12.606.747	86.843.720	13.261.559	397.491.665	440.190.851

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pela abordagem de imputação do prémio, durante os exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:

Valores em euros	2023				
	Serviços passados				
	Mensurados pela abordagem de Imputação dos prémios				
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	330.503.452	1.817.690.384	58.124.902	1.875.815.286	2.206.318.738
Réditos de contratos de seguro	(2.155.209.098)	-	-	-	(2.155.209.098)
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	1.415.324.618	22.771.664	1.438.096.282	1.438.096.282
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	405.717.713	-	-	-	405.717.713
Alterações relativas a serviços passados	-	45.149.394	(18.540.958)	26.608.436	26.608.436
	405.717.713	1.460.474.012	4.230.706	1.464.704.717	1.870.422.431
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	(1.749.491.385)	1.460.474.012	4.230.706	1.464.704.717	(284.786.668)
Alterações da componente financeira em ganhos e perdas e outro rendimento integral	-	93.318.448	2.526.091	95.844.539	95.844.539
Total de alterações nas demonstrações de ganhos e perdas e outro rendimento integral	(1.749.491.385)	1.553.792.460	6.756.797	1.560.549.256	(188.942.129)
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos	2.162.814.347	-	-	-	2.162.814.347
Custos com sinistros e outras despesas pagas, incluindo componente de investimento	-	(1.335.586.362)	-	(1.335.586.362)	(1.335.586.362)
Custos de aquisição pagos	(405.454.743)	-	-	-	(405.454.743)
Total de fluxos de caixa	1.757.359.604	(1.335.586.362)	-	(1.335.586.362)	421.773.242
Saldo final	338.371.671	2.035.896.481	64.881.699	2.100.778.180	2.439.149.851

BB FP

2

Valores em euros	2022				
	Serviços passados				
	Mensurados pela abordagem de imputação dos prémios				
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	300.717.548	2.042.139.077	60.061.767	2.102.200.844	2.402.918.392
Réditos de contratos de seguro	(1.921.375.634)	-	-	-	(1.921.375.634)
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	1.229.034.871	17.120.846	1.246.155.717	1.246.155.717
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	338.642.062	-	-	-	338.642.062
Alterações relativas a serviços passados	-	98.997.212	(11.062.761)	87.934.451	87.934.451
	338.642.062	1.328.032.083	6.058.086	1.334.090.168	1.672.732.231
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	(1.582.733.571)	1.328.032.083	6.058.086	1.334.090.168	(248.643.403)
Alterações da componente financeira em ganhos e perdas e outro rendimento integral	-	(332.313.810)	(7.994.950)	(340.308.760)	(340.308.760)
Total de alterações nas demonstrações de ganhos e perdas e outro rendimento integral	(1.582.733.571)	995.718.273	(1.936.865)	993.781.408	(588.952.163)
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos	1.962.980.931	-	-	-	1.962.980.931
Custos com sinistros e outras despesas pagas, incluindo componente de investimento	-	(1.214.611.328)	-	(1.214.611.328)	(1.214.611.328)
Custos de aquisição pagos	(348.355.214)	-	-	-	(348.355.214)
Outros fluxos de caixa	(2.106.242)	(5.555.638)	-	(5.555.638)	(7.661.880)
Total de fluxos de caixa	1.612.519.475	(1.220.166.966)	-	(1.220.166.966)	392.352.509
Saldo final	330.503.452	1.817.690.384	58.124.902	1.875.815.286	2.206.318.738

A linha "Outros fluxos caixas" corresponde à saída de carteira associada à integração das anteriores sucursais de Moçambique vida e não vida na Fidelidade Moçambique (anteriormente denominada por Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.)

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de resseguro cedido, mensurados pela abordagem de imputação do prémio, durante os exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:

Valores em euros	2023				
	Serviços passados				
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	132.689.953	291.998.122	15.502.776	307.500.898	440.190.851
Gastos de contratos de resseguro	(696.930.904)	-	-	-	(696.930.904)
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	449.250.844	7.731.016	456.981.860	456.981.860
Alterações relativas a serviços passados	-	43.141.421	(6.278.667)	36.862.753	36.862.753
	-	492.392.265	1.452.348	493.844.613	493.844.613
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	2.302.391	-	2.302.391	2.302.391
Resultado de contratos de resseguro	(696.930.904)	494.694.655	1.452.348	496.147.004	(200.783.900)
Alterações da componente financeira em ganhos e perdas e outro rendimento integral	-	4.952.455	346.408	5.298.863	5.298.863
Total de alterações nas demonstrações de ganhos e perdas e outro rendimento integral	(696.930.904)	499.647.110	1.798.756	501.445.866	(195.485.037)
Fluxos de caixa					
Prémios pagos	693.887.009	-	-	-	693.887.009
Montantes recebidos	-	(446.922.548)	-	(446.922.548)	(446.922.548)
Total de fluxos de caixa	693.887.009	(446.922.548)	-	(446.922.548)	246.964.462
Saldo final	129.646.059	344.722.684	17.301.532	362.024.216	491.670.275

73 TP

Valores em euros	2022				Total
	Serviços futuros	Serviços passados		Subtotal	
		Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco		
Saldo de abertura	109.559.474	268.634.875	14.604.084	283.238.959	392.798.433
Gastos de contratos de resseguro	(637.555.460)	-	-	-	(637.555.460)
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	402.928.530	7.440.168	410.368.698	410.368.698
Alterações relativas a serviços passados	-	38.763.367	(5.785.397)	32.977.970	32.977.970
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	441.691.896	1.654.772	443.346.668	443.346.668
Resultado de contratos de resseguro	(637.555.460)	442.408.098	1.654.772	444.062.870	(193.492.590)
Alterações da componente financeira em ganhos e perdas e outro rendimento Integral	-	(13.242.413)	(756.079)	(13.998.492)	(13.998.492)
Total de alterações nas demonstrações de ganhos e perdas e outro rendimento Integral	(637.555.460)	429.165.685	898.692	430.064.378	(207.491.082)
Fluxos de caixa					
Prémios pagos	661.163.351	-	-	-	661.163.351
Montantes recebidos	-	(404.734.454)	-	(404.734.454)	(404.734.454)
Outros fluxos de caixa	(477.413)	(1.067.985)	-	(1.067.985)	(1.545.397)
Total de fluxos de caixa	660.685.939	(405.802.439)	-	(405.802.439)	254.883.500
Saldo final	132.689.953	291.998.122	15.502.776	307.500.898	440.190.851

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pelo modelo geral, durante os exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	2023						
	Serviços futuros			Serviços passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de Perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldos Iniciais	1.791.167.517	3.158.166	1.794.325.683	51.591.254	4.837.577	56.428.831	1.850.754.515
Alterações nas demonstrações de ganhos e perdas e outro rendimento Integral							
Réditos de contratos de seguro	138.867.161	-	138.867.161	-	-	-	138.867.161
Gastos de contratos de seguro							
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	-	-	58.992.622	4.222.525	63.215.148	63.215.148
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	5.506.383	-	5.506.383	-	-	-	5.506.383
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	-	4.993.567	4.993.567	-	-	-	4.993.567
Alterações relativas a serviços passados	-	-	-	14.118.823	(2.946.559)	11.172.264	11.172.264
Outras despesas	4.766.982	-	4.766.982	-	-	-	4.766.982
Componente de investimento e reembolsos de prémios	10.273.365	4.993.567	15.266.932	73.111.445	1.275.966	74.387.411	89.654.344
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	(241.398.219)	-	(241.398.219)	241.398.219	-	241.398.219	-
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira dos contratos de seguro	34.905.310	-	34.905.310	17.935	1.797	19.732	34.925.042
Outras alterações na demonstração de outro rendimento Integral	24.723.571	-	24.723.571	793.978	79.398	873.375	25.596.947
Total de alterações nas demonstrações de ganhos e perdas e outro rendimento Integral	(310.363.134)	4.993.567	(305.369.567)	315.321.578	1.357.161	316.678.738	11.309.172
Fluxos de caixa							
Prémios recebidos	70.686.914	-	70.686.914	-	-	-	70.686.914
Custos com sinistros e outras despesas pagas, incluindo componente de investimento	-	-	-	(301.422.247)	-	(301.422.247)	(301.422.247)
Custos de aquisição pagos	(10.675.122)	-	(10.675.122)	-	-	-	(10.675.122)
Total de fluxos de caixa	60.011.792	-	60.011.792	(301.422.247)	-	(301.422.247)	(241.410.455)
Saldos finais	1.540.816.176	8.151.733	1.548.967.909	65.490.584	6.194.738	71.685.322	1.620.653.231

BB FP

W

	2022						
	Serviços futuros			Serviços passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de Perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldos Iniciais	2.195.635.237	-	2.195.635.237	60.246.858	5.166.064	65.412.921	2.261.048.158
Alterações nas demonstrações de ganhos e perder e outro rendimento integral							
Réditos de contratos de seguro	136.496.255	-	136.496.255	-	-	-	136.496.255
Gastos de contratos de seguro							
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	-	-	14.440.934	346.638	14.787.572	14.787.572
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	8.880.993	-	8.880.993	-	-	-	8.880.993
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	-	3.158.166	3.158.166	-	-	-	3.158.166
Alterações relativas a serviços passados	-	-	-	29.921.679	(581.820)	29.339.859	29.339.859
Outras despesas	3.584.674	-	3.584.674	-	-	-	3.584.674
	12.465.666	3.158.166	15.623.832	44.362.613	(235.182)	44.127.431	59.751.263
Componente de investimento e reembolsos de prémios	(232.542.132)	-	(232.542.132)	232.542.132	-	232.542.132	-
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	(356.572.721)	3.158.166	(353.414.555)	276.904.745	(235.182)	276.669.563	(76.744.992)
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira dos contratos de seguro	12.703.613	-	12.703.613	(143.558)	(14.356)	(157.914)	12.545.699
Outras alterações na demonstração de outro rendimento integral	(139.495.580)	-	(139.495.580)	(789.491)	(78.949)	(868.440)	(140.364.020)
Total de alterações nas demonstrações de ganhos e perder e outro rendimento integral	(483.364.689)	3.158.166	(480.206.523)	275.971.697	(328.486)	275.643.210	(204.563.319)
Fluxos de caixa							
Prémios recebidos	91.417.518	-	91.417.518	-	-	-	91.417.518
Custos com sinistros e outras despesas pagas, incluindo componente de investimento	-	-	-	(284.627.300)	-	(284.627.300)	(284.627.300)
Custos de aquisição pagos	(12.520.548)	-	(12.520.548)	-	-	-	(12.520.548)
Total de fluxos de caixa	78.896.969	-	78.896.969	(284.627.300)	-	(284.627.300)	(205.730.331)
Saldos finais	1.791.167.517	3.158.166	1.794.325.683	51.591.254	4.837.577	56.428.832	1.850.754.515

Análise por componente de seguro – Contratos não mensurados pela abordagem de imputação de prémios

	2023				2022			
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviço contratual	Total	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviço contratual	Total
Saldos Iniciais	1.510.654.643	28.721.044	311.378.828	1.850.754.515	1.824.699.283	27.296.936	409.051.940	2.261.048.159
Alterações nas demonstrações de ganhos e perder e outro rendimento integral								
Alterações em serviços correntes								
Reconhecimento da CSM para serviços prestados	-	-	(59.401.119)	(59.401.119)	-	-	(58.710.936)	(58.710.936)
Alterações ao ajustamento de risco, referente ao risco expirado	-	1.553.921	-	1.553.921	-	(1.706.364)	-	(1,706.364)
Ajustes de experiência	(7.531.453)	-	-	(7,531.453)	(48.825.716)	-	-	(48,825.716)
	(7,531.453)	1,553.921	(59,401.119)	(65,378.651)	(48,825.716)	(1,706.364)	(58,710.936)	(109,243.016)
Alterações em serviços futuros								
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(27.806.390)	3.435.866	25.609.925	1.239.401	(24.902.790)	3.987.259	21.962.842	1.047.311
Alterações em estimativas que impactam CSM	(13.476.607)	(3.526.882)	17.003.490	1	56.004.036	6.734.976	(62.739.012)	-
Alterações em estimativas que não impactam CSM	3.739.087	15.080	-	3.754.167	2.010.363	100.492	-	2.110.855
	(37,543.910)	(75,936)	42,613.415	4,993.569	33,111.609	10,822.727	(40,776.170)	3,158.166
Alterações relativas a serviços passados								
Alterações a serviços passados	14.118.824	(2.946.560)	-	11.172.264	29.921.679	(581.820)	-	29.339.859
	14.118.824	(2,946.560)	-	11,172.264	29,921.679	(581,820)	-	29,339.859
Resultado de contratos de seguro	(30.956.539)	(1.468.575)	(16.787.704)	(49.212.818)	14.207.572	8.534.543	(99.487.106)	(76.744.991)
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira dos contratos de seguro	32.139.804	161.310	2.623.928	34.925.042	10.766.188	(34.482)	1.813.992	12.545.698
Outras alterações na demonstração de outro rendimento integral	22.541.535	3.055.411	-	25.596.946	(133.288.067)	(7.075.952)	-	(140.364.019)
Total de alterações nas demonstrações de ganhos e perder e outro rendimento Integral	23.724.800	1.748.146	(14.163.776)	11.309.170	(108.314.307)	1.424.109	(97.673.114)	(204.563.312)
Fluxos de caixa								
Prémios recebidos	70.686.915	-	-	70.686.915	91.417.518	-	-	91,417.518
Custos com sinistros e outras despesas pagas, incluindo componente de investimento	(10.675.122)	-	-	(10,675.122)	(12,520.549)	-	-	(12,520.549)
Custos de aquisição pagos	(301.422.244)	-	-	(301,422.244)	(284,627.299)	-	-	(284,627.299)
Total de fluxos de caixa	(241.410.451)	-	-	(241.410.451)	(205.730.330)	-	-	(205.730.330)
Saldos finais	1.292.968.992	30.469.190	297.215.052	1.620.653.234	1.510.654.646	28.721.045	311.378.826	1.850.754.517

73 FP

W

Análise do efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício:

	Contratos Rentáveis	Contratos Onerosos	Total
31 de dezembro de 2023			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	61.523.399	6.371.646	67.895.045
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	7.619.946	92.720	7.712.666
Valor atual estimado de saídas de fluxos de caixa	69.143.344	6.464.366	75.607.711
Valor atual estimado de entradas de fluxos de caixa	(97.999.061)	(5.415.040)	(103.414.101)
Ajustamento de risco	3.245.792	190.074	3.435.866
Margem de serviço contratual	25.609.925	-	25.609.925
Perdas reconhecidas inicialmente	-	1.239.401	1.239.401
31 de dezembro de 2022			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	72.247.574	3.949.435	76.197.009
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	13.362.074	11.476	13.373.551
Valor atual estimado de saídas de fluxos de caixa	85.609.648	3.960.911	89.570.560
Valor atual estimado de entradas de fluxos de caixa	(111.461.511)	(3.011.838)	(114.473.350)
Ajustamento de risco	3.889.020	98.238	3.987.259
Margem de serviço contratual	21.962.842	-	21.962.842
Perdas reconhecidas inicialmente	-	1.047.311	1.047.311

O padrão de libertação da margem de serviço contratual ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pelo modelo geral, durante os exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	Menor ou igual a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2023							
Seguros com participação nos resultados	42.735.168	32.132.562	14.862.456	14.137.181	11.551.219	84.807.268	200.225.854
Outros seguros de vida	4.868.710	4.861.886	4.001.238	3.094.283	2.353.057	77.810.024	96.989.199
	47.603.878	36.994.448	18.863.693	17.231.465	13.904.276	162.617.293	297.215.053
31 de dezembro de 2022							
Seguros com participação nos resultados	38.976.833	42.560.444	31.374.494	11.461.327	11.254.999	86.580.075	222.208.173
Outros seguros de vida	5.590.121	4.486.849	3.869.925	3.096.417	2.374.412	69.752.932	89.170.655
	44.566.955	47.047.293	35.244.419	14.557.744	13.629.412	156.333.007	311.378.828

83 90

~

14. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	37.557.377	29.497.500
Mediadores	58.323.785	60.751.991
Co-seguradores	10.224.226	6.744.185
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.797.351	2.070.478
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	2.466.681	413.761
	<u>111.369.420</u>	<u>99.477.914</u>
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 35)	(11.137.912)	(8.490.245)
(Ajustamentos IFAP - Nota 35)	(584.864)	(247.225)
	<u>(11.722.776)</u>	<u>(8.737.470)</u>
	<u>99.646.644</u>	<u>90.740.444</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	61.827.605	22.137.263
Contas correntes de ressegurados	10.903.118	2.261.174
	<u>72.730.723</u>	<u>24.398.437</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 35)	(7.688.511)	(7.257.888)
	<u>65.042.212</u>	<u>17.140.549</u>
Contas a receber por outras operações		
Imposto agregado	14.524.945	55.827.776
Contratos mandatos	2.741.247	13.688.905
Impostos a recuperar	2.449.799	4.765.438
Empresas do grupo	4.361.297	3.622.264
Contas de regularização interna	2.838.264	1.927.526
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	2.357.963	1.691.447
Arrendamentos imobiliários	2.187.071	1.622.995
Adiantamento a fornecedores	1.686.503	1.227.741
Clientes - contas correntes	5.113.901	957.954
Outros	6.083.947	3.299.201
	<u>44.344.936</u>	<u>88.631.247</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 35)	(6.888.513)	(7.010.932)
	<u>37.456.423</u>	<u>81.620.314</u>
	<u>202.145.279</u>	<u>189.501.308</u>

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2023.

O saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a receber da Longrun resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

83 FP

3

15. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	2023	2022
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	11.035.854	-
Outros		
Imposto sobre o valor acrescentado	3.906.193	6.164.666
Outros	19.376	20.121
	<u>14.961.422</u>	<u>6.184.787</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(10.916.478)
Outros		
Imposto do selo	(8.848.021)	(4.967.999)
Taxa para o fundo de garantia automóvel	(2.256.963)	(2.067.797)
Taxa para o fundo de acidentes de trabalho	(4.799.494)	(4.559.925)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(2.402.021)	(2.539.406)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(2.551.987)	(2.347.162)
Taxa para o instituto nacional de emergência médica	(3.795.266)	(3.253.985)
Segurança social	(3.940.328)	(3.086.420)
Retenções	(3.210.395)	(3.918.624)
Outros	(4.594.204)	(3.736.117)
	<u>(36.398.680)</u>	<u>(41.393.912)</u>
Ativos por impostos diferidos	346.777.783	432.641.633
Passivos por impostos diferidos	<u>(133.139.048)</u>	<u>(174.169.496)</u>
	<u>213.638.735</u>	<u>258.472.136</u>
	<u>192.201.478</u>	<u>223.263.010</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento do ano, apresentam o seguinte detalhe:

	2023	2022
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	21.705.085	(16.760.880)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	(22.025.540)	26.675.942
Retenções na fonte	1.546.233	2.290.182
Pagamentos por conta	-	35.556.087
Imposto sobre o rendimento das sucursais	(244.451)	(186.994)
Imposto sobre o rendimento de anos anteriores	38.628.793	11.266.770
Passivo fiscal	(27.352.507)	(21.989.959)
SIFIDE II	13.303.185	8.060.150
	<u>25.560.799</u>	<u>44.911.298</u>

No que respeita aos montantes relativos à aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, os mesmos são registados em conta de balanço como valores a receber ou a pagar à Longrun conforme evidenciado na Nota 15.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante apurado da estimativa de IRC.

Em 2023 e 2022, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados, da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos

colaboradores, bem como das mais e menos-valias realizadas de títulos de rendimento variável com variação de justo valor por reservas.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “SIFIDE II” corresponde à estimativa do benefício fiscal do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) referente ao exercício de 2022 (5.600.280 Euros), de 2021 (3.243.363 Euros) e de 2020 (4.459.542 Euros).

Com efeito, no exercício de 2022, a Companhia suportou despesas relacionadas com projetos de Investigação e Desenvolvimento (“I&D”), no montante de 12.616.246 Euros, tendo, em maio de 2023, efetuado uma candidatura ao SIFIDE II no montante global de 5.600.280 Euros.

Em 31 de dezembro de 2023, a candidatura apresentada referente ao exercício de 2022 ainda encontra em avaliação pela Agência Nacional de Inovação, S.A. (ANI), tendo a Companhia contabilizado em 2023 o montante de 5.600.280 Euros, correspondente a 100% do crédito fiscal solicitado.

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023			Saldo finais
	Saldo iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
Ativo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	178.712.581	(64.269.404)	-	114.443.177
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	16.075.892	-	(1.612.728)	14.463.164
Perdas de crédito esperadas	1	294.045	(294.045)	1
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	7.587.303	-	(3.045.024)	4.542.280
De rendimento	7.893.717	(640.338)	(2.680.848)	4.572.530
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	52.759.105	(401.264)	167.756	52.525.598
Benefícios com trabalhadores	8.305.993	-	189.878	8.495.871
Por prejuízos fiscais reportáveis	6.849.280	-	1.151.248	8.000.529
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	154.457.761	474.013	(15.497.147)	139.434.627
Valor temporal do dinheiro	-	300.007	-	300.007
	432.641.633	(64.242.941)	(21.620.909)	346.777.783
Passivo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(3.164.859)	(5.560.205)	-	(8.725.064)
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(14.301.793)	-	3.991.074	(10.310.720)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(10.554.234)	-	4.193.680	(6.360.554)
De rendimento	(720.765)	-	540.584	(180.181)
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	(1.025.562)	(30.794.806)	97.411	(31.722.957)
Valor temporal do dinheiro	(144.402.283)	68.562.710	-	(75.839.573)
	(174.169.496)	32.207.700	8.822.749	(133.139.048)
	258.472.136	(32.035.241)	(12.798.160)	213.638.735

JB RP

[Handwritten signature]

	2022			Saldo finals
	Saldo iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
Ativo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	19.875.041	158.837.540	-	178.712.581
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	33.123.208	-	(17.047.316)	16.075.892
Perdas de crédito esperadas	1	5.958.776	(5.958.776)	1
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	8.127.475	-	(540.172)	7.587.303
De rendimento	18.881.091	(228.272)	(10.759.102)	7.893.717
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	56.415.823	(2.202.465)	(1.454.253)	52.759.105
Benefícios com trabalhadores	7.790.491	-	515.502	8.305.993
Locações	37.853	-	(37.853)	-
Por prejuízos fiscais reportáveis	-	-	6.849.280	6.849.280
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	139.367.392	-	15.090.369	154.457.761
Outras diferenças temporárias	13.546	-	(13.546)	-
	<u>283.631.922</u>	<u>162.365.578</u>	<u>(13.355.867)</u>	<u>432.641.633</u>
Passivo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(33.299.878)	30.135.019	-	(3.164.859)
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(34.237.984)	-	19.936.190	(14.301.793)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(11.377.452)	-	823.218	(10.554.234)
De rendimento	(1.773.890)	320.589	732.537	(720.765)
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	(373.664)	-	(651.899)	(1.025.562)
Valor temporal do dinheiro	-	(144.402.283)	-	(144.402.283)
	<u>(81.062.868)</u>	<u>(113.946.675)</u>	<u>20.840.046</u>	<u>(174.169.496)</u>
	<u>202.569.054</u>	<u>48.418.904</u>	<u>7.484.179</u>	<u>258.472.136</u>

No exercício de 2023 os impostos diferidos encontram-se mensurados à taxa de 31,5%, exceto, quando aplicável, na componente dos prejuízos fiscais, os quais são mensurados à taxa de 21%.

Na sequência da adoção da norma contabilística IFRS 17 - Contratos de Seguros, foi publicada a Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro, a qual estabeleceu um regime transitório de adaptação das regras de determinação do lucro tributável, previstas no Código do IRC, à nova regulamentação contabilística aplicável ao setor segurador, aplicável no período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes.

W

83 TP

16. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Acréscimos de rendimentos		
Estimativa de <i>profit commissions</i>	5.000.000	4.260.391
Outros	106.201	235.516
Gastos diferidos		
Licenças de software	10.245.514	6.209.467
Conservação e reparação	1.508.050	1.958.525
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	356.914	365.062
Seguros	244.341	50.229
Trabalhos especializados	140.803	721.168
Rendas e alugueres	37.547	37.880
Comissões de emissão de produtos financeiros	-	357.232
Outros	1.183.335	292.044
	18.822.706	14.487.513

17. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023					Saldo final
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	
Valorizados ao justo valor						
<i>Contratos unit-linked</i>						
<i>Unit-linked</i> capitalização individual	2.102.209.406	277.618.428	(125.332.042)	175.027.563	(682.225)	2.428.841.130
<i>Unit-linked</i> capitalização grupo	721.245	-	-	(721.245)	-	-
<i>Unit-linked</i> PPR	364.336.990	58.410.213	(29.797.057)	28.371.833	(1.502.834)	419.819.145
	2.467.267.641	336.028.641	(155.129.099)	202.678.151	(2.185.058)	2.848.660.275
Valorizados ao custo amortizado						
<i>Outros contratos de investimento</i>						
Vida PPR Taxa Fixa Individual	3.628.450.267	132.542.803	(1.351.111.481)	53.218.620	1.550.747	2.464.650.955
Vida Taxa Fixa Individual	1.615.520.713	888.052.431	(514.956.670)	32.132.892	10.381.562	2.031.130.927
Vida Taxa Fixa Grupo	883.224	38.378	-	31.616	-	953.218
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	4.437.874	-	(1.463)	(4.434.892)	-	1.518
	5.249.292.078	1.020.633.612	(1.866.069.615)	80.948.235	11.932.309	4.496.736.619
	7.716.559.719	1.356.662.252	(2.021.198.714)	283.626.386	9.747.250	7.345.396.894

BB TP

z

	2022					Saldo final
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	
Valorizados ao justo valor						
<i>Contratos unit-linked</i>						
Unit-linked capitalização individual	1.447.057.443	976.251.559	(98.320.361)	(222.177.509)	(601.726)	2.102.209.406
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	312.491.275	98.980.283	(20.051.238)	(25.723.881)	(1.359.449)	364.336.990
	1.760.269.963	1.075.231.842	(118.371.599)	(247.901.390)	(1.961.176)	2.467.267.641
Valorizados ao custo amortizado						
<i>Outros contratos de investimento</i>						
Vida PPR Taxa Fixa Individual	4.369.811.692	151.827.823	(897.902.113)	3.287.222	1.425.643	3.628.450.267
Vida Taxa Fixa Individual	1.891.856.281	388.672.441	(668.837.983)	3.227.959	602.016	1.615.520.713
Vida Taxa Fixa Grupo	816.882	37.080	-	29.261	-	883.224
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	4.435.555	-	(994)	3.313	-	4.437.874
	6.266.920.410	540.537.344	(1.566.741.090)	6.547.755	2.027.659	5.249.292.078
	8.027.190.374	1.615.769.186	(1.685.112.689)	(241.353.635)	66.483	7.716.559.719

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

18. Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2023	2022
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		
Cobertura justo valor (Nota 6)	44.266.125	39.978.362
Outros derivados (Nota 6)	265.956.367	129.278.235
	310.222.492	169.256.597
Outros passivos financeiros		
Passivos subordinados	503.325.647	502.164.558
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	2.222.085	1.773.745
Não vida	184.456.733	147.849.004
	186.678.818	149.622.749
Locações	44.191.653	23.541.553
	734.196.117	675.328.860
	1.044.418.609	844.585.457

A rubrica "Outros derivados" inclui uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. e *swaps* de retorno total referentes a produtos *Unit-Linked*.

A rubrica "Passivos subordinados" diz respeito à emissão de dívida pela Companhia no dia 4 de junho de 2021, no valor de 500.000.000 Euros, com prazo de maturidade de 10 anos, com *call option* a 5 anos e uma taxa de remuneração de 4,25%.

813 TP

~

Os movimentos ocorridos nos passivos de locações durante o exercício de 2023 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.541.553
Incremento do exercício	37.352.666
Adições	34.885.244
Juros	1.033.039
Outros	1.434.383
Decréscimo do exercício	(16.702.566)
Pagamentos	(16.702.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.191.653

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os passivos de locações apresentam a seguinte maturidade:

	2023				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Locações	13.807.229	7.247.758	12.361.473	10.775.193	44.191.653
	13.807.229	7.247.758	12.361.473	10.775.193	44.191.653

	2022				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Locações	11.489.230	6.392.877	4.085.305	1.574.142	23.541.553
	11.489.230	6.392.877	4.085.305	1.574.142	23.541.553

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo comos princípios definidos na IFRS 16 – “Locações”.

19. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de Seguro	42.946.338	42.284.969
Mediadores	47.851.079	45.837.717
Co-seguradoras	6.007.555	4.086.758
	96.804.972	92.209.444
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	92.265.621	89.377.915
Contas correntes de ressegurados	2.148.189	2.526.584
	94.413.810	91.904.499
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores conta corrente	9.220.026	9.428.387
Contas de regularização interna	3.915.464	3.399.502
Transações a liquidar	4.820.287	2.070.873
Empresas do grupo	376.023	2.016.300
Outros	8.147.544	6.158.454
	26.479.344	23.073.516
	217.698.125	207.187.459

8B TP

2

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

20. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	116.984	178.298
	116.984	178.298
Acréscimos de gastos		
Comissões a pagar	77.675.299	67.343.109
Férias e subsídios a pagar	18.379.631	16.900.653
Prémios de desempenho da empresa	10.360.257	11.246.585
Pagamentos diferidos - Marketing	4.917.129	7.889.671
Faturas em conferência	4.862.735	6.263.234
Trabalhos especializados	3.625.899	1.948.281
Benefícios optativos de carreira	3.089.601	2.378.351
Remunerações variáveis, incluindo encargos	1.379.112	1.282.487
Seguros	621.396	4.522.793
Auditoria	1.592.717	926.461
Publicidade	245.853	1.169.037
Imposto municipal de imóveis	133.976	284.787
Outros custos com pessoal	69.151	181.030
Outros	4.512.489	7.584.786
	131.465.245	129.921.266
	131.582.228	130.099.564

A rubrica “Comissões a pagar” inclui:

- Estimativa das *over commissions*, nos montantes de 43.719.712 Euros e 35.999.518 Euros, relativas aos exercícios de 2023 e 2022, respetivamente;
- Estimativa de comissões a pagar à CGD, nos montantes de 27.984.331 Euros e 26.242.212 Euros, relativas aos exercícios de 2023 e 2022, respetivamente.

21. Outras Provisões

O movimento na rubrica de “Outras provisões”, durante os exercícios de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	2023				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Desvios atuariais por capital próprio	
Provisões para impostos	7.125.986	1.661.740	(240.245)	-	8.547.481
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 28)					
Benefícios de saúde	18.329.897	-	(225.277)	(793.133)	17.311.487
Provisão para reestruturação	2.668.327	2.757.778	(2.668.327)	-	2.757.778
Provisão para contingências judiciais	2.516.366	254.806	(2.600.268)	-	170.904
Outras	2.311.497	-	(1.407.384)	-	904.113
	32.952.074	4.674.324	(7.141.501)	(793.133)	29.691.764

813 FP

	2022						Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Desvios atuariais por capital próprio	
Provisões para impostos	7.125.154	2.881.566	(2.880.734)	-	-	-	7.125.986
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 28)							
Benefícios de saúde	25.903.684	-	(598.391)	-	-	(6.975.396)	18.329.897
Provisão para reestruturação	10.141.774	-	(7.473.446)	-	-	-	2.668.327
Provisão para contingências judiciais	8.093.049	-	(5.576.682)	-	-	-	2.516.366
Outras	16.296.292	-	(9.287.011)	(9)	(4.697.776)	-	2.311.497
	67.559.952	2.881.566	(25.816.264)	(9)	(4.697.776)	(6.975.396)	32.952.074

A Fidelidade tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma.

Em 2022 saíram 214 colaboradores, o que originou a anulação de 7.473.446 Euros. No mesmo período foram contratados 260 colaboradores.

Em 2023 saíram 185 colaboradores, o que originou a anulação de 2.668.327 Euros. No mesmo período foram contratados 193 colaboradores.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras” destinam-se a fazer face a outras contingências decorrentes da atividade da Companhia.

Em 2023 e 2022, a rubrica “Outras provisões” inclui utilizações de 1.231.874 Euros e de 11.805.011 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

A coluna “Outros” diz respeito ao passivo associado ao Acordo de benefícios de Longo Prazo dos Órgãos Sociais no valor de 4.697.776 Euros, que foi reclassificado da rubrica de “Outras provisões – Outras” para a rubrica de “Responsabilidade com Benefícios de empregados” em janeiro de 2022.

A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados - Benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores.

22. Capital e Outros Instrumentos de Capital

O capital social no valor de 509.263.524 Euros é constituído por 161,7 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Os outros instrumentos de capital são constituídos por prestações suplementares. De acordo com a legislação em vigor, a restituição depende da deliberação dos acionistas a qual só pode ser aprovada se, em virtude da mesma, a situação líquida da Companhia não se torne inferior à soma do capital social e da reserva legal.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de 31 de março de 2015, 13.300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 Euros, perfazendo o valor total de 148.960 Euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

8B FP

Em maio de 2018 foi realizado um aumento de capital no valor de 76.230.000 Euros, com um Prémio de Emissão de 67.276.000 Euros.

Em setembro de 2020 foi realizado um aumento de capital por novas entradas em espécie, no montante de 38.912.643 Euros, com subscrição reservada aos titulares de ações das sociedades comerciais Multicare e Fidelidade Assistência.

Em outubro de 2020 foi realizado um aumento por novas entradas em dinheiro, no montante remanescente de 12.970.881 Euros. O aumento de capital realizou-se com um Prémio de Emissão de 63.042.599 Euros.

A estrutura acionista da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tem a seguinte composição:

Acionistas	2023		2022	
	Número de Ações	% de Participação	Número de Ações	% de Participação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	137.402.839	84,9892%	137.402.839	84,9892%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15,0000%	24.250.644	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	4.177	0,0026%	4.177	0,0026%
Ações Próprias	13.300	0,0082%	13.300	0,0082%
	<u>161.670.960</u>	<u>100%</u>	<u>161.670.960</u>	<u>100%</u>

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade pela Longrun, a Companhia passou a integrar o Grupo Fosun.

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	83.588.918	68.100.384
Número de ações (no final do exercício)	161.670.960	161.670.960
Resultado por ação (em Euros)	<u>0,52</u>	<u>0,42</u>

No exercício de 2023, a Fidelidade distribuiu reservas e resultados transitados aos seus acionistas, no montante de 219.207.787 Euros.

88 FP

2

23. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2023	2022
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	(331.615.076)	(650.299.888)
De instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	(109.523.583)	(87.405.906)
	<u>(441.138.659)</u>	<u>(737.705.794)</u>
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	110.757	407.026
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 35)	6.475.391	7.163.384
De instrumentos de cobertura do justo valor	1.350.007	-
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	16.931.719	27.102.849
	<u>(416.270.785)</u>	<u>(703.032.535)</u>
Reserva por impostos		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	82.198.287	182.584.003
De instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	23.475.233	12.167.665
De terrenos e edifícios de uso próprio	189.316	829.654
De provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	(1.756.046)	(1.972.764)
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	25.224.745	25.198.328
Benefícios de saúde	1.438.560	1.688.397
De ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	606.321	168.417
De instrumentos de cobertura do justo valor	(425.252)	-
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	(5.700.192)	(6.063.250)
De reserva da componente financeira dos contratos de seguro	(112.957.367)	(148.527.957)
De reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	3.201.351	4.125.675
	<u>15.494.956</u>	<u>70.198.168</u>
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(4.799.661)	(801.983)
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	357.989.487	471.517.325
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(10.163.019)	(13.097.380)
Outras reservas		
Reserva legal	258.793.938	247.549.636
Prémios de emissão	382.666.154	382.666.154
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(35.512.959)	(35.429.096)
Benefícios de saúde	(4.566.858)	(5.359.990)
Outras reservas	1.214.101.562	1.214.101.562
	<u>1.815.481.839</u>	<u>1.803.528.267</u>
Resultados transitados	(153.300.563)	9.000.812
Resultado do exercício	83.588.918	68.100.384
	<u>1.688.021.174</u>	<u>1.705.413.057</u>

BB TP

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

Os resultados dos exercícios de 2022 e de 2021 foram aplicados conforme indicado:

	2022	2021
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	11.244.302	21.228.291
Resultados transitados	(118.642.638)	190.088.095
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	801.983	1.394.347
Reserva por imposto	(168.417)	(427.822)
Dividendos	219.207.787	-
	112.443.018	212.282.911

24. Réditos por contratos de seguro

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Seguros não vida						Total	Total
	Seguros vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros		
31 de dezembro de 2023								
Contratos não mensurados pela abordagem da alocação de prémio								
Montantes relacionados as variações nos passivos de serviços futuros								
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	59.401.119	-	-	-	-	-	-	59.401.119
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	2.668.605	-	-	-	-	-	-	2.668.605
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	76.797.438	-	-	-	-	-	-	76.797.438
	138.867.161	-	-	-	-	-	-	138.867.161
Contratos mensurados pela abordagem da alocação de prémio								
	180.962.396	840.183.780	365.703.540	617.980.318	96.702.706	53.676.358	1.974.246.702	2.155.209.098
Total dos réditos dos contratos de seguro	319.829.557	840.183.780	365.703.540	617.980.318	96.702.706	53.676.358	1.974.246.702	2.294.076.259
31 de dezembro de 2022								
Contratos não mensurados pela abordagem da alocação de prémio								
Montantes relacionados as variações nos passivos de serviços futuros								
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	58.710.936	-	-	-	-	-	-	58.710.936
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	2.053.002	-	-	-	-	-	-	2.053.002
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	75.732.316	-	-	-	-	-	-	75.732.316
	136.496.255	-	-	-	-	-	-	136.496.255
Contratos mensurados pela abordagem da alocação de prémio								
	182.443.747	729.860.349	333.173.520	548.422.971	65.261.001	62.214.046	1.738.931.887	1.921.375.634
Total dos réditos dos contratos de seguro	318.940.002	729.860.349	333.173.520	548.422.971	65.261.001	62.214.046	1.738.931.887	2.057.871.889

JB JP

25. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2023 e 2022, as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1.368.760 Euros e a 1.171.456 Euros, respetivamente.

26. Sinistros Ocorridos e Outros Gastos

Nos exercícios de 2023 e 2022, os custos de exploração incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição por natureza:

	2023	2022
Custos com pessoal (Nota 27)	180.953.549	166.909.704
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	63.949.850	65.909.482
Licenças de software	17.130.571	15.486.064
Publicidade e propaganda	12.908.929	16.575.321
Conservação e reparação	6.104.433	5.631.133
Comunicação	5.958.291	5.593.390
Rendas e alugueres	3.406.995	4.514.200
Deslocações e estadas	2.887.576	2.635.127
Despesas de representação	2.197.877	5.139.954
Gastos com cobrança de prémios	1.556.931	1.420.564
Limpeza, higiene e conforto	1.554.961	1.550.046
Vigilância e segurança	1.183.959	1.369.990
Quotizações	1.115.036	1.263.743
Seguros	970.350	866.211
Gastos com trabalho independente	916.965	667.119
Combustível	838.383	739.041
Gastos com condomínios	592.217	566.976
Eletricidade	384.223	770.998
Refeições no local de trabalho	326.453	274.486
Impressos	308.701	253.367
Material de escritório	181.567	161.055
Água	150.946	147.521
Contencioso e notariado	45.433	217.650
Outros	1.670.020	2.603.110
	126.340.667	134.356.545
Impostos e taxas	14.811.785	12.789.145
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 9, 11 e 12)	24.383.010	20.323.793
Outras provisões	(35.304)	(9.929.687)
Comissões	9.331.996	10.211.954
Juros suportados	25.168.998	24.539.914
	380.954.701	359.201.367

7B TP

2

Nos exercícios de 2023 e 2022, as rubricas de depreciações e amortizações do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2023			2022		
	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total
Terrenos e Edifícios (Nota 9)	418.104	13.353.349	13.771.453	614.594	10.067.480	10.682.074
Depreciações de outros ativos tangíveis (Nota 11)	3.353.932	2.316.179	5.670.111	4.023.201	1.615.434	5.638.635
Depreciações de outros ativos intangíveis (Nota 12)	4.941.446	-	4.941.446	4.003.084	-	4.003.084
	8.713.482	15.669.528	24.383.010	8.640.879	11.682.915	20.323.793

Nos exercícios de 2023 e 2022, existiram também os seguintes encargos relacionados com as locações:

	2023			2022		
	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor
Terrenos e Edifícios	13.353.349	-	2.765.103	10.067.480	-	-
Máquinas e Equipamento	-	-	7.026	-	-	11.597
Equipamento Informático	1.107.068	-	160.283	732.238	-	166.311
Material de Transporte	1.209.111	18.130	-	883.197	7.058	-
Outro Equipamento	-	-	208.115	-	-	198.933
	15.669.528	18.130	3.140.526	11.682.915	7.058	376.840

Nos exercícios de 2023 e 2022, a rubrica de juros suportados apresenta o seguinte detalhe:

	2023			2022		
	Locações	Outros encargos	Total	Locações	Outros encargos	Total
Terrenos e edifícios	901.019	-	901.019	700.779	-	700.779
Equipamento informático	88.778	-	88.778	25.320	-	25.320
Material de transporte	43.242	-	43.242	17.421	-	17.421
Depósitos de resseguradores	-	1.719.189	1.719.189	-	1.429.909	1.429.909
Passivos Subordinados	-	22.411.089	22.411.089	-	22.360.836	22.360.836
Outros	-	5.681	5.681	-	5.648	5.648
	1.033.039	24.135.959	25.168.998	743.520	23.796.393	24.539.914

73 TP

z

Nos exercícios de 2023 e 2022, as rubricas da Demonstração Resultados onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2023			2022		
	Gastos diretamente atribuíveis	Gastos não atribuíveis	Total	Gastos diretamente atribuíveis	Gastos não atribuíveis	Total
Sinistros - Montantes pagos						
Diretos	1.247.655.439	139.922	1.247.795.361	1.109.892.502	-	1.109.892.502
Imputados	54.967.736	5.125.353	60.093.089	56.423.042	9.102.097	65.525.139
Aquisição						
Diretos	312.751.102	6.757.377	319.508.479	266.899.090	34.495.639	301.394.729
Imputados	103.239.976	50.050.106	153.290.082	84.208.639	26.621.545	110.830.184
Administrativos						
Diretos	11.574.391	23.749.054	35.323.444	11.130.217	797.181	11.927.398
Imputados	79.756.601	34.407.360	114.163.962	88.654.153	40.966.762	129.620.915
Gastos Financeiros						
Diretos	-	4.221.286	4.221.286	-	34.812.918	34.812.918
Imputados	1.648.724	50.069.434	51.718.158	1.799.728	21.695.578	23.495.306
Total de Gastos Diretos	1.571.980.932	34.867.638	1.606.848.570	1.387.921.809	70.105.738	1.458.027.547
Total de Gastos Imputados	239.613.037	139.652.255	379.265.291	231.085.562	98.385.982	329.471.544
	1.811.593.969	174.519.893	1.986.113.862	1.619.007.372	168.491.720	1.787.499.091

27. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações		
Órgãos sociais	5.943.571	5.748.255
Pessoal	116.147.478	106.816.330
Encargos sobre remunerações	27.850.030	25.376.364
Benefícios pós-emprego	10.142.219	3.489.401
Outros benefícios a longo prazo	838.648	1.265.494
Benefícios de cessação de emprego	5.452.856	6.765.692
Seguros obrigatórios	2.629.954	2.187.544
Gastos de ação social	10.102.638	12.758.802
Outros gastos com pessoal	1.846.154	2.501.823
	180.953.549	166.909.704

Em 2023 e 2022, a rubrica “Remunerações – Pessoal” inclui uma constituição de estimativa de benefícios optativos de carreira no montante de 569.868 Euros e 505.930 Euros, respetivamente.

A existência de estruturas transversais a algumas empresas do Grupo conduz à necessidade de efetuar a alocação de custos comuns entre as várias empresas, baseada em chaves de repartição subordinadas ao princípio custo-benefício. Consequentemente, nos exercícios de 2023 e 2022, os gastos com pessoal incluem o impacto decorrente dos seguintes movimentos com entidades relacionadas:

JB FP

	2023	2022
Gastos com pessoal da Companhia a desempenhar funções para a		
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(3.783.150)	(3.410.317)
Fidelidade - Property Europe, S.A.	(653.892)	(586.171)
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	(312.076)	(293.884)
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	(149.613)	(181.593)
FID I&D, S.A.	(548.273)	(412.803)
Outras	(31.423)	13.433
	<u>(5.478.428)</u>	<u>(4.871.335)</u>

Nos exercícios de 2023 e 2022, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 28)	3.565.503	1.244.229
Plano individual de reforma	3.700.359	1.325.375
Cedência de pessoal	(113.801)	(67.448)
Outros encargos	2.990.158	987.245
	<u>10.142.219</u>	<u>3.489.401</u>

Em 2023 e 2022, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores da Companhia que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2023 e 2022, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2023	2022
Executivos	59	52
Gestores	350	350
Técnicos	1.876	1.777
Assistentes	636	675
Apoio	5	11
	<u>2.926</u>	<u>2.865</u>

BB FP

28. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Ativo		
Plano de benefício definido	22.588.285	25.211.651
Passivo		
Plano de contribuição definida	(127.049)	(90.099)
Outros benefícios a longo prazo	(7.220.033)	(5.963.270)
	<u>(7.347.082)</u>	<u>(6.053.370)</u>
	<u>15.241.203</u>	<u>19.158.281</u>

Relativamente ao exercício de 2023, no “Plano de contribuição definida” a Fidelidade teve um custo de 3.696.867 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 127.049 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2023 que foram pagas em janeiro de 2024.

Os “Outros benefícios a longo prazo” dizem respeito à remuneração variável dos Órgãos Sociais, nos termos previstos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Companhia, e dos empregados, conforme decidido em Comité de Pessoas e em Comissão Executiva. Esta remuneração é diferida e paga decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o reforço deste plano de incentivo foi de 1.256.762 Euros para pagamento em 2025 e o valor pago foi de 2.283.821 Euros.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (“IRCT”), têm direito a um plano de pensões (“PIR”), plano este, de contribuição definida e que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT’s.

Em conformidade com as regras previstas no referido IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o atual plano de pensões são efetuadas de acordo com o previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 (“ACT 2019”), correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador.

2B RP

Z

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades e ativos do Plano de Pensões - "Fundo de Pensões PIR Fidelidade e Associadas", ascendiam a:

Responsabilidade em 31 de dezembro de 2022	30.178.411
Gastos de ano	3.696.867
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2023	33.875.278
Ativo em 31 de dezembro de 2022	30.088.311
Contribuições para o fundo	3.659.917
Ativo em 31 de dezembro de 2023	33.748.228
Diferencial	(127.049)
Nível de financiamento	99,62%

Plano de benefício definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador (CCT 2008), a Companhia concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora. Atualmente este Plano abrange os já beneficiários dos Fundos de Pensões (reformados) e os trabalhadores que transitaram à situação de pré-reforma e que a essa data se encontravam abrangidos pelo CCT 2008.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millennium BCP, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (no ativo, atualmente 2), com "níveis salariais internos XVII", oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação. Ao complemento à pensão da Segurança Social são deduzidos eventuais benefícios de reforma decorrentes dos outros planos de pensões.

Os planos de benefício definido são financiados através de fundos de pensões fechados. Nestes fundos encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas. Estes planos perfazem os requisitos de classificação de planos de benefício definido, uma vez que cumprem os critérios de determinação do valor da pensão que um trabalhador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 28). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as

taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O gasto do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, estas últimas apenas previstas no Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O gasto do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

Método atuarial	2023	2022
	<i>Projected Unit Credit</i>	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	4,25%	4,00%
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	2,40%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n.a.	n.a.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2023 e 2022 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2023		2022	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	7,90%	2,40%	2,63%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	2,10%	0,75%	0,39%

FB FP

W

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2023	2022
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos	2.694.808	4.921.161
Reformados e pré-reformados	92.580.655	97.327.085
	95.275.463	102.248.246
Fundos de pensões autónomos	87.641.194	95.935.565
Provisões matemáticas	30.222.554	31.524.332
	117.863.748	127.459.897
Diferencial	22.588.285	25.211.651
Nível de financiamento	123,71%	124,66%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia, excluindo o fundo de pensões da Ex-Império (Níveis XVII e XVIII) que é dependente da segurança social.

Os fundos de pensões de benefício definido da Companhia apresentam as seguintes durações médias:

Fundo de Pensões da Fidelidade	6,58 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	4,87 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	6,78 anos
Fundo de Pensões da Ex-Império	10,99 anos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número de beneficiários era o seguinte:

	2023	2022
Ativos	1.074	813
Reformados e pré-reformados	1.589	1.661
Rendeiros	277	307
	2.940	2.781

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	147.761.757
Contribuições	9.599
Varição nas provisões matemáticas	(2.627.192)
Pensões pagas	(14.236.345)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(514.557)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	(2.933.365)

Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>127.459.897</u>
Contribuições	1.026.000
Variação nas provisões matemáticas	(1.301.778)
Pensões pagas	(13.306.468)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(865.950)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	4.852.047
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>117.863.748</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os Fundos de Pensões da Fidelidade eram geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

	2023		2022	
	Preço de Mercado	Valor da carteira	Preço de mercado	Valor da carteira
Instrumentos de capital	1.445.925	1.445.925	1.594.378	1.594.378
Instrumentos de dívida				
De dívida pública	27.798.740	27.798.740	24.616.067	24.616.067
De outros emissores	23.038.448	23.038.448	32.018.549	32.018.549
	50.837.188	50.837.188	56.634.616	56.634.616
Imóveis	17.789.959	17.789.959	17.688.301	17.688.301
Fundos de investimento				
Ações nacionais	14.720	14.720	17.240	17.240
Ações europeias	4.138.597	4.138.597	5.939.599	5.939.599
Outras ações	40.272	40.272	22.477	22.477
Imóveis	2.432.661	2.432.661	3.161.833	3.161.833
Obrigações				
De outros emissores	5.316.736	5.316.736	2.743.455	2.743.455
Tesouraria	2.577.401	2.577.401	-	-
Outros	26.005	26.005	23.121	23.121
	14.546.392	14.546.392	11.907.725	11.907.725
Outros	3.021.730	3.021.730	8.110.545	8.110.545
	87.641.194	87.641.194	95.935.565	95.935.565

Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

	2023	2022
Instrumentos de dívida	105.539	97.848
Fundos de investimento		
Imóveis	2.134.521	2.866.996
Outros	26.005	23.121
	2.160.526	2.890.117
	2.266.065	2.987.965

83 RP

22

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados da Companhia e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Responsabilidades	Cobertura	Diferencial
Situação em 31 de dezembro de 2021	135.639.515	147.761.757	12.122.242
Custo do serviço corrente	159.913	-	(159.913)
Juro líquido de benefício definido	1.171.172	1.315.445	144.273
Gastos do exercício	1.331.086	1.315.445	(15.641)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	742.120	-	(742.120)
Outras variações em resultados	-	(486.468)	(486.468)
Variações com impacto em resultados (Nota 27)	2.073.206	828.977	(1.244.229)
Ganhos e perdas atuariais			
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	(4.276.899)	(4.276.899)
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(15.536.061)	-	15.536.061
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(3.064.877)	-	3.064.877
Variações com impacto em capitais próprios	(18.600.938)	(4.276.899)	14.324.039
Contribuições para o plano:			
efetuadas pela Companhia	-	9.599	9.599
Varição das provisões matemáticas	(2.627.192)	(2.627.192)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(14.236.345)	(14.236.345)	-
Situação em 31 de dezembro de 2022	102.248.246	127.459.897	25.211.651
Custo do serviço corrente	86.301	-	(86.301)
Juro líquido de benefício definido	2.618.541	3.623.555	1.005.014
Gastos do exercício	2.704.842	3.623.555	918.713
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	3.624.573	-	(3.624.573)
Outras variações em resultados	-	(859.643)	(859.643)
Variações com impacto em resultados (Nota 27)	6.329.415	2.763.912	(3.565.503)
Ganhos e perdas atuariais			
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	1.222.185	1.222.185
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(967.083)	-	967.083
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	2.273.131	-	(2.273.131)
Variações com impacto em capitais próprios	1.306.048	1.222.185	(83.863)
Contribuições para o plano			
efetuadas pela Companhia	-	1.026.000	1.026.000
Varição das provisões matemáticas	(1.301.778)	(1.301.778)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(13.306.468)	(13.306.468)	-
Situação em 31 de dezembro de 2023	95.275.463	117.863.748	22.588.285

Assistência médica

A Companhia comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação entre junho de 1998 e julho de 2005, suportando a quase totalidade dos respetivos encargos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas responsabilidades ascendem a 17.311.487 Euros e a 18.329.897 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 21). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referentes a este benefício foram de (793.133) Euros e (6.975.396) Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2023, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Companhia, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2023	A	B	C	
Pressupostos Financeiros					
Taxa de Desconto	4,25%	4,75%	3,75%	4,25%	
Taxa de Crescimento Salarial	2,40%	2,40%	2,40%	2,40%	
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	
Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%	
Pressupostos Demográficos					
Tábua de Mortalidade					
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)	
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2023					
Cenários	2023	A	B	C	
Reformados	Velhice	30.992.043	30.080.708	31.956.968	33.448.623
	Antecipação	9.695.741	9.405.483	10.002.151	10.426.804
	Invalidez	4.380.610	4.169.170	4.610.735	4.566.637
Pensionistas	Viuvez	3.326.838	3.217.336	3.443.753	3.346.464
	Orfandade	81.530	76.343	87.316	81.530
	Pensão até INR	10.517.874	10.402.433	10.636.036	10.546.780
Pré-Reformados	Encargos até INR	2.927.062	2.893.500	2.961.440	2.935.327
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	436.402	412.689	462.210	462.658
Ativos	Plano Complementar	2.694.808	2.546.895	2.856.776	2.783.365
Totais		65.052.908	63.204.557	67.017.385	68.598.188

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas no valor de 30.222.554 Euros.

JB FP

[Assinatura]

29. Resultado da Componente Financeira dos Contratos de Seguro

	2023									
	Seguros não vida							Total	NÃO Afetos	Total
	Seguros vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total			
Retorno dos Investimentos										
Rendimentos e gastos de investimentos	177.691.143	37.277.407	9.950.780	17.749.848	6.595.860	994.638	72.568.532	28.439.316	278.698.991	
Ganhos líquidos de investimento e diferenças de câmbio	(132.318.878)	(8.506.776)	(2.995.262)	(4.841.982)	(1.837.332)	(273.594)	(18.454.946)	7.429.451	(143.344.373)	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	2.515.480	(3.122.286)	43.520	57.861	59.417	11.214	(2.950.274)	(12.606)	(447.401)	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	320.324.765	(29.609.252)	0	0	1	(23.203.256)	(52.812.506)	14.449.830	281.962.089	
	368.212.509	(3.960.907)	6.999.038	12.965.728	4.817.945	(22.470.998)	(1.649.134)	50.305.991	416.869.306	
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro										
Juros acumulados	(34.891.597)	(3.095.108)	(1.735.842)	(2.605.215)	(262.192)	(248.736)	(7.947.093)	-	(42.838.690)	
Efeito das alterações de taxa de juros e outros pressupostos financeiros	(26.750.685)	(73.172.757)	(3.365.549)	(8.060.373)	(1.828.300)	(350.173)	(86.777.153)	-	(113.527.838)	
	(61.642.282)	(76.267.865)	(5.101.391)	(10.665.588)	(2.090.493)	(598.909)	(94.724.246)	-	(156.366.528)	
Resultado da componente financeira dos contratos de resseguro										
Juros acumulados	12.816	1.256.370	945.875	4.695	121.755	22.990	2.351.685	-	2.364.502	
Efeito das alterações de taxa de juros e outros pressupostos financeiros	202.309	566.167	2.768.104	171.682	(969.071)	195.171	2.732.052	-	2.934.361	
	215.125	1.822.537	3.713.979	176.377	(847.316)	218.161	5.083.738	-	5.298.863	
	306.785.352	(78.406.236)	5.611.626	2.476.518	1.880.136	(22.851.746)	(91.289.702)	50.305.991	265.801.640	
Representado por:										
Montantes reconhecidos em ganhos e perdas	13.008.963	23.809.606	6.209.071	10.365.208	4.677.507	506.512	45.567.904	35.856.161	94.433.028	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	293.776.389	(102.215.842)	(597.445)	(7.888.690)	(2.797.371)	(23.358.258)	(136.857.606)	14.449.830	171.368.612	
	306.785.352	(78.406.236)	5.611.626	2.476.518	1.880.136	(22.851.746)	(91.289.702)	50.305.991	265.801.640	
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro										
Montantes reconhecidos em ganhos e perdas	(34.891.597)	(3.095.108)	(1.735.842)	(2.605.215)	(262.192)	(248.736)	(7.947.093)	-	(42.838.690)	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	(26.750.685)	(73.172.757)	(3.365.549)	(8.060.373)	(1.828.300)	(350.173)	(86.777.153)	-	(113.527.838)	
	(61.642.282)	(76.267.865)	(5.101.391)	(10.665.588)	(2.090.493)	(598.909)	(94.724.246)	-	(156.366.528)	
Resultado da componente financeira dos contratos de resseguro										
Montantes reconhecidos em ganhos e perdas	12.816	1.256.370	945.875	4.695	121.755	22.990	2.351.685	-	2.364.502	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	202.309	566.167	2.768.104	171.682	(969.071)	195.171	2.732.052	-	2.934.361	
	215.125	1.822.537	3.713.979	176.377	(847.316)	218.161	5.083.738	-	5.298.863	

	2022									
	Seguros não vida							Total	NÃO Afetos	Total
	Seguros vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total			
Retorno dos Investimentos										
Rendimentos e gastos de investimentos	169.252.753	39.320.024	8.990.628	18.602.870	5.652.849	981.792	73.548.163	9.028.066	251.828.982	
Ganhos líquidos de investimento e diferenças de câmbio	(104.760.795)	(27.843.991)	(5.266.510)	(15.037.542)	(4.009.046)	1.649.408	(50.507.681)	(7.917.563)	(163.186.039)	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	376.576	(3.468.337)	403.442	183.716	1.039.527	340.449	(1.501.202)	2.433	(1.122.193)	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	(711.532.703)	(40.935.350)	-	-	-	(41.566.695)	(82.502.045)	20.269.098	(773.765.650)	
	(646.664.169)	(32.927.654)	4.127.560	3.749.044	2.683.330	(38.595.046)	(60.962.766)	21.382.034	(686.244.901)	
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro										
Juros acumulados	(12.364.997)	6.736.248	544.059	1.166.021	444.231	84.195	8.974.753	-	(3.390.244)	
Efeito das alterações de taxa de juros e outros pressupostos financeiros	141.510.490	296.902.976	5.242.296	16.015.025	11.228.272	618.266	330.006.835	-	471.517.325	
	129.145.493	303.639.224	5.786.355	17.181.046	11.672.503	702.460	338.981.588	-	468.127.081	
Resultado da componente financeira dos contratos de resseguro										
Juros acumulados	(26.101)	(293.255)	(371.807)	(54.341)	(124.208)	(31.400)	(875.011)	-	(901.113)	
Efeito das alterações de taxa de juros e outros pressupostos financeiros	(200.930)	(4.113.670)	(3.978.117)	(932.766)	(3.616.064)	(255.833)	(12.896.450)	-	(13.097.380)	
	(227.031)	(4.406.924)	(4.349.924)	(987.107)	(3.740.272)	(287.234)	(13.771.461)	-	(13.998.492)	
	(517.745.707)	266.304.645	5.563.991	19.942.983	10.615.562	(38.179.819)	264.247.362	21.382.034	(232.116.312)	
Representado por:										
Montantes reconhecidos em ganhos e perdas	52.477.436	14.450.689	4.299.812	4.860.724	3.003.353	3.024.444	29.639.021	1.112.936	83.229.393	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	(570.223.143)	251.853.956	1.264.179	15.082.259	7.612.209	(41.204.263)	234.608.341	20.269.098	(315.345.705)	
	(517.745.707)	266.304.645	5.563.991	19.942.983	10.615.562	(38.179.819)	264.247.362	21.382.034	(232.116.312)	
Resultado da componente financeira dos contratos de seguro										
Montantes reconhecidos em ganhos e perdas	(12.364.997)	6.736.248	544.059	1.166.021	444.231	84.195	8.974.753	-	(3.390.244)	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	141.510.490	296.902.976	5.242.296	16.015.025	11.228.272	618.266	330.006.835	-	471.517.325	
	129.145.493	303.639.224	5.786.355	17.181.046	11.672.503	702.460	338.981.588	-	468.127.081	
Resultado da componente financeira dos contratos de resseguro										
Montantes reconhecidos em ganhos e perdas	(26.101)	(293.255)	(371.807)	(54.341)	(124.208)	(31.400)	(875.011)	-	(901.113)	
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	(200.930)	(4.113.670)	(3.978.117)	(932.766)	(3.616.064)	(255.833)	(12.896.450)	-	(13.097.380)	
	(227.031)	(4.406.924)	(4.349.924)	(987.107)	(3.740.272)	(287.234)	(13.771.461)	-	(13.998.492)	

IB FP

2

30. Rendimentos

Nos exercícios de 2023 e 2022, a rubrica “Rendimentos” apresenta a seguinte composição:

	2023			Total
	Juros	Dividendos	Rendas	
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	844.012	1.307.673	-	2.151.685
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	39.258.998	506.685	-	39.765.683
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(40.993)	-	-	(40.993)
	40.062.017	1.814.358	-	41.876.375
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	10.466.150	-	10.466.150
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	30.195.973	10.917.101	-	41.113.074
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	81.472.702	157.383	-	81.630.085
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.306.843	-	-	2.306.843
Depósitos à ordem	1.174.371	-	-	1.174.371
	115.149.889	21.540.634	-	136.690.522
	155.211.905	23.354.992	-	178.566.897
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	3.053.647	3.053.647
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.740.457	-	3.740.457
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.524.753	16.615.243	-	22.139.996
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	22.071.383	21.654.523	-	43.725.905
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	18.899	-	-	18.899
	27.615.035	42.010.222	3.053.647	72.678.904
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	1.955.637	1.955.637
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	17.686.674	-	17.686.674
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	201.194	-	-	201.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	2.452.887	-	-	2.452.887
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	7.932.722	-	-	7.932.722
Depósitos à ordem	1.850.127	-	-	1.850.127
	12.436.931	17.686.674	1.955.637	32.079.242
	195.263.871	83.051.888	5.009.284	283.325.043

73 FP

W

	2022			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.403.664	951.060	-	2.354.725
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	35.481.274	1.690.930	-	37.172.204
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	33.464	-	-	33.464
	36.918.402	2.641.991	-	39.560.393
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	4.093.105	-	4.093.105
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	14.611.957	19.614.495	-	34.226.452
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	77.826.396	8.033.217	-	85.859.613
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	6.981.981	-	-	6.981.981
Depósitos à ordem	124.353	-	-	124.353
	99.544.687	31.740.816	-	131.285.504
	136.463.090	34.382.807	-	170.845.896
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	4.381.161	4.381.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.478.394	-	2.478.394
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.164.853	10.924.021	-	14.088.874
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	27.182.302	25.575.338	-	52.757.640
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	16.309	-	-	16.309
	30.363.464	38.977.752	4.381.161	73.722.377
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	2.449.978	2.449.978
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	5.679.332	-	5.679.332
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	442.751	-	-	442.750
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	561.569	-	-	561.569
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.109.276	-	-	3.109.276
Depósitos à ordem	379.174	-	-	379.174
	4.492.770	5.679.332	2.449.978	12.622.080
	171.319.324	79.039.891	6.831.139	257.190.353

Nos exercícios de 2023 e 2022, o rendimento obtido pela sublocação de ativos de direito de uso foi respetivamente 1.285.219 Euros e 1.226.917 Euros.

83 TP

2

33. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023	2022
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(336.898)	(1.608.144)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(12.531.484)	19.630.465
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(231.313)	257.734
Depósitos à ordem	(1.436.304)	313.999
Outros	(4)	(44)
	<u>(14.536.003)</u>	<u>18.594.010</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.883.364)	9.290.399
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(713.020)	(12.583.702)
Ativos valorizados ao custo amortizado	(269.182)	607.007
Depósitos à ordem	(1.210.901)	6.265.090
Outros	(770)	275
	<u>(4.077.236)</u>	<u>3.579.069</u>
	<u>(18.613.239)</u>	<u>22.173.079</u>
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.334.465)	7.823.968
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(10.615.323)	30.530.089
Ativos valorizados ao custo amortizado	76.119	950.497
Depósitos à ordem	(873.237)	(973.550)
Outros	1.175	(62)
	<u>(13.745.732)</u>	<u>38.330.941</u>
Investimentos não afetos		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	125
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	12.295	(3.670.867)
Ativos valorizados ao custo amortizado	1.270.139	(2.034.693)
Depósitos à ordem	1.803.550	4.376.568
Outros	-	(1)
	<u>3.085.985</u>	<u>(1.328.866)</u>
	<u>(29.272.986)</u>	<u>59.175.154</u>

83 FP

W

34. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2023			2022		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.234.375	(1.227.821)	3.006.554	137.964	-	137.964
Terrenos e edifícios de rendimento	2.799.898	(384.314)	2.415.584	10.318.472	(369.976)	9.948.495
	7.034.273	(1.612.135)	5.422.138	10.456.435	(369.976)	10.086.459
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	345.245	(369.658)	(24.413)	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	95.518	(3.508.040)	(3.412.522)	134.092	(119.850)	14.242
	440.763	(3.877.698)	(3.436.936)	134.092	(119.850)	14.242
	7.475.036	(5.489.833)	1.985.203	10.590.527	(489.826)	10.100.701
Ganhos e perdas não realizados						
			(Nota 10)			(Nota 10)
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	338.895	(1.257.255)	(918.360)	3.724.040	(3.785.853)	(61.813)
	338.895	(1.257.255)	(918.360)	3.724.040	(3.785.853)	(61.813)
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	170.676	(256.824)	(86.148)	956.890	(1.190.107)	(233.217)
	170.676	(256.824)	(86.148)	956.890	(1.190.107)	(233.217)
	509.571	(1.514.079)	(1.004.508)	4.680.930	(4.975.960)	(295.030)
Total						
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.234.375	(1.227.821)	3.006.554	137.964	-	137.964
Terrenos e edifícios de rendimento	3.138.794	(1.641.569)	1.497.224	14.042.511	(4.155.829)	9.886.683
	7.373.168	(2.869.390)	4.503.778	14.180.475	(4.155.829)	10.024.646
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	345.245	(369.658)	(24.413)	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	266.194	(3.764.863)	(3.498.670)	1.090.982	(1.309.957)	(218.975)
	611.439	(4.134.522)	(3.523.083)	1.090.982	(1.309.957)	(218.975)
	7.984.607	(7.003.912)	980.695	15.271.457	(5.465.786)	9.805.671

813 RP

W

35. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2023 e 2022 foi o seguinte:

	2023				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais (Nota 4)	25.099.775	649.823	(14.396.039)	-	11.353.559
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	68.134	9.531	-	-	77.665
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Instrumentos de dívida					
Estágios 1 e 2 (Nota 23)	7.163.384	2.486.637	(3.174.630)	-	6.475.391
Estágio 3 (Nota 7)	78.480.224	3.892.822	(2.757.428)	(1.046.901)	78.568.717
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)					
Outros instrumentos	10.597	-	-	(10.597)	-
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	4.176.844	3.151.405	-	(2.815.572)	4.512.676
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	8.490.245	2.647.667	-	-	11.137.912
Ajustamentos IFAP (Nota 14)	247.225	337.639	-	-	584.864
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	14.268.820	308.204	-	-	14.577.024
	138.005.250	13.483.727	(20.328.097)	(3.873.071)	127.287.810

	2022				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações e Outros	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais (Nota 4)	35.895.040	2.158.814	(2.551.478)	(10.402.600)	25.099.775
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	66.821	1.313	-	-	68.134
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Instrumentos de dívida					
Estágios 1 e 2 (Nota 23)	26.583.442	3.648.191	(23.068.249)	-	7.163.384
Estágio 3 (Nota 7)	57.939.838	20.540.386	-	-	78.480.224
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)					
Outros instrumentos	385.752	1.865	-	(377.020)	10.597
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	4.275.530	102.659	-	(201.345)	4.176.844
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	14.445.950	-	(5.832.020)	(123.685)	8.490.245
Ajustamentos IFAP (Nota 14)	-	247.225	-	-	247.225
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	14.818.954	-	(680.717)	130.583	14.268.820
	154.411.328	26.700.454	(32.132.465)	(10.974.067)	138.005.250

Nos exercícios de 2023 e 2022, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui utilizações de 1.231.874 Euros e de 11.805.011 Euros de “Outras provisões” (Nota 22), respetivamente.

BB TP

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição por *rating* e estágio de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço foi a seguinte:

	2023			Total
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	171.347.202	-	-	171.347.202
AA- até AA+	93.399.018	-	-	93.399.018
A- até A+	1.631.544.817	-	-	1.631.544.817
BBB- até BBB+	3.460.465.338	827.592	2.002.245	3.463.295.175
BB- até BB+	401.610.309	2.367.118	-	403.977.427
B- até B+	13.144.156	12.525.938	-	25.670.094
C	-	-	3.892.822	3.892.822
Sem <i>rating</i>	-	-	74.314.442	74.314.442
	5.771.510.840	15.720.648	80.209.509	5.867.440.997
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
A- até A+	243.978.773	-	-	243.978.773
BBB- até BBB+	31.729.590	-	-	31.729.590
	275.708.363	-	-	275.708.363

	2022			Total
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	19.539.958	-	-	19.539.958
AA- até AA+	59.034.315	-	-	59.034.315
A- até A+	1.560.412.691	-	-	1.560.412.691
BBB- até BBB+	3.877.692.275	3.385.103	2.002.288	3.883.079.666
BB- até BB+	467.617.650	9.930.801	-	477.548.451
B- até B+	41.556.157	12.954.705	-	54.510.862
Sem <i>rating</i>	-	511.641	77.645.893	78.157.534
	6.025.853.046	26.782.250	79.648.181	6.132.283.477
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
BBB- até BBB+	540.027.045	-	-	540.027.045
	540.027.045	-	-	540.027.045

BB RP

2

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço durante os exercícios de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Valor de Balanço a 31/12/2022	6.025.853.046	26.782.250	79.648.181	6.132.283.477
Novos ativos originados ou comprados	995.070.265	11.937.876	-	1.007.008.141
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(1.481.069.791)	(27.482.047)	(10.639.898)	(1.519.191.736)
Juros acumulados capitalizados	(20.416.626)	25.409	170.094	(20.221.123)
Alteração do Justo valor	286.791.425	(72.986)	4.847.551	291.565.990
Despesa / (receita) cambial líquida	(22.147.768)	(425.958)	(1.430.025)	(24.003.751)
Movimento entre 12mECL e LTECL	(12.569.711)	4.956.104	7.613.606	(1)
Valor de Balanço a 31/12/2023	5.771.510.840	15.720.648	80.209.509	5.867.440.997
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Valor de Balanço a 31/12/2022	540.027.045	-	-	540.027.045
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(258.490.427)	-	-	(258.490.427)
Juros acumulados capitalizados	(5.828.255)	-	-	(5.828.255)
Valor de Balanço a 31/12/2023	275.708.363	-	-	275.708.363

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a decomposição por *rating* e estágio de perdas de crédito esperadas com base nas perdas de crédito esperadas foi a seguinte:

	2023			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	1	-	-	1
AA- até AA+	12.922	-	-	12.922
A- até A+	552.869	-	-	552.869
BBB- até BBB+	2.781.620	126	361.453	3.143.199
BB- até BB+	1.700.917	106.548	-	1.807.465
B- até B+	692.899	627.489	-	1.320.388
C	-	-	3.892.822	3.892.822
Sem <i>rating</i>	-	-	74.314.442	74.314.442
	5.741.228	734.163	78.568.717	85.044.108
	2022			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	11.681	-	-	11.681
A- até A+	600.948	-	-	600.948
BBB- até BBB+	2.818.817	14.534	862.233	3.695.584
BB- até BB+	2.168.157	428.914	-	2.597.071
B- até B+	875.249	165.817	-	1.041.066
Sem <i>rating</i>	-	79.267	77.617.992	77.697.259
	6.474.852	688.532	78.480.225	85.643.609

JB TP

2

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base nas perdas de crédito esperadas nos exercícios de 2023 e 2022 foi a seguinte:

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.474.852	688.532	78.480.225	85.643.609
Novos ativos originados ou comprados	761.644	169.297	-	930.941
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(935.673)	(252.842)	(1.876.143)	(3.064.658)
Remensuração da perda de crédito esperada	(527.846)	518.583	1.543.479	1.534.216
Movimento entre 12mECL e LTECL	(31.749)	(389.407)	421.156	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.741.228	734.163	78.568.717	85.044.108

A 31 de dezembro de 2023, o montante registado na rubrica de “Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas”, referente a títulos cujo *rating* de referência utilizado corresponde a um *rating* interno ascende a 301.715 Euros. A provisão correspondente a estes títulos, caso se considerassem como sem *rating*, ascenderia a 29.079.100 Euros.

36. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2023			2022		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de co-seguro	10.173	(91)	10.082	12.360	(1.411)	10.948
	10.173	(91)	10.082	12.360	(1.411)	10.948
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de co-seguro	480.543	(190.278)	290.264	385.469	(121.300)	264.169
Outros	1.283.986	(169.118)	1.114.868	1.207.130	(286.374)	920.756
	1.764.529	(359.397)	1.405.132	1.592.599	(407.674)	1.184.925
	1.774.702	(359.488)	1.415.214	1.604.958	(409.085)	1.195.873

37. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2023 e 2022, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

B FP

W

	2023	2022
Rendimentos e ganhos não correntes		
Crédito IVA <i>Pro-rata</i>	2.775.371	8.094.875
Outros	620.349	115.099
	<u>3.395.720</u>	<u>8.209.974</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	8.914.373	20.337.057
Juros obtidos	1.003.942	60.094
Outros	1.134.562	1.031.980
	<u>11.052.877</u>	<u>21.429.131</u>
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos intangíveis	312.560	-
Ganhos em outros ativos tangíveis	188.660	85.642
	<u>501.220</u>	<u>85.642</u>
Outros rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	7.785.085	613.138
Prestação de serviços	763.909	1.019.755
Outros	166.854	188.465
	<u>8.715.848</u>	<u>1.821.358</u>
Outros rendimentos	<u>23.665.665</u>	<u>31.546.105</u>
Gastos e perdas não correntes		
Mecenato	-	(487.150)
Indemnizações	(51.000)	(1.150.000)
Quotizações diversas	(62.885)	(78.206)
Correções a exercícios anteriores	(85.996)	(441.535)
Dívidas incobráveis	(222.483)	(569.936)
Regularização de saldos	(384.084)	(115.348)
Ofertas a clientes	(488.938)	(706.798)
Donativos	(1.351.097)	(2.664.681)
Multas e penalidades	(1.821.887)	(848.988)
Outros	(97.285)	(575.850)
	<u>(4.565.655)</u>	<u>(7.638.492)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(286)	(102.146)
Serviços bancários	(204.069)	(222.227)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(9.738.384)	(19.991.784)
Outros	(799.422)	(1.215.447)
	<u>(10.742.161)</u>	<u>(21.531.604)</u>
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos tangíveis	(748.245)	(56.814)
	<u>(748.245)</u>	<u>(56.814)</u>
Outros gastos	<u>(16.056.061)</u>	<u>(29.226.910)</u>

A 31 de dezembro 2023 e 2022, a decomposição das prestações de serviços a clientes foi a seguinte:

	2023	2022
Prestações de Serviços		
Serviço de assistência	-	8.428
Estudos atuariais	89.413	93.211
Serviços financeiros e de contabilidade	265.846	109.829
Outros serviços prestados	408.651	808.287
	<u>763.910</u>	<u>1.019.755</u>

A rubrica "Outros serviços prestados" no exercício de 2022 diz respeito, essencialmente, à alienação do projeto "Fixo" à Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. no montante de 610.895 Euros.

JB FP

2

38. Imposto sobre o rendimento

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2023	2022
Impostos correntes		
Do exercício	(22.625.894)	14.936.248
Tributação autónoma	920.809	1.824.632
	(21.705.085)	16.760.880
Outros		
Sucursais	588.370	59.234
Excesso / insuficiência estimativa de IRC	1.336.019	(1.071.792)
Passivo fiscal	5.362.548	8.816.590
SIFIDE II	(5.243.035)	(4.268.954)
Imposto suportado no estrangeiro	926.794	3.934.097
	(18.734.389)	24.230.055
Impostos diferidos	12.798.160	(7.484.179)
Total de impostos em resultados	(5.936.229)	16.745.876
Lucro antes de impostos	77.652.689	84.846.260
Carga fiscal	(7,64%)	19,74%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2023 e 2022 pode ser demonstrada como se segue:

	2023		2022	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		77.652.689		84.846.260
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	16.307.065	21,00%	17.817.715
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(14,90%)	(11.572.417)	(9,81%)	(8.324.470)
Mais e menos valias fiscais	(12,26%)	(9.523.404)	(1,39%)	(1.179.956)
Correções relativas a exercícios anteriores	(4,58%)	(3.558.616)	(1,15%)	(978.752)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Passivo fiscal	7,27%	5.646.516	7,30%	6.194.392
Outras	1,92%	1.493.356	1,05%	888.976
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,02%)	(18.493)	(0,14%)	(115.980)
Dupla tributação internacional	(0,48%)	(375.717)	(1,20%)	(1.021.741)
SIFIDE II	(6,75%)	(5.243.035)	(5,03%)	(4.268.954)
Outros	(0,22%)	(168.457)	(0,35%)	(297.295)
Imposto suportado no estrangeiro	1,19%	926.794	4,64%	3.934.097
Tributação autónoma	1,19%	920.809	2,15%	1.824.632
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito diferenças de taxa	(0,99%)	(770.630)	2,68%	2.273.213
	(7,64%)	(5.936.229)	19,74%	16.745.876

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

39. Relato por Segmentos

A Companhia apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação de desempenho.

Os resultados podem ser segmentados por atividades sendo que existe informação financeira distinta.

Um segmento operacional é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas, que estejam sujeitos a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

A Companhia considera como segmento principal o segmento segurador, explorando seguros vida e não vida.

Os seguros vida incluem os seguintes ramos:

- “Risco e Participação nos resultados”, que compreende contratos através dos quais o segurador se compromete a pagar o capital seguro em caso de morte da pessoa segura (seguro em caso de morte) ou sobrevivência da pessoa segura (seguro em caso de vida) e se compromete a pagar um determinado capital no final dos contratos e o direito do tomador do seguro, segurado ou beneficiário de receber parte dos resultados gerados pelo contrato; e
- “Contratos de investimento”, que compreende instrumentos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os seguros não vida incluem os seguintes ramos:

- “Acidentes e Doença”, que tem como finalidade assegurar os trabalhadores em caso de danos decorrentes no local e no tempo de trabalho ou a caminho de ou para o trabalho, do qual resulte lesão corporal, perturbação funcional ou doença que provoque redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte e que cobre os riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde nas modalidades prestações convencionadas, prestações indemnizatórias e combinações dos dois tipos de prestações;
- “Automóvel”, que cobre os riscos a que estão expostos os veículos terrestres a motor (automóveis, motociclos, etc.), incluindo a responsabilidade civil decorrente da respetiva circulação, bem como coberturas facultativas, tais como danos próprios, assistência em viagem e proteção jurídica;
- “Incêndio e Outros Danos”, que cobre os riscos relacionados com perdas de bens patrimoniais causadas por “Incêndio e outros danos” que danifiquem o património;
- “Responsabilidade Civil”, que cobre o risco de o segurado ter que vir a indemnizar terceiros por danos que resultem em lesões corporais ou materiais pelos quais seja responsável, incluindo os seguros “Responsabilidade Civil-Geral”, “Responsabilidade Civil-Familiar”, “Responsabilidade Civil-Animais”, “Responsabilidade Civil-Exploração”, “Responsabilidade Civil-Profissional” e “Responsabilidade Civil-Produtos”; e
- “Outros”, que abrange os danos sofridos por “Mercadorias Transportadas”, “Crédito”, “Caução” e seguros diversos não referidos anteriormente.

73 TP

z

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2023 e 2022 é a seguinte:

	2023								Total
	Ramos Vida	Ramos Não Vida							
	Seguros Vida	Contratos de Investimento	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Cível	Outros	Não Afetos	
Ganhos e Perdas									
Receitas de contratos de seguro									
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	180.962.396	-	840.183.780	365.703.540	617.980.318	96.702.706	53.676.358	-	2.155.209.098
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio	138.867.161	-	-	-	-	-	-	-	138.867.161
Gastos de contratos de seguros	(224.633.467)	-	(756.543.130)	(295.519.815)	(565.981.290)	(87.131.029)	(30.268.063)	-	(1.960.076.774)
Receitas de contratos de resseguro	12.966.637	-	352.067.026	73.621.312	6.565.084	45.487.648	5.439.796	-	496.147.004
Gastos de contratos de resseguro	(18.553.408)	-	(414.901.612)	(142.934.933)	(50.254.340)	(45.447.221)	(24.839.390)	-	(696.930.904)
Resultado líquido da componente financeira dos contratos de seguro	(44.917.577)	-	(3.095.108)	(1.735.842)	(2.605.215)	(262.192)	(248.736)	-	(42.838.690)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	12.816	-	1.256.370	945.875	4.695	121.755	22.990	-	2.364.502
Rendimentos		1.368.760	-	-	-	-	-	-	1.368.760
Ganhos de investimentos	41.876.375	136.690.522	37.330.923	9.966.548	17.780.263	6.605.201	995.968	32.079.242	283.325.043
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(479.214)	(396.540)	(53.516)	(15.768)	(30.415)	(9.343)	(1.330)	(3.639.976)	(4.626.052)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(5.942.393)	(102.602.313)	(3.421.215)	(44.032)	(23.619)	(120.585)	(23.883)	2.379.396	(109.796.644)
Diferenças de câmbio	4.570.040	(9.730.973)	1.756.571	(875.706)	(1.460.466)	(433.097)	(63.181)	1.964.071	(4.272.743)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(14.538.003)	(4.077.236)	(6.842.132)	(2.075.524)	(3.357.897)	(1.283.650)	(186.530)	3.085.985	(29.272.986)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	750.497	945.206	2.195.876	538.831	73.369	(3.523.083)	980.695
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	2.257.579	10.120.518	(2.719.843)	(1.441.245)	(2.132.341)	(418.466)	(7.871)	2.417.912	8.076.243
Gastos não atribuíveis	(3.998.144)	(68.720.280)	(11.074.484)	(9.648.265)	(17.489.758)	(2.654.998)	(380.062)	(55.927.819)	(169.893.841)
Outros rendimentos / gastos	10.082	2.548	156.875	1.241.372	-	(2.778)	8.663	-	1.415.214
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	3	-	-	(14.213)	-	-	21.140	7.600.127	7.609.604
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial									
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda									
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-	-	5.936.229	5.936.229
Total de ganhos e perdas	78.488.862	(17.344.995)	34.851.002	(1.881.492)	1.190.898	11.692.808	4.219.739	(7.627.896)	83.588.918
Total de ativos	1.720.642.646	8.057.429.727	1.283.790.397	153.770.665	16.536.841	112.201.375	1.442.398.375	2.415.841.224	15.202.611.251
Total de passivos	1.715.581.351	7.436.988.257	1.527.045.901	328.901.466	540.899.549	189.169.958	26.611.440	1.240.678.391	13.005.475.513
Total de passivos	1.715.581.351	7.436.988.257	1.527.045.901	328.901.466	540.899.549	189.169.958	26.611.440	1.240.678.391	13.005.475.513
								Total segmentos	2.111.546.820
								Capital social, reservas, resultados transferidos	(2.113.546.820)

	2022								Total
	Ramos Vida	Ramos Não Vida							
	Seguros Vida	Contratos de Investimento	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Cível	Outros	Não Afetos	
Ganhos e Perdas									
Receitas de contratos de seguro									
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	182.443.747	-	729.860.349	333.173.520	548.422.971	65.261.001	62.214.046	-	1.921.375.634
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio	136.496.255	-	-	-	-	-	-	-	136.496.255
Gastos de contratos de seguros	(181.888.473)	-	(701.586.509)	(253.773.049)	(502.528.239)	(54.965.629)	(37.761.595)	-	(1.732.483.494)
Receitas de contratos de resseguro	19.769.453	-	326.436.850	63.420.762	2.480.532	23.376.642	8.578.632	-	444.062.870
Gastos de contratos de resseguro	(22.373.771)	-	(385.372.740)	(129.344.004)	(45.170.369)	(26.122.453)	(29.172.123)	-	(637.555.460)
Resultado líquido da componente financeira dos contratos de seguro	(12.364.997)	-	6.736.248	544.059	1.166.021	444.231	84.195	-	(3.890.244)
Resultado líquido da componente financeira dos contratos de resseguro	(26.101)	-	(293.255)	(371.807)	(54.341)	(124.208)	(31.400)	-	(903.113)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	1.171.456	-	-	-	-	-	-	1.171.456
Rendimentos									
Ganhos de investimentos	39.599.553	131.285.504	39.397.330	9.016.677	18.655.634	5.668.330	984.406	12.622.919	257.190.353
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(569.717)	(1.022.587)	(77.306)	(26.049)	(52.764)	(15.481)	(2.614)	(3.594.853)	(5.361.371)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.276.321	(4.441.110)	(459.293)	(207.785)	(535.832)	(288.814)	(65.455)	(421.716)	(4.190.683)
Diferenças de câmbio	(40.488.951)	(84.224.056)	(47.057.703)	(10,948.115)	(8.584.162)	(7,649.127)	6,954.864	(6,173.020)	(218,170,510)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	18,587,971	(1,579,069)	19,670,005	5,889,391	14,082,452	3,928,895	(5,239,801)	(1,322,828)	59,175,154
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	1,286,928	2,308,820	5,054,075	1,213,460	161,364	(1,228,975)	9,805,671
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	2,966,166	(2,645,780)	(1,297,329)	804,374	1,596,335	1,536,057	424,433	13,852,765	17,237,021
Gastos não atribuíveis	(9,927,736)	(74,726,002)	(12,059,223)	(10,362,629)	(21,997,937)	(2,848,832)	(1,054,775)	(30,153,215)	(163,130,349)
Outros rendimentos / gastos	10,948	-	(17,592)	1,197,767	959	4,252	(460)	-	1,195,873
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	481,611	(101)	(9)	1,632	(1)	(30,639)	1,866,703	2,119,196
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial									
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda									
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-	-	16,745,876	16,745,876
Total de ganhos e perdas	134,470,828	(10,541,894)	(2,481,343)	11,321,922	(7,463,034)	9,418,324	6,042,876	(30,288,095)	88,100,384
Total de ativos	1,958,337,659	8,364,239,631	1,317,494,677	138,845,522	15,228,380	87,434,434	1,311,817,838	2,231,203,784	15,424,601,925
Total de passivos	1,958,337,659	8,364,239,631	1,317,494,677	138,845,522	15,228,380	87,434,434	1,311,817,838	2,231,203,784	15,424,601,925
Total de passivos	1,931,190,530	7,758,626,986	1,374,117,658	284,215,534	483,401,986	161,009,258	31,852,119	1,185,858,212	12,218,074,304
								Total segmentos	2.146.427.238
								Capital social, reservas, resultados transferidos	(2.146.427.238)

B TP

~

40. Entidades Relacionadas

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia as empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

A Nota 4 fornece informações sobre a estrutura do Grupo, incluindo detalhes das filiais e associadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2023					Total
	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	
Ativos	23.123.131	441.415.705	3.529.928.317	1.710.904	130.058.399	4.126.236.456
Passivos	-	37.904.330	167.828.190	-	5.307.667	211.040.187
Rendimentos	5.028	14.943.541	445.518.761	359.359	17.666.085	478.492.775
Gastos	-	(56.193.855)	(472.262.593)	(9.531)	(9.100.727)	(537.566.706)

	2022					Total
	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	
Ativos	55.827.776	502.456.816	3.373.041.202	1.720.435	116.503.991	4.049.550.221
Passivos	-	71.565.324	142.859.489	-	7.076.732	221.501.545
Rendimentos	4.964	9.738.614	334.530.072	336.978	18.316.870	362.927.498
Gastos	(1.602)	(63.233.116)	(427.593.046)	(1.313)	(21.795.833)	(512.624.910)

Os valores registados em ativos e passivos dizem respeito na sua maioria a investimentos em filiais e em outras entidades do grupo Fosun, depósitos bancários e saldos a receber/pagar no âmbito do resseguro cedido e aceite intragrupo.

Os rendimentos e gastos estão relacionados na sua maioria com o negócio de resseguro cedido e aceite intragrupo e a rendimentos e ganhos líquidos dos investimentos.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

FB FP

u

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2023 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Membros não executivos					
Presidente					
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	444.500	254.740 ⁽¹⁾	2.759	1.111	134
Vogais					
Carlos António Torroaes Albuquerque	27.096	-	-	-	-
Eduardo José Stock da Cunha	40.848	-	-	-	-
Lingjiang XU	40.848	-	-	-	-
Maria João Vellez Carozo Honório Paulino de Sales Luís	37.932	-	-	-	-
José Manuel Alvarez Quintero	52.500	303.825 ⁽¹⁾	1.505	528	64
Membros executivos					
Presidente da comissão executiva					
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	481.250	377.711 ⁽¹⁾	2.759	2.026	134
Vogais Comissão Executiva					
António Manuel Marques de Sousa Noronha	391.176	341.854 ⁽¹⁾	2.759	1.111	134
Wai Lam William MAK	391.176	341.854 ⁽¹⁾	2.759	1.989	134
André Simões Cardoso	391.176	331.769 ⁽¹⁾	2.759	2.868	134
Hui CHEN	330.839	110.117 ⁽²⁾	2.759	1.550	134
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	391.176	135.673 ⁽²⁾	2.759	1.550	134
Miguel Barroso Abecasis	391.176	86.278 ⁽³⁾	2.759	2.429	134

Conselho Fiscal

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Presidente					
Jorge Manuel de Sousa Marrão	33.600	-	-	-	-
Vogais					
Teófilo César Ferreira da Fonseca	31.500	-	-	-	-
Pedro Antunes de Almeida	55.894	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	24.394	-	-	-	-
Jorge Manuel de Sousa Marrão	33.600	-	-	-	-

(1) Relativa aos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2022.

(2) Relativa aos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

(3) Relativa ao exercício de 2022.

Os honorários da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2023 ascendem a 1.904.042 Euros, dos quais 1.723.559 Euros relativos à Auditoria e revisão legal de contas e 180.484 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem essencialmente: (i) Certificação do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, (ii) Revisão independente da informação de sustentabilidade constante do Relatório Único Integrado (iii) Parecer quanto aos procedimentos e controlos em matéria de prevenção do BC&FT, (iv) Parecer quanto aos procedimentos específicos para política prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros e (v) Parecer quanto aos procedimentos específicos para política de remunerações.

38 RP

2

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2023		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	65.605.948	-	65.605.948
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	167.574.561	-	167.574.561
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	10.217.471	-	10.217.471
de depósitos à ordem	3.024.498	-	3.024.498
de outros ativos financeiros	36.902.565	-	36.902.565
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(31.801.571)	318.684.812	286.883.242
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	6.944	-	6.944
de passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	(80.948.235)	-	(80.948.235)
de outros	2.944.217	-	2.944.217
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(4.272.743)	-	(4.272.743)
Diferenças de câmbio	(29.272.986)	-	(29.272.986)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(447.401)	-	(447.401)
de outros	8.523.644	-	8.523.644
Juros de passivos subordinados	(22.411.089)	-	(22.411.089)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1.719.189)	-	(1.719.189)
	<u>123.926.635</u>	<u>318.684.812</u>	<u>442.611.447</u>

BB RP

W

	2022		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	82.978.286	-	82.978.286
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	144.485.541	-	144.485.541
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	10.141.031	-	10.141.031
de depósitos à ordem	503.527	-	503.527
de outros ativos financeiros	19.081.969	-	19.081.969
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	2.128.569	(734.539.544)	(732.410.975)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	264.599	-	264.599
de passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	(6.547.756)	-	(6.547.756)
de outros	(36.096)	-	(36.096)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(218.170.510)	-	(218.170.510)
Diferenças de câmbio	59.175.154	-	59.175.154
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(1.120.328)	-	(1.120.328)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(1.865)	-	(1.865)
de outros	18.359.214	-	18.359.214
Juros de passivos subordinados	(22.360.836)	-	(22.360.836)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1.429.909)	-	(1.429.909)
	87.450.590	(734.539.544)	(647.088.954)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

	2023	2022
Ativo		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	145.255.970	141.051.541
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	10.217.471	10.141.031
Depósitos à ordem	3.024.498	503.527
	158.497.940	151.696.098
Passivo		
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(80.948.235)	(6.547.756)
Passivos subordinados	(22.411.089)	(22.360.836)
Depósitos recebidos de resseguradores	(1.719.189)	(1.429.909)
	(105.078.512)	(30.338.501)

BB RP



OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

	2023				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	225.378.614	225.378.614
Investimentos em filiais, associadas, empreendimentos conjuntos	-	-	-	3.136.870.305	3.136.870.305
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.250.199.038	133.049.831	1.520.083.301	-	3.903.332.170
Derivados de cobertura	3.167.533	-	-	-	3.167.533
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.603.154.320	330.481.937	181.688.655	-	6.115.324.912
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	560.732.107	560.732.107
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	164.688.856	164.688.856
	7.856.520.891	463.531.768	1.701.771.956	4.087.669.881	14.109.494.496
Passivo					
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	2.848.660.275	-	4.496.736.619	7.345.396.894
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.586.258	41.679.867	265.956.367	-	310.222.492
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	186.678.818	186.678.818
Outros passivos financeiros	-	-	-	44.191.653	44.191.653
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	191.218.782	191.218.782
	2.586.258	2.890.340.142	265.956.367	4.918.825.871	8.077.708.638
	7.853.934.633	(2.426.808.374)	1.435.815.589	(831.155.989)	6.031.785.858

	2022				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	267.048.385	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas, empreendimentos conjuntos	-	-	-	3.139.982.402	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.987.018.182	202.237.537	1.341.972.832	-	3.531.228.551
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.932.685.482	322.425.243	166.299.850	-	6.421.410.575
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	792.554.208	792.554.208
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	107.880.993	107.880.993
	7.919.703.664	524.662.780	1.508.272.682	4.307.465.988	14.260.105.114
Passivo					
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	2.467.267.641	-	5.249.292.078	7.716.559.719
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.684.862	38.293.501	129.278.234	-	169.256.597
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	149.622.749	149.622.749
Outros passivos financeiros	-	-	-	23.541.553	23.541.553
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	184.113.943	184.113.943
	1.684.862	2.505.561.142	129.278.234	5.606.570.323	8.243.094.560
	7.918.018.802	(1.980.898.362)	1.378.994.449	(1.299.104.334)	6.017.010.554

JP

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2 em que a informação referida nos níveis anteriores não se encontra disponível. A Companhia utiliza preços disponíveis na Bloomberg, através de uma metodologia de *scoring* mais baixo, sendo que, neste caso a avaliação corresponde a observações indiretas baseados em ativos comparáveis com a mesma qualidade creditícia e a mesma maturidade do instrumento. Existem ainda alguns casos onde os preços são fornecidos por entidades terceiras como *market makers* ou através do NAV ajustado pelos rácios dos eventos corporativos subsequentes (no caso de fundos de investimento).

O movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2022 e 2023, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2021	472.654.542	893.044.760	(126.628.889)
Aquisições	-	459.118.430	(116.448.908)
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	948.506	12.523.590	7.418.044
por contrapartida de capitais próprios	(27.276.895)	(15.680.538)	-
Reforços / reversões de ECL no exercício	(6.314.054)	-	-
Transferências			
de Investimentos a deter até à maturidade de nível 2 para nível 3	-	519.810	1.638.223
Alienações	(273.712.249)	(7.553.220)	104.743.296
Saldo em 31 de dezembro de 2022	166.299.850	1.341.972.832	(129.278.234)
Aquisições	-	58.835.854	(125.846.988)
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	-	157.902.719	(10.831.145)
por contrapartida de capitais próprios	15.487.739	-	-
Reforços / reversões de ECL no exercício	1.427.407	-	-
Alienações	(1.526.341)	(38.628.104)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	181.688.655	1.520.083.301	(265.956.367)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao justo valor era o seguinte:

Ativo	2023		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	225.378.614	225.378.614	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.903.332.170	3.903.332.170	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	560.732.107	548.880.853	11.851.254
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	164.688.856	164.688.856	-
	4.854.131.746	4.842.280.492	11.851.254

FB TP

W

	2022		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	267.048.385	267.048.385	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.531.228.551	3.531.228.551	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	792.554.208	769.683.523	22.870.685
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	107.880.993	107.880.993	-
	4.698.712.138	4.675.841.453	22.870.685

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- O justo valor dos depósitos a prazo registados na rubrica “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perda”, é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo; e
- Na rubrica “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” não foi calculado o justo valor dos empréstimos hipotecários atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Fidelidade

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da *Strategic Asset Allocation (SAA)* à *Tactical Asset Allocation (TAA)*, incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pela Companhia e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de *reporting*;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos da Companhia é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco da Companhia e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos da Companhia são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pela Companhia, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um *cash return* regular, permitindo, assim, à Companhia uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira da Companhia é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pela Companhia são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);

- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (*swaps, forwards, futuros, etc.*), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir à Companhia, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de *targets* e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos *targets* e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos *targets* e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência.

Assim, com base na evolução da *time weighted return* (TWR) e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco.

Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

JB RP

2

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição ao risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

	2023		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	225.033.317	-	225.033.317
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.746.476.836	-	1.746.476.836
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.788.872.280	-	5.788.872.280
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	560.732.107	-	560.732.107
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	184.100.143	(19.411.287)	164.688.856
Exposição máxima a risco de crédito	8.505.214.683	(19.411.287)	8.485.803.396

	2022		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	266.831.084	-	266.831.084
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.369.313.956	-	1.369.313.956
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.053.803.252	-	6.053.803.252
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	792.554.208	-	792.554.208
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	123.876.351	(15.995.358)	107.880.993
Exposição máxima a risco de crédito	8.606.378.851	(15.995.358)	8.590.383.493

Qualidade de crédito

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o *rating* correspondente de acordo com a metodologia identificada na Nota 2.4.e). Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor de balanço a qual é apresentada de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Classe de ativo	2023			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	261.100	41.939.195	(4.641.935)	37.558.360
BBB- até BBB+	371.344.055	6.678.204	16.983.476	395.005.735
BB- até BB+	3.828	-	-	3.828
Sem rating	553.862	1.890.161	-	2.444.023
	372.162.845	50.507.560	12.341.541	435.011.946
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
A- até A+	893.830	-	255.466	1.149.296
	893.830	-	255.466	1.149.296
	373.056.675	50.507.560	12.597.007	436.161.242

7B 7P

2

Classe de ativo	2022			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Dépósitos em Instituições de Crédito				
AA- até AA+	-	-	110.650	110.650
A- até A+	424.785	24.440.854	2.061.995	26.927.634
BBB- até BBB+	407.168.349	4.431.335	9.944.582	421.544.266
BB- até BB+	431.446	-	3.406.227	3.837.673
B- até B+	1.747.840	-	-	1.747.840
Sem rating	554.015	30.260.984	-	30.814.999
	410.326.435	59.133.173	15.523.454	484.983.062
Dépósitos junto de Empresas Cedentes				
A- até A+	-	-	292.216	292.216
Sem rating	907.868	-	-	907.868
	907.868	-	292.216	1.200.084
	411.234.303	59.133.173	15.815.670	486.183.146

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2023			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
Corporate				
AA- até AA+	-	2.279.568	1.096.058	-
A- até A+	21.960.051	32.222.399	3.718.756	5.585.051
BBB- até BBB+	16.034.652	204.142.862	72.831.532	52.477.247
BB- até BB+	29.444.565	128.076.354	25.661.326	21.397.576
B- até B+	-	-	2.396.128	8.451.296
Sem rating	68.761.761	1.962.194	-	-
	136.201.029	368.683.377	105.703.800	87.911.170
Governos e outras autoridades locais				
AAA	-	28.082.876	-	-
AA- até AA+	-	13.000.992	103.149	3.802.955
A- até A+	15.890.789	63.163.561	-	985.031
BBB- até BBB+	47.178.751	143.835.706	-	2.711.037
BB- até BB+	16.432.543	-	-	-
	79.502.083	248.083.135	103.149	7.499.023
Instituições Financeiras				
AAA	-	1.011.746	3.540.206	-
AA- até AA+	-	15.642.729	2.348.516	-
A- até A+	-	96.801.119	40.398.521	21.422.047
BBB- até BBB+	35.867.379	133.451.666	15.199.915	9.670.745
BB- até BB+	35.186.339	113.502.585	2.598.226	-
B- até B+	-	874.979	-	-
Sem rating	-	-	91.762.426	51.557.087
	71.053.718	361.284.824	155.847.810	82.649.879
Outros emitentes				
AA- até AA+	-	41.953.839	-	-
	-	41.953.839	-	-
	286.756.830	1.020.005.175	261.654.759	178.060.072
				1.746.476.836

FB RP

~

Classe de ativo	2022				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	3.906.800	1.103.903	-	5.010.703
A- até A+	-	16.899.159	1.490.155	6.425.051	24.814.365
BBB- até BBB+	34.554.290	167.918.309	38.970.109	40.123.752	281.566.460
BB- até BB+	34.164.051	157.764.117	36.203.894	10.578.766	238.710.828
B- até B+	-	-	-	8.129.009	8.129.009
Sem rating	70.501.242	5.821.832	7.493.160	34.096.029	117.912.263
	139.219.583	352.310.217	85.261.221	99.352.607	676.143.628
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.654.794	-	-	3.654.794
AA- até AA+	-	3.223.861	-	-	3.223.861
A- até A+	-	30.280.114	-	957.251	31.237.365
BBB- até BBB+	46.208.015	34.247.684	-	967.434	81.423.133
BB- até BB+	1.402.886	-	-	-	1.402.886
	47.610.901	71.406.453	-	1.924.685	120.942.039
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	5.788.507	-	5.788.507
AA- até AA+	-	7.192.187	2.244.746	-	9.436.933
A- até A+	-	72.067.334	32.560.816	6.244.429	110.872.579
BBB- até BBB+	23.012.340	74.303.757	16.120.679	5.522.668	118.959.444
BB- até BB+	24.508.136	103.234.800	-	-	127.742.936
B- até B+	17.581.393	4.265.819	-	-	21.847.212
Sem rating	-	-	106.696.722	51.456.375	158.153.097
	65.101.869	261.063.897	163.411.470	63.223.472	552.800.708
Outros emitentes					
AAA	-	19.427.581	-	-	19.427.581
	-	19.427.581	-	-	19.427.581
	251.932.353	704.208.148	248.672.691	164.500.764	1.369.313.956

8B FP

W

Classe de ativo	2023				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
<i>Corporate</i>					
AA- até AA+	-	4.954.964	2.267.153	3.802.382	11.024.499
A- até A+	-	67.409.666	38.382.483	169.009.820	274.801.969
BBB- até BBB+	314.332	462.856.767	418.933.012	398.131.087	1.280.235.198
BB- até BB+	19.444.360	30.829.489	149.096.056	78.441.548	277.811.453
B- até B+	-	-	2.231.652	23.438.442	25.670.094
	19.758.692	566.050.886	610.910.356	672.823.279	1.869.543.213
<i>Governos e outras autoridades locais</i>					
AAA	-	145.773.774	-	-	145.773.774
AA- até AA+	-	820.669	-	13.442.914	14.263.583
A- até A+	110.417.481	88.410.739	-	4.089.840	202.918.060
BBB- até BBB+	31.928.538	1.265.131.066	4.549.617	8.943.502	1.310.552.723
BB- até BB+	9.592.634	-	-	-	9.592.634
	151.938.653	1.500.136.248	4.549.617	26.476.256	1.683.100.774
<i>Instituições Financeiras</i>					
AAA	-	4.670.111	2.779.709	7.203.428	14.653.248
AA- até AA+	-	8.193.949	38.284.388	5.822.245	52.300.582
A- até A+	-	350.791.770	153.837.766	649.195.256	1.153.824.792
BBB- até BBB+	20.246.882	329.374.246	74.234.842	446.649.039	870.505.009
BB- até BB+	63.257.019	4.328.120	2.955.265	46.032.935	116.573.339
	83.503.901	697.358.196	272.091.970	1.154.902.903	2.207.856.970
<i>Outros emitentes</i>					
AAA	-	10.920.179	-	-	10.920.179
AA- até AA+	-	15.810.353	-	-	15.810.353
BBB- até BBB+	-	-	-	1.640.792	1.640.792
	-	26.730.532	-	1.640.792	28.371.324
	255.201.246	2.790.275.862	887.551.943	1.855.843.230	5.788.872.281

73 FP

2

Classe de ativo	2022				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Corporate					
AA- até AA+	-	5.136.762	1.128.376	736.645	7.001.783
A- até A+	-	48.018.495	43.523.658	259.861.414	351.403.567
BBB- até BBB+	9.742.903	343.507.756	398.432.532	468.224.011	1.219.907.202
BB- até BB+	12.638.100	86.288.290	177.258.785	62.849.104	339.034.279
B- até B+	5.640.180	-	5.045.333	15.317.152	26.002.665
Sem rating	511.641	-	-	27.901	539.542
	28.532.824	482.951.303	625.388.684	807.016.227	1.943.889.038
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	4.297.723	-	-	4.297.723
AA- até AA+	-	893.385	-	4.170.701	5.064.086
A- até A+	-	61.574.523	-	4.895.809	66.470.332
BBB- até BBB+	327.387.250	1.486.029.747	3.499.128	7.882.958	1.824.799.083
BB- até BB+	13.138.653	-	-	-	13.138.653
	340.525.903	1.552.795.378	3.499.128	16.949.468	1.913.769.877
Instituições Financeiras					
AAA	-	4.475.426	2.646.137	891.730	8.013.293
AA- até AA+	6.763.786	5.873.582	29.742.643	4.588.435	46.968.446
A- até A+	-	353.176.360	140.232.938	649.129.495	1.142.538.793
BBB- até BBB+	5.481.033	296.058.300	87.421.777	447.409.981	836.371.091
BB- até BB+	70.691.711	8.366.796	2.844.790	43.472.222	125.375.519
B- até B+	28.508.198	-	-	-	28.508.198
	111.444.728	667.950.464	262.888.285	1.145.491.863	2.187.775.340
Outros emitentes					
AAA	-	7.228.942	-	-	7.228.942
BBB- até BBB+	-	-	-	1.140.055	1.140.055
	-	7.228.942	-	1.140.055	8.368.997
	480.503.455	2.710.926.087	891.776.097	1.970.597.613	6.053.803.252

Classe de ativo	2023		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado			
Governos e outras autoridades locais			
A- até A+	243.978.771	-	243.978.771
BBB- até BBB+	-	31.729.591	31.729.591
	243.978.771	31.729.591	275.708.362
	243.978.771	31.729.591	275.708.362

Classe de ativo	2022		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado			
Governos e outras autoridades locais			
BBB- até BBB+	249.104.270	290.922.775	540.027.045
	249.104.270	290.922.775	540.027.045
	249.104.270	290.922.775	540.027.045

BB RP

2

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que dizem respeito a fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos fluxos de caixa previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgações aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos na maturidade “Até 1 mês”;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: *call*, *put* ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os “Derivados de Cobertura” foram classificados com maturidade “Indeterminado”, por se tratar de contratos de futuros e *forwards* cambiais;
- Para o cálculo dos fluxos de caixa previsionais dos “Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos fluxos de caixa previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados no ano.

73 FP

2

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *basis points* (*bp's*), respetivamente, corresponde a:

	2023					
	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação
	+200 bp's	+100 bp's	+50 bp's	-50 bp's	-100 bp's	-200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(6.140.543)	(3.132.237)	(1.582.331)	1.616.377	3.268.588	6.688.681
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(374.272.177)	(201.875.004)	(105.758.181)	119.019.825	256.643.008	623.215.454
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(14.132.295)	(7.221.220)	(3.650.557)	3.732.918	7.550.760	15.451.962
	<u>(394.545.015)</u>	<u>(212.228.462)</u>	<u>(110.991.069)</u>	<u>124.369.120</u>	<u>267.462.356</u>	<u>645.356.097</u>
Passivo						
Outros passivos financeiros	417.603	211.297	106.283	(107.576)	(216.469)	(438.299)
	<u>417.603</u>	<u>211.297</u>	<u>106.283</u>	<u>(107.576)</u>	<u>(216.469)</u>	<u>(438.299)</u>
	2022					
	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação
	+200 bp's	+100 bp's	+50 bp's	-50 bp's	-100 bp's	-200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(10.788.380)	(5.522.098)	(2.794.509)	2.864.768	5.803.496	11.919.850
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(376.546.756)	(202.080.090)	(105.521.882)	117.777.584	252.683.510	606.440.753
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(20.006.893)	(10.232.484)	(5.175.378)	5.297.593	10.721.509	21.965.589
	<u>(407.342.029)</u>	<u>(217.834.672)</u>	<u>(113.491.769)</u>	<u>125.939.946</u>	<u>269.208.515</u>	<u>640.326.192</u>
Passivo						
Outros passivos financeiros	849.049	430.558	216.818	(219.959)	(443.122)	(899.332)
	<u>849.049</u>	<u>430.558</u>	<u>216.818</u>	<u>(219.959)</u>	<u>(443.122)</u>	<u>(899.332)</u>

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os fluxos de caixa futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *bp's*, nas respetivas *yields*.

BB FP

W

As rubricas “Outros devedores” e “Outros credores” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

42. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

42.1 Subscrição de riscos

Os princípios de aceitação de riscos são descritos na Política de Subscrição, aprovada a 24/01/2023, a qual responde aos requisitos estabelecidos para a gestão de riscos de subscrição no Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

A Política de Subscrição divide, num primeiro nível, os riscos em duas categorias:

- Riscos Não Aceitáveis: aqueles que, em situação alguma, a Companhia estará disponível para aceitar e que se encontram listados na Política;
- Riscos Aceitáveis: aqueles que a Companhia poderá aceitar, após a avaliação adequada das suas características, nas condições definidas por entidade com delegação para tal.

Tendo em conta a diversidade de tipologia de riscos, a subscrição e gestão de riscos aceitáveis encontra-se estruturada em dois tipos de aceitação:

- Subscrição técnica;
- Aceitação delegada nos Canais de Distribuição Internos e Externos.

O modelo de delegação de competências contempla até a um máximo de 12 níveis de aceitação (máximo de 9 níveis técnicos, que inclui Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição (CAAPS), 4 níveis de delegação nos canais comerciais internos e/ou 1 nível de aceitação delegada nos canais externos). No entanto, um processo de aceitação pretende-se ágil, pelo que, não deve ter intervenção de mais de 4 níveis. O processo deve, no entanto, garantir o conhecimento do risco por parte de todos os níveis da estrutura envolvida.

Cada nível de aceitação dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo tipo de aceitação de riscos, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada nos canais de distribuição internos e externos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulado *standard*;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

GB FP

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição, algoritmos que identificam riscos que exigem análise técnica cuidada e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro tipo de aceitação de riscos, o de Subscrição Técnica, corresponde às Direções de Negócio – órgãos de estrutura responsáveis pela gestão dos ramos de negócio, desde o desenho de produtos à gestão de sinistros, passando pela subscrição e gestão de carteira – e ao CAAPS, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções de Negócio estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado integrados numa equipa que presta apoio na estimação do risco técnico a todas as diversas Direções. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções de Negócio, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de *Underwriting* dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções de Negócio têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções de Negócio, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

42.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a seleção e revisão de condições da carteira de apólices, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica. Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

Com o objetivo específico de definir e rever as políticas tarifárias e ajustar critérios de delegação de descontos e gestão de carteira, realizam-se, com periodicidade tendencialmente mensal, reuniões em que participam membros da Comissão Executiva e responsáveis das áreas de Negócio, Comerciais, Operações, Marketing e *Pricing*.

73 TP

2

42.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

JB TP



Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção da Companhia. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cumulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Líquido de resseguro

Concentração e mitigação dos riscos

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a Companhia possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o *rating* dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2023.

Rating	% Resseguradores	
	2023	2022
A -	4,35%	7,7%
A	30,43%	34,6%
A +	34,78%	34,7%
AA -	21,74%	11,6%
AA	0,00%	3,8%
AA+	4,35%	3,8%
Sem Rating	4,35%	4,0%

Existe uma resseguradora sem rating, com uma participação de 5% nos Ramos Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil, Automóvel e Acidentes de Trabalho.

Existe um tratado específico do tipo *Excess of Loss* para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 63.000.000 Euros e capacidade de 600.000.000 Euros.

Na Fidelidade 49,747% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I e II, as mais gravosas em termos de risco sísmico.

Riscos de Seguros

A Companhia subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;

- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da Companhia e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A Companhia efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A Companhia também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

JB TP

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no resultado. O impacto da análise de sensibilidade no resseguro corresponde ao efeito proporcional da atual cobertura de resseguro.

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

	2023				
	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros
Réditos de contratos de seguro - Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	840.183.780	365.703.540	617.980.318	96.702.706	53.676.358
Impacto em resultados:					
Impacto gastos com contratos de seguros +1%	(3.901.166)	(2.448.888)	(6.086.533)	(282.524)	(208.895)
Impacto gastos com contratos de seguros -1%	3.941.048	2.385.034	5.949.782	319.716	219.836
Impacto rácio combinado +1%	(4.109.392)	(2.460.906)	(6.179.961)	(380.538)	(250.215)
Impacto rácio combinado -1%	4.150.417	2.394.199	6.036.175	418.298	261.128
	2022				
	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros
Réditos de contratos de seguro - Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	729.860.349	333.173.520	548.422.971	65.261.001	62.214.046
Impacto em resultados:					
Impacto gastos com contratos de seguros +1%	(2.148.066)	(1.812.360)	(3.637.024)	(528.528)	(407.971)
Impacto gastos com contratos de seguros -1%	2.523.830	1.833.726	3.956.589	478.690	380.750
Impacto rácio combinado +1%	(1.913.608)	(1.915.729)	(3.662.765)	(586.131)	(437.328)
Impacto rácio combinado -1%	2.271.788	1.944.398	3.983.166	540.578	412.321

42.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco de contratos de seguro estão em consonância com a natureza dos seguros e capitais dos riscos a segurar, distinguindo-se essencialmente entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Outros.

O cumprimento de Normas de Subscrição está intrinsecamente associado aos contratos disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de riscos e sua tarificação.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

No cumprimento da sua política de Resseguro, a Companhia tem recorrido à cedência de riscos via Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro quando se revelam necessárias para uma proteção de Resseguro adequada dos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Aviação, a Companhia tem Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, considerada suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes deste tipo em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário com um retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados com exposição catastrófica.

As acumulações resultantes de catástrofes naturais que não as referentes a fenómenos sísmicos são protegidas por um Tratado de Excesso de Perdas, sendo a Retenção e a Capacidade definidas com base no histórico de eventos ocorridos nos últimos 15 anos e na capacidade financeira da Companhia.

Os ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil são protegidos por tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para diferentes níveis da mesma.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços. Este processo de seleção requer uma constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de *Rating*, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de *rating* atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de *Rating* S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de “A-”.

42.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 17, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 17 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto resultado antes de imposto.

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

2023	Base	Lapse + 10%	Lapse - 10%	Longevidade + 10%	Longevidade - 10%	Mortalidade + 10%	Mortalidade - 10%
Réditos de contratos de seguro	62.833.133	62.518.477	63.142.811	63.001.796	62.017.591	66.788.524	61.077.190
Impacto em resultados	-	314.656	(309.678)	(168.662)	815.542	(3.955.390)	1.755.943

43. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a

idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stress. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade está obrigada;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposto, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, quer com os requisitos de capital regulamentares, quer com o apetite ao risco definido internamente considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria, Gabinete de *Capital Planning and Financial Optimization*, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida) e Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital.

44. Eventos Subsequentes

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada a 22 de dezembro de 2023, os Acionistas da Luz Saúde, S.A. aprovaram, entre outras, as seguintes deliberações:

- i. um aumento de capital social até ao montante nominal máximo de 23.885.563 Euros através da emissão de 23.885.563 novas ações ordinárias com valor nominal de 1 Euro a serem pagas em dinheiro através de uma oferta de ações para subscrição particular;
- ii. a admissão à negociação no mercado regulado gerido pela Euronext Lisboa, da totalidade das ações representativas do capital social da empresa, incluindo as ações a emitir.

Na sequência do aumento de capital da Luz Saúde, S.A., a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. diluirá a sua atual posição acionista, mantendo, no entanto, uma participação maioritária na empresa após a conclusão destas operações, que se prevê que ocorram durante o ano de 2024.

813 78

C2 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

Certificação Legal de Contas Separadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 15.202.611.251 euros e um total de capital próprio de 2.197.135.738 euros, incluindo um resultado líquido de 83.588.918 euros), a Demonstração dos Resultados Separada, a Demonstração do Rendimento Integral Separada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Separada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Separada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira separada da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro separado e os seus fluxos de caixa separados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Aplicação inicial da IFRS 17, que o estabelece princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de seguro.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na nota 2.15, às demonstrações financeiras separadas, a Companhia aplicou a IFRS 17 ("Norma") a 1 de janeiro de 2023, com data de transição a 1 de janeiro de 2022. É uma Norma complexa, que representa uma transformação significativa do reporte financeiro relativo aos contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente ao nível da demonstração da posição financeira separada, da demonstração dos resultados separada, da

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem de procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Análise das políticas e orientações internas da Companhia que suportam a implementação da IFRS 17, incluindo a sua plenitude e conformidade com o disposto na Norma;
- ▶ Verificação da correta aplicação das políticas e orientações internas da Companhia que suportam a implementação da

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>demonstração do rendimento integral separada, das notas que compreendem informações materiais sobre a política contabilística e outras informações explicativas e da informação comparativa para os períodos precedentes.</p> <p>A Norma é baseada em princípios, que exige à Gestão, a partir da data de transição, julgamentos significativos, a decisão sobre opções contabilísticas e sobre abordagens e métodos utilizados para mensurar os contratos de seguro, incluindo a utilização de pressupostos e técnicas de estimativa.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a sua novidade, complexidade e materialidade nas demonstrações financeiras separadas.</p>	<p>IFRS 17, incluindo a sua consistência desde a data de transição;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Sobre a transição: <ul style="list-style-type: none"> ○ Análise de razoabilidade sobre a avaliação da Gestão sobre a impraticabilidade de aplicação da abordagem retrospectiva total; ○ Para os grupos de contratos incluídos na abordagem retrospectiva modificada ou de justo valor, análise das opções da Gestão sobre as alterações permitidas pela IFRS 17 à abordagem retrospectiva total, contando com o envolvimento dos nossos especialistas internos em atuariado; e ○ Para os grupos de contratos incluídos na abordagem de justo valor, testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de determinação do seu justo valor, na data de transição, com o envolvimento dos nossos especialistas internos em atuariado. ▶ Análise das divulgações no Anexo às demonstrações financeiras separadas relativas a esta matéria, tendo por base os requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

2. Mensuração dos Passivos de Contratos de Seguro relativos a serviços futuros pelo modelo geral de mensuração

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As demonstrações financeiras separadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 incluem, no seu passivo, e mais detalhadamente divulgado nas notas 2.11 e 13 às demonstrações financeiras separadas, passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros, mensurados pelo modelo geral de mensuração, no montante de 1.549 m€, representando 12% do passivo. Este saldo agrega o valor atual estimado dos fluxos de caixa, no ajustamento de risco, na margem de serviços contratuais e na componente de perda.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras separadas e o facto de corresponder a uma estimativa contabilística com um grau de julgamento significativo, requerendo a utilização de metodologias de cálculo relativamente complexas que exigem a utilização de diversos pressupostos sobre</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração dos Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros, pelo modelo geral de mensuração; ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção dos valores atuais estimados dos fluxos de caixa, de determinação do ajustamento de risco e do cálculo da margem de serviços contratuais, incluindo os pressupostos financeiros, demográficos e outros subjacentes ao cálculo; ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas internos em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia para a mensuração destes Passivos, incluindo a análise da consistência com os utilizados no período anterior e tendo

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>cenários futuros para a mensuração das diferentes componentes destes passivos, nomeadamente do valor atual estimado dos fluxos de caixa, do ajustamento de risco e da margem de serviços contratuais. A utilização de metodologias de cálculo e/ou pressupostos diferentes na mensuração destas componentes, mas em igual conformidade com a IFRS 17, poderão resultar em valores diferentes dos Passivos de contratos de seguro relativos a serviços futuros, pelo modelo geral de mensuração.</p>	<p>por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; e</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Análise das divulgações no Anexo às demonstrações financeiras separadas relativas a esta matéria, tendo por base os requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

3. Mensuração dos Passivos de Contratos de Seguro relativos a serviços passados

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As demonstrações financeiras separadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 incluem, no seu passivo, e mais detalhadamente divulgado nas notas 2.11 e 13 às demonstrações financeiras separadas, passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados, no montante de 2.172 m€, representando 17% do passivo. Esta saldo decompõe-se em: 2.101 m€ relativos ao valor atual estimado dos fluxos de caixa e 71 m€ relativos ao ajustamento de risco.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras separadas e o facto de corresponder a uma estimativa contabilística com um grau de julgamento significativo, requerendo a utilização de metodologias de cálculo relativamente complexas que exigem a utilização de diversos pressupostos sobre os sinistros ocorridos, nomeadamente do respetivo valor atual estimado dos fluxos de caixa e do ajustamento de risco. A utilização de metodologias de cálculo e/ou pressupostos diferentes na mensuração destas componentes, mas em igual conformidade com a IFRS 17, poderão resultar em valores divergentes dos Passivos de contratos de seguro relativos a serviços passados.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração dos Passivos de contratos de seguros relativos a serviços passados; ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção dos valores atuais estimados dos fluxos de caixa e de determinação do ajustamento de risco, incluindo os pressupostos financeiros e outros subjacentes ao cálculo; ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia para a mensuração destes Passivos, incluindo a análise da consistência com os utilizados no período anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; e ▶ Análise das divulgações no Anexo às demonstrações financeiras separadas relativas a esta matéria, tendo por base os requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

4. Mensuração do Rédito de contratos de seguro, pelo modelo geral de mensuração

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2023 incluem, na sua Demonstração dos Resultados Separada, e mais detalhadamente divulgado nas notas 2.11 e 24 às demonstrações financeiras separadas, rédito de contratos de seguros, mensurados pelo modelo geral de mensuração, no montante de 139 m€. Esta saldo inclui 59 m€ relativos à libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos, 77 m€ relativos à libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros e 3 m€ relativos a variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria tem por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras separadas e o facto de corresponder a uma estimativa contabilística com um grau de julgamento significativo, requerendo a utilização de metodologias de cálculo relativamente complexas que exigem a utilização de diversos pressupostos sobre cenários futuros e na determinação das unidades de cobertura previstas no período, que impactam o montante da margem de serviços contratuais reconhecido nos resultados do período, dos gastos de serviços de seguros incorridos no período (expressos pelas quantias esperadas no início do período) e das alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro. A utilização de metodologias de cálculo e/ou pressupostos diferentes na mensuração destas componentes, mas em igual conformidade com a IFRS 17, poderão resultar em valores divergentes do Rédito de contratos de seguro, pelo modelo geral de mensuração.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração do Rédito de contratos de seguro, pelo modelo geral de mensuração;
- ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção dos valores atuais estimados dos fluxos de caixa, de determinação do ajustamento de risco e do cálculo da margem de serviços contratuais, incluindo os pressupostos financeiros, demográficos e outros assim como julgamentos sobre as unidades de cobertura, subjacentes ao cálculo;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas internos em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia para a mensuração deste Rédito, incluindo a análise da consistência com os utilizados no período anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; e
- ▶ Análise das divulgações no Anexo às demonstrações financeiras separadas relativas a esta matéria, tendo por base os requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

5. Valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 41, o ativo e passivo incluem Instrumentos Financeiros valorizados ao justo valor no montante de 10.022 m€ e 3.159 m€, respetivamente, os

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

quais representam cerca de 66% do total do ativo e 24% do total do passivo.

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas.

Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo da Companhia, ascendem a cerca de 1.702 m€ (11% do ativo) e 266 m€ (2% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico como nível 3 (Nota 41).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras separadas e o risco de julgamento associado às metodologias e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras separadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas;
- ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor; e
- ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

6. Imparidade em Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos conjuntos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras separadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 incluem na sua demonstração da posição financeira separada e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos, líquido de imparidade, no montante de 3.137 m€, representando 21% do ativo.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras das filiais (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração da imparidade em Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;
- ▶ Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparação com dados externos. Teste aos cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório Único Integrado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
 - ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;

- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Único Integrado de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Único Integrado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Único Integrado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

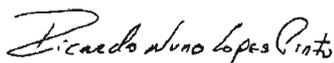
- ▶ Fomos nomeados auditores da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2014 para a revisão legal das contas de 2014. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Em 29 de março de 2017, renunciámos ao mandato, compreendido entre 2015 e 2017, tendo sido nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março para o mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de junho de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2022. Na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2023, fomos nomeados para um último mandato abrangendo apenas o exercício de 2023;

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 22 de abril de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2024.04.22 09:45:04+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189



FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2023

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração, demais órgãos sociais e direções da Companhia, com os quais reunimos sempre que considerado conveniente, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios, designadamente quanto: às políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração, ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias, à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas e ao processo de preparação da informação financeira. Adicionalmente, fomos informados da eficácia do quadro de controlo interno, gestão de riscos, atuariado, conformidade e auditoria interna, bem como sobre as políticas no âmbito da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R de 26 de abril da ASF.

Em particular, no acompanhamento da revisão legal de contas reunimos com a SROC, sempre que considerado adequado, com o objetivo de analisar e discutir questões várias da vida da sociedade e acompanhar, nomeadamente, o planeamento da revisão legal das contas, o decurso dos trabalhos, o reporte financeiro, a implementação das IFRS 17 e as matérias relevantes de auditoria.

Apreciámos o Relatório Único Integrado de Gestão que inclui o reporte sobre o governo societário, a informação não financeira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação do resultado individual apresentada pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório Único Integrado de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório Único Integrado de Gestão;

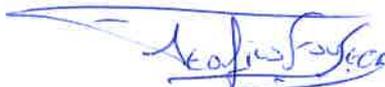
O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 22 de abril de 2024.

O CONSELHO FISCAL,



Jorge Manuel de Sousa Marrão – Presidente



Teófilo César Ferreira da Fonseca – Vogal



Pedro Antunes de Almeida – Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2023**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 22 de abril de 2024.

O CONSELHO FISCAL



Jorge Manuel de Sousa Marrão – Presidente



Teófilo César Ferreira da Fonseca – Vogal



Pedro Antunes de Almeida – Vogal